



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO
PAVIMENTAÇÃO DA PR - 090 ACESSO CONTORNO DE CASTRO

PARANÁ
2017



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	PRINCÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO (PAR)	5
3.	OBJETIVO DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO	6
4.	MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL	7
5.	CONDIÇÕES DA LINHA DE BASE DO PAR.....	11
5.1	METODOLOGIA	12
5.1.1	Cadastro Físico	12
5.1.2	Cadastro Socioeconômico	13
5.1.3	Comunicação com as Partes Interessadas.....	15
5.1.4	Atualização do PAR.....	18
5.2	CADASTRO FÍSICO DE PROPRIEDADES – PAVIMENTAÇÃO DA PR-090: ACESSO AO CONTORNO DE CASTRO	18
5.3	CADASTRO SOCIOECONÔMICO – PAVIMENTAÇÃO DA PR-090: ACESSO AO CONTORNO DE CASTRO	20
6.	IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DO REASSENTAMENTO SOBRE AS PESSOAS, PROPRIEDADES E MODOS DE VIDA	22
7.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DATA DE CORTE	24
8.	MATRIZ DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	26
9.	MEDIDAS DE RESTAURAÇÃO DOS MODOS DE VIDA (RESTAURAÇÃO ECONÔMICA, PRODUTIVA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL)	37
10.	MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES.....	38
11.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	39
12.	CRONOGRAMA E CUSTO ESTIMADO	40
13.	EQUIPE.....	43



1. INTRODUÇÃO

A construção, ampliação e pavimentação de rodovias tem capacidade de gerar interferência em bens e imóveis privados e públicos que podem acarretar o deslocamento físico ou econômico das pessoas.

Isso ocorre porque a definição da faixa de domínio pode incidir sobre propriedades. Neste caso, é possível que essa faixa gere interfira, total ou parcialmente em residências, impedindo a permanência da família na mesma propriedade, e/ou na geração de renda da família (quando, por exemplo, a parte afetada for área rural produtiva ou imóvel comercial).

O BID define na OP 710 todos os requisitos a serem atendidos no que diz respeito ao reassentamento involuntário de famílias. Por reassentamento involuntário, a OP 710 define todo deslocamento físico (realocação ou desalojamento) ou econômico (perda de bens ou de acesso a bens ocasionando perda de fontes de renda ou de outros meios de subsistência) involuntário de pessoas em decorrência de um projeto do Banco, sendo, portanto, aplicável a todas as operações financiadas pelo BID, tanto públicas, quanto privadas.

O deslocamento involuntário significa que o proprietário não tem direito de recusar a negociação. Isso ocorre nos casos em que é usada a prerrogativa do Decreto de Utilidade Pública - DUP.

Por meio de subsistência, devem ser entendidos todos os tipos de meios utilizados por indivíduos, famílias e comunidades para seu sustento, como renda salarial, agricultura, pesca, forragem, outros meios de subsistência baseados em recursos naturais, pequenos comércios e escambo.

O objetivo da política é minimizar as alterações prejudiciais no modo de vida das pessoas que vivem na área de influência do projeto, evitando ou, ao menos, diminuindo, a necessidade de deslocamento físico. Nos casos em que esse deslocamento for necessário, a política busca garantir que as pessoas sejam tratadas de maneira equitativa e, quando possível, usufruam dos benefícios gerados pelos projetos que requerem o reassentamento.



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**



Nos casos em que o reassentamento for inevitável para a continuidade do projeto, é fundamental a elaboração de um Plano de Reassentamento específico, com base neste Marco de Gestão, que considere as especificidades do projeto e das partes interessadas afetadas.

O Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação contém as diretrizes e orientações para o desenvolvimento e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento (PAR), que deverá ser desenvolvido para cada projeto que contar com casos de reassentamento.

O processo atualmente adotado pelo SEIL/DER busca atender aos requisitos legais brasileiros no que se refere à desapropriação e reintegração de posse. Todavia, como apontado no item 4, os requisitos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira.

Dessa forma, todos os projetos com potencial de reassentamento físico ou econômico deverão considerar o Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação para a elaboração e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento Involuntário, PAR.

O documento Estudo Ambiental Estratégico contém informações sobre o atual processo adotado pelo SEIL/DER para desapropriação e integração de posse, descritos na Instrução Normativa nº 016. Como o processo atual tem foco no atendimento aos requisitos nacionais, ainda não endereça todos os temas requeridos pelo BID.

Está prevista no âmbito do Projeto de Pavimentação Contorno de Castro a desapropriação de 07 (sete) áreas que pertencem a 6 (seis) proprietários. Duas das propriedades têm uso industrial, uma residencial, e as demais tem uso agrícola.

Outras quatro áreas serão impactadas pela reintegração de posse de terra. Pelo menos uma das áreas pertence a uma empresa privada e as outras três pertencem a proprietários de terra também impactados pela desapropriação.

O Cadastro Físico das Propriedades afetadas foi realizado quando da elaboração do Projeto de Desapropriação, constante no Projeto de Engenharia, e as fichas cadastrais que contemplam a identificação dos proprietários, a área total do imóvel e a área possivelmente atingida apresentadas no Anexo A deste PAR. Para o



empreendimento em questão, o cadastro físico das propriedades foi realizado no início deste ano e será atualizado em até noventa dias antes do início dos procedimentos de desapropriação. Foi aplicado o questionário socioeconômico, e as informações processadas e analisadas para compor o PAR. No que se refere às Consultas com as Partes Interessadas, o detalhamento pode ser verificado no Item 5.1 desse Plano.

O BID requereu a SEIL/PR o desenvolvimento de um Plano de Ação de Reassentamento (PAR) com as informações obtidas até o momento. A partir dos resultados provenientes da análise do cadastro socioeconômico, serão classificados os afetados, identificados os impactos, propostas as medidas de compensação, estabelecidas as medidas de restauração dos modos de vida e monitoramento e avaliação, quando aplicáveis, Com as atualizações dos cadastros físico e socioeconômico, e consequente atualização do PAR, a ser realizado antes de se iniciarem os procedimentos de desapropriação, os elegíveis serão enquadrados individualmente.

O Projeto de Pavimentação da PR-090: Acesso ao Contorno de Castro consiste na realização de obras de pavimentação e melhorias de 5 km de trecho da PR-090 totalmente inseridos no município de Castro.

O Projeto de Pavimentação da PR-090 permitirá a implantação do Contorno Norte de Castro, cujo objetivo é desviar o fluxo de caminhões que hoje trafegam pelo centro urbano do município de Castro, proporcionando também a ligação entre dois Distritos Industriais.

Durante o projeto de engenharia, foram realizados esforços para evitar a interferência em propriedades lindeiras. Por se tratar de pavimentação de estrada existente, optou-se por utilizar o traçado atual, salvo em algumas situações onde houve necessidade de efetuar adequações, como por exemplo, nas interseções.

2. PRINCÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO (PAR)

O Plano de Ação de Reassentamento - PAR tem como princípios:

- Manter de padrões mínimos de vida e acesso à terra, recursos



naturais e serviços, tais como água potável, saneamento, infraestrutura comunitária, titulação de terras, que sejam, ao menos, equivalentes ou superiores aos que as partes interessadas tinham anteriormente;

- Incluir o processo de reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento comunitário sustentável (meios e qualidade de vida da população deslocada sejam notavelmente melhorados);
- Incluir a promoção da restauração de atividades e bens afetados através da proporção de direitos de compensação justos, oportunos, como recomendam as normas interacionais ou em dinheiro quando não houver tal alternativa;
- Incluir a identificação e apoio aos mais vulneráveis para que possam participar plenamente do processo e com igualdade de benefícios;
- Desenvolver um processo participativo com os afetados e autoridades competentes;
- Continuar apoiando os afetados após o deslocamento para assegurar a recomposição sustentável dos modos de vida e a melhoria da qualidade de vida; e
- Trabalhar de maneira global e culturalmente apropriada.

3. OBJETIVO DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

O objetivo do PAR é estabelecer uma ferramenta para gestão dos impactos socioeconômicos resultantes do deslocamento físico e econômico das pessoas afetadas pelas obras de Pavimentação da PR-090: Acesso ao Contorno de Castro, abrangendo somente o município de Castro.

O PAR contempla as ações voltadas para a compensação e mitigação dos transtornos temporários e/ou permanentes causados pelas obras, considerando as exigências legais e institucionais para que os afetados não sofram perdas patrimoniais ou deterioração da qualidade de vida.



4. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

O Plano de Ação de Reassentamento deve ser desenvolvido de acordo com o quadro legal e institucional listado abaixo e outros porventura identificados posteriormente.

- Legislação Federal
 - Constituição Federal Brasileira/1988, capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
 - Lei Federal 10.406/2001 – Código Civil, Livro III – regulamenta a posse e propriedade da terra e atribui direitos aqueles que não possuem escritura ou posse formal da terra;
 - Lei Federal 4.504/1964 - Dispõe sobre Estatuto da Terra, e dá outras providências;
 - Lei 6938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
 - Lei Federal nº 6.766/79 – Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências – área “Non aedificandi”;
 - Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;
 - Decreto nº 62.504/68 – Dispõe sobre o Desmembramento em função da Desapropriação;
 - Decreto nº 6.040/07 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que engloba parte da população afetada, tais como indígenas, pescadores e ribeirinhos. Tem como objetivo principal:
 - a. Garantia dos direitos costumeiros para a população tradicional, considerando suas características essenciais, acesso a recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
 - b. Reconhecimento, proteção e promoção dos direitos dos



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



- povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; e
- c. Apoio e garantia da inclusão produtiva com a promoção de tecnologias adequadas, respeitando o sistema de organização social da comunidade.

Esses mecanismos jurídicos visam garantir que o grupo culturalmente diferenciado, e que é reconhecido como tal, mantenha suas formas próprias de organização social, de uso e ocupação dos territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, bem como seus direitos costumeiros.

- Legislação Estadual
 - Decreto nº 5.445, de 31-07-89, que aprova o Regulamento e a Estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem;
 - Lei nº 8.924, de 28-12-88, que dispõe sobre a cobrança da Contribuição e Melhorias;
 - Decreto nº 4.333 de 07-12-88, que regulamenta o uso da faixa de domínio de rodovias estaduais;
 - De acordo com o art. 5º, inc. VII da lei Complementar Estadual 40/87 (Lei Orgânica da PGE/PR) foram editados os Decretos Estaduais nº 703/83 e 1.047, de 23-06-83, que transfere à Procuradoria Geral do Estado as atribuições de representar em Juízo o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e/ou o Estado do Paraná, nas ações de desapropriações diretas e indiretas, referentes a faixas de domínio para construção de rodovias e ações de usucapião, nos termos do seu artigo 3º;
 - Regimento Interno do DER/PR, Deliberação nº 622-89, 24-10-89. Provimento nº 260, da Corregedoria Geral do Estado;
 - Regulamento do DER/PR, Decreto nº 2458/2000;
 - A Decisão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



nos autos nº 214.0045902.8/000, obriga o poder público a elaborar a planta e o memorial descritivo apenas da área a ser desapropriada;

- Manual Técnico – Procedimentos para Avaliação de Imóveis, de Março de 2017;
 - Instrução Normativa nº 016, referente à Desapropriação, Liberação da Faixa de Domínio, última versão de 16.03.2015; e
- Outras normas e referências importantes para a construção desse marco são:
- ABNT NBR 14653-3 – Avaliação de bens;
 - ABNT – NBR 13.133 – Execução de levantamento topográfico;
 - OP-710 – Reassentamento Involuntário;
 - OP-102 – Acesso à Informação;
 - OP-761 – Igualdade de Gênero em Desenvolvimento;
 - OP-765 – Povos Indígenas;
 - Padrões de desempenho sobre sustentabilidade ambiental, estabelecidos pela Corporação Financeira Internacional (IFC, 2012);
 - Quadro legal geral do Brasil que decorre da ratificação da Convenção da ONU sobre Direitos Humanos (Declaração Universal de Direitos Humanos), Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e demais convenções que tratam de aspectos específicos relacionados à garantia de direitos humanos fundamentais, tais como a Convenção OIT nº 169/89;
 - Princípios Orientadores para empresas sobre direitos humanos e Quadro de referência de reporte em direitos humanos (UN *Guiding Principles on Business and Human Rights* – Relatório Ruggie), iniciativa da ONU;
 - Direitos humanos no setor de mineração: integrando a devida diligência relacionada a direitos humanos em processos de gestão



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



de risco corporativo (*Integrating human rights due diligence into corporate risk management processes – ICMM – International Council on Mining and Metals*);

- RAFI – *Human Rights Reporting and Assurance Frameworks Initiative*;
- ISO 26000; e
- AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* (AA1000SES).

Tanto o BID quanto a legislação brasileira requerem a avaliação socioeconômica dos afetados por um processo de reassentamento, a definição de uma linha de corte e os direitos de compensação aos afetados.

Em geral, os requerimentos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira. A legislação brasileira não determina ações para minimizar ou evitar deslocamento físico ou econômico, especialmente em grupos vulneráveis. Tampouco há requisitos na legislação brasileira que requeiram um processo formal de identificação, consulta e engajamento com *stakeholders*.

Os processos participativos resumem-se, em geral, às audiências públicas durante os processos de licenciamento ou incluídos como condicionante de licenças. Não há especificamente na legislação brasileira o requerimento específico de um mecanismo de queixas e reclamações, embora este instrumento se apresente como demandas no âmbito das ações de comunicação social requeridas nos termos de referências dos processos de licenciamento ambiental.

No que se referem à elegibilidade, os requerimentos do BID recomendam que sejam considerados no processo de reassentamento os proprietários formais e informais. O Código Civil Brasileiro estabelece direitos para os ocupantes sem direitos formais a terra, desde que a posse seja prolongada, pacífica, ininterrupta, e nos prazos estabelecidos pela lei (usucapião). Todavia, dada a complexidade do arcabouço legal e consequente burocracia que o envolve, os requerimentos do BID tornam-se mais restritivos.



5. CONDIÇÕES DA LINHA DE BASE DO PAR

A constituição da Linha de Base Social é fundamental para a construção de conhecimento a respeito de todas as partes interessadas que possam ser, de alguma forma, afetadas e impactadas pelo Projeto, que possam ter algum grau de influência sobre o Projeto e sobre outras partes interessadas, ou que tenham algum tipo de interesse em relação ao Projeto.

A construção da Linha de Base Social possibilita:

- Definição dos impactos e dos riscos, e, por consequência, implementação de medidas de gestão que garantam que as partes interessadas usufruam ao máximo dos impactos positivos decorrentes do Projeto, e que não sejam afetadas, ou o sejam o mínimo necessário, pelos seus impactos negativos e riscos;
- Estabelecimento de um perfil das partes afetadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas de gestão de impactos, relacionamento e engajamento;
- Definição das ações de relacionamento e de engajamento mais adequadas de acordo com cada público; e
- Antecipar-se e evitar conflitos que possam ocorrer com as partes afetadas.

Para a construção adequada da linha de base faz-se necessário o desenvolvimento do Cadastro Físico das Propriedades e do Cadastro Socioeconômico de seus moradores.

É importante considerar que todos os afetados devem ser contemplados por estes cadastros, sejam esses proprietários, posseiros ou ocupantes.

Os cadastros podem ser realizados conjuntamente numa mesma etapa, durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Os cadastros objetivam:

- Identificar o tipo de público a ser contemplado pelo Plano de



Reassentamento e construir uma linha de base social e de um perfil básico, para a posterior definição das ações mais adequadas para cada parte afetada; e

- Dimensionar os custos de desapropriação e reintegração e fornecer subsídios para definição das alternativas de reposição de perdas ou de promoção de melhorias das condições de vida dos afetados, principalmente, daqueles vulneráveis.

5.1 METODOLOGIA

5.1.1 Cadastro Físico

O Cadastro Físico das Propriedades deve conter informações suficientes para o cálculo da indenização, tal qual os critérios definidos pela IN 16, compreendendo:

- Levantamento de todas as propriedades afetadas pela faixa de domínio dos projetos, com a localização e a identificação das matrículas e das benfeitorias e edificações a serem removidas, bem como o nome do proprietário e a identificação das famílias que ocupam e/ou residem na propriedade, independentemente de seu vínculo com o proprietário. Desse modo, famílias de trabalhadores, arrendatários e outros vínculos devem ser consideradas;
- Data da realização do cadastro, de modo que as informações obtidas sejam utilizadas como referências nos contatos e processos posteriores, evitando assim, quaisquer responsabilidades, caso o total de pessoas e propriedades aumente durante o desenvolvimento do projeto;
- Descrição de todas as propriedades afetadas, área total da propriedade e área afetada pelo projeto, topografia, uso da propriedade (agrícola, residencial, comercial ou misto); tipologia de ocupação e padrões das construções, zoneamento aprovado para o local, caso exista;
- Detalhamento do uso econômico da área, como por exemplo, uso



agrícola e pecuária (quantidade de culturas, área ocupada por cada cultura, quantidade de animais por tipo) e detalhamento da área comercial como equipamentos, móveis, espaço ocupado, número de empregados, etc.;

- Descrição das edificações e benfeitorias existentes na propriedade: usos, área, cômodos, detalhes dos materiais empregados e estado de conservação;
- Registro fotográfico das fachadas e outros detalhes que possam subsidiar a definição dos valores de mercado da propriedade; e
- Identificação no Registro de Imóveis e Cadastro Municipal, para levantar os valores de impostos pagos pelo proprietário e comparar os dados existentes na ficha cadastral do imóvel.

5.1.2 Cadastro Socioeconômico

O Cadastro Socioeconômico propõe-se a quantificar e caracterizar o universo de famílias afetadas pelo projeto, a partir das seguintes tipologias: proprietário residente, não residente, famílias agregadas, inquilinos e demais categorias de ocupantes. Ressalta-se que todas as famílias identificadas na propriedade devem ser cadastradas.

A metodologia de levantamento das informações demandadas assemelha-se a um levantamento censitário. Por esse motivo, caso o tempo entre a pesquisa e a efetivação do projeto seja elevado, sugere-se que seja realizado novo levantamento para atualização das informações previamente levantadas.

O cadastro socioeconômico deve incluir:

- Listagem de todos os proprietários e residentes (formais, informais, legais ou ocupantes irregulares);
- Dimensão demográfica: nº de pessoas da família, idade de cada um deles, gênero, composição do grupo familiar, grau de parentesco, problemas de saúde;
- Dimensão econômica: perfil da renda, ocupação dos membros da



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



família, lugar de trabalho, relevância do imóvel na composição da renda, estratégia de subsistência, etc.;

- Dimensão social: acesso a serviços aos serviços públicos e privados de saúde, educação, correlação com outras famílias vizinhas, forma de organização social, tempo de residência no local, etc.; e
- Expectativa da população afetada referente ao projeto e a compensação (permuta, pagamento em dinheiro, etc.).

As informações devem ser suficientes para geração de uma linha de base que permita a descrição das características sociais, econômicas, demográfica e cultural da população afetada, a identificação de impactos do processo de deslocamento físico e econômico e a definição dos parâmetros de monitoramento das condições de vida após o deslocamento. Também deve possibilitar a identificação de impactos significativos nos modos de vida de cada família para orientar as medidas para minimizar tais impactos a serem tomadas antes, durante e após o processo de deslocamento físico ou econômico.

O cadastro socioeconômico também deverá levantar informações que permitam a identificação de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade.

Para isso, pode ser adotada a metodologia¹ do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) por meio da qual é possível chegar aos índices de vulnerabilidade das famílias afetadas pelos projetos e intervenções rodoviárias. A metodologia define como vulneráveis:

- *Vulnerabilidade Socioeconômica*: (i) Família registrada no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; (ii) Edificação pesquisada localizada às margens de córrego/rio em situação de risco e/ou ao lado de lixões/aterros sanitários/valas de esgoto; (iii) renda per capita até R\$ 85,00 por mês; e
- *Classe Especial de Vulnerabilidade*: Mesmo sendo classificadas como não vulneráveis socioeconomicamente, são unidades familiares que

¹Metodologia – Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica. Disponível em: <<https://189.9.128.64/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/metodologia.pdf>>.



possuem no imóvel/edifício em questão a única moradia, e pesando a imprudência em demandar a reintegração de posse, uma vez que tal ação ensejaria o “deslocamento” de um problema social de déficit habitacional e estaria em desconformidade com os direitos à moradia e à dignidade humana.

Outro exemplo de vulneráveis são as mulheres, especialmente quando estão na condição de chefes de família. Isso porque a sua condição de gênero pode agravar outros tipos de vulnerabilidade social e econômica, e dificultar melhorias em sua qualidade de vida. Também podem ser considerados vulneráveis portadores de deficiência e crianças em situação de risco social.

Após a definição da vulnerabilidade, deverá ser feita análise tendo em vista os riscos e impactos decorrentes dos projetos para cada família.

Dessa maneira, é fundamental que o PAR a ser elaborado para os projetos tenha informações precisas a respeito desse público, do seu grau de vulnerabilidade social e em relação ao projeto e ao processo de reassentamento, para que sejam propostas medidas e ações específicas.

No caso de famílias afetadas que não estejam em situação de vulnerabilidade e que tenham poder aquisitivo suficiente para a recomposição de suas condições de vida dispensando quaisquer tipos de auxílio externo, poderá ser adotado processo indenizatório simples, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legislação específica, desde que em comum acordo entre as partes. Ainda assim, deverá ser realizado monitoramento posterior para casos específicos, conforme detalhado adiante.

É importante que a linha de base contenha as evidências referente a consulta com os afetados, como registros fotográficos das consultas, questionários utilizados, mapas com a localização das propriedades afetadas etc.

5.1.3 Comunicação com as Partes Interessadas

Em atendimento ao Marco de Relações Comunitárias e para a elaboração



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



deste PAR, foi realizado um levantamento preliminar de informações e comunicação com os afetados, conforme documentos descritos abaixo:

- Consulta pública realizada em Castro em 05/05/2017, com objetivo de informar a comunidade sobre o Programa BID I Integração e apresentar as principais características do Projeto de Pavimentação da PR-090: Acesso ao Contorno de Castro. Contou com a participação de 58 pessoas.
- Consulta pública realizada em 05/07/2017, em Castro, onde foram apresentadas as principais características do Projeto de Engenharia, com enfoque mais detalhado nos procedimentos de desapropriação e medidas de compensação aos afetados diretamente pelo projeto. Também foi aplicado questionário socioeconômico com os afetados e exposto que com as informações obtidas dos cadastros será possível prever as melhores medidas de compensação e restauração para cada caso (Anexo C.);
- Plano de Controle Ambiental (PCA) elaborado em 2014 e apresentado ao Instituto Ambiental (IAP) para obtenção de Licença Ambiental Simplificada (LAS);
- Cadastro Físico de Propriedades identificadas na área do Projeto, quando da elaboração do Projeto de Desapropriação (fevereiro/2017);
- Aplicação do Cadastro Socioeconômico no dia 05/07/2017, cujo modelo do questionário aplicado encontra-se no Anexo D; e
- Mapeamento Prévio de Partes Interessadas, contendo sua caracterização, impactos relacionados, histórico de relacionamento, grau de influência, grau de vulnerabilidade, autoridade e posicionamento. Vale ressaltar que todos esses critérios foram avaliados com base nas diretrizes descritas no Plano de Consultas Públicas, inserido no Estudo Ambiental Estratégico (EAE) - Anexo E deste relatório.

As estratégias de comunicação com as Partes Interessadas acompanharão o



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



planejamento para a obra de Pavimentação da PR-090: Acesso ao Contorno de Castro, desde o lançamento do Edital para a obra até posteriormente a finalização da mesma.

Para o estabelecimento da comunicação com as Partes Interessadas, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação já existentes, tais como:

- Mídias do Governo do Estado do Paraná: (Agência Estadual de Notícias, DER, SEIL), Redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube) e canais de radio e telecomunicação (TV E-Paraná);
- Mídias Locais: TV, Rádio e Jornal;
- Superintendências e Escritório Regionais do DER: são atores para o relacionamento com a comunidade, ficando à disposição em horário comercial (atendimento presencial e telefônico), para informar sobre as etapas do projeto e andamento das obras;
- Programa de Comunicação Social: previsto no Estudo Ambiental do empreendimento, onde a empresa executora é incumbida de estabelecer um relacionamento com os afetados, informando das ações que serão executadas na obra.

A comunicação com as partes diretamente afetadas é feita no âmbito dos procedimentos de desapropriação por meio da Comissão Técnica-Jurídica designada para o empreendimento. A referida Comissão se dirige ao proprietário afetado, onde são apresentados os critérios e a metodologia de avaliação e esclarecidas as dúvidas a respeito do valor proposto para indenização. Também são apresentadas as medidas e soluções encontradas a serem executadas a respeito de acessos a propriedades e outros problemas técnicos.

Após a Liberação da Faixa de Domínio, será efetuado o monitoramento pessoal dos afetados, conforme os critérios estabelecidos no PAR.



5.1.4 Atualização do PAR

O PAR será atualizado em até 90 (noventa) dias antes de iniciar os procedimentos de desapropriação, com a atualização dos Cadastros Físico e Socioeconômico.

5.2 CADASTRO FÍSICO DE PROPRIEDADES – PAVIMENTAÇÃO DA PR-090: ACESSO AO CONTORNO DE CASTRO

Com base nas informações obtidas por meio do Cadastro Físico elaborado no Projeto de Desapropriação em fevereiro 2017 (Anexo A), elaborou-se o Quadro 1 abaixo, contendo a síntese do referido cadastro.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Quadro 1. Síntese do Cadastro Físico das Propriedades.

Quantidade de proprietários	Ordem	Matricula nº	Proprietário	Área Total da Matrícula (m²)	Área a desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação a área total da matrícula	Uso da Área
1	1			702.005,07	4.800,20	0,68%	Agrícola
	2			598.628,47	3.293,05	0,55%	Acesso Industrial
2	3			319.360,00	2.705,82	0,85%	Agrícola
3	4			123.454,13	1.233,00	1,00%	Agrícola
4	5	1		*	13.326,43	*	-
5	7			358.842,09	14.314,97	3,99%	Agrícola
6	8			2.920.180,00	6.733,81	0,23%	Agrícola



O Quadro 2 abaixo contém informações resumidas do total de áreas afetadas.

Quadro 2. Quadro resumo das áreas afetadas.

Total de proprietários	Área com matrícula	Total de moradias
6	8	1

5.3 CADASTRO SOCIOECONÔMICO – PAVIMENTAÇÃO DA PR-090: ACESSO AO CONTORNO DE CASTRO

O Cadastro Socioeconômico foi realizado durante consulta pública em 05/07/2017, no município de Castro, onde foram apresentadas as principais características do Projeto de Engenharia, com enfoque mais detalhado nos procedimentos de desapropriação e medidas de compensação aos afetados diretamente pelo projeto.

A seguir, apresenta-se o Quadro 3 contendo a síntese do cadastro socioeconômico e no Anexo C constam as listas de presenças, relatórios, questionários e demais informações da consulta realizada.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Quadro 3. Síntese do Cadastro Socioeconômico

Situação	Parte Interessada	Vulnerabilidade Socioeconômica			Classe Especial de Vulnerabilidade		
		Registro no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Edificação localizada às margens de córrego/rio em situação de risco e/ou ao lado de lixões/aterros sanitários/valas de esgoto	Renda Per Capita de até R\$ 85,00	Reintegração de posse da Única Moradia	Mulher como chefe de família	Portadores de Deficiência e Crianças em situação de risco
Propriedade		Não	Não	-	Não	Não	Não
Locatário		Não	Não	-	Não	Não	Não
Propriedade		-	-	-	-	-	-
Propriedade		Não	Não	-	Não	Não	Não
Herdeira de		Não	Não	Não	*	Sim	Não
Propriedade		Não	Não	-	Não	Não	Não
Propriedade		Não	Não	Não	Não	Não	Não

* Com as informações do cadastro físico atual, não é possível avaliar se a única moradia afetada será objeto de reintegração de posse ou desapropriação.



6. IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DO REASSENTAMENTO SOBRE AS PESSOAS, PROPRIEDADES E MODOS DE VIDA

Com o cruzamento das informações do Cadastro Físico e Socioeconômico acima pode-se prever que não haverá deslocamento econômico decorrente do projeto, visto que, apesar de perdas de áreas de cultivo, o impacto não será suficiente para caracterizar o deslocamento econômico. Também foi identificado que haverá afetação de uma edificação de uso residencial, a qual poderá ser impactada por deslocamento físico, fato este que será confirmado na atualização do Cadastro Físico. Reforça-se que, quando da atualização do PAR, os dados serão confirmados ou adequados.

A pavimentação da rodovia não tem interferência direta nas propriedades de comunidades tradicionais ou indígenas, razão pela qual elas não estão incluídas no PAR.

Após análise das informações constantes nos Cadastros Socioeconômico e Físico das Propriedades do empreendimento, identificou-se a ocorrência dos seguintes impactos:

- Interferências na infraestrutura rural;
- Interferências em terras com usos residencial, industrial e agropecuário;
- Interferências na produção agropecuária; e
- Interferências na valorização das residências e terras.

Porém, no momento da atualização do PAR, caso seja identificado o deslocamento físico da família residente na única edificação afetada, poderá ser identificada a ocorrência de mais um impacto:

- Interferências nos modos de vida.

Os dois cadastros serão confrontados e comparados no momento da atualização do PAR, para se chegar a uma Análise do Risco de Empobrecimento, que deverá conter informações sobre:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



- Níveis de riscos do projeto decorrentes dos impactos diretos do reassentamento (perda de moradia e terra cultivável, mudanças no emprego, alterações na renda e no acesso a recursos e aos meios de produção, possibilidade de exclusão social etc.);
- Existência de atividades comerciais e de serviços cuja viabilidade seja prejudicada pelo projeto;
- Potencial de desarticulação de redes sociais; e
- Perda do acesso à educação.

Especial atenção deverá ser dada a questões relacionadas a gênero e etnia.

Após a avaliação dos impactos e das condições de trabalho, habilitação e elegibilidade das famílias, define-se:

- Número de proprietários a serem desapropriados ou indenizados, com a estimativa dos recursos destinados a este fim; e
- Número total de famílias habilitadas ao reassentamento: proprietários, famílias agregadas, ocupantes por arrendamento ou outro tipo de contrato, invasores, entre outros.

Com o cadastro físico atual foi possível caracterizar os tipos de impactos para o empreendimento em pauta. Considerando que serão atingidas 08 propriedades, pertencentes à 06 proprietários, identificou-se a ocorrência de “perda de terreno rural/urbano”, com ou sem exploração econômica e também a “perda da residência (única moradia)”, podendo já serem indicadas, previamente, as medidas compensatórias para o referido impacto. Reitera-se que, quando da atualização do PAR, os dados serão confirmados ou adequados.

Tipo de Afetação	Quantidade	Medidas
Perda de Terreno Rural	06 proprietários	Indenização do valor de mercado da terra nua;



Tipo de Afetação	Quantidade	Medidas
		Indenização de benfeitorias, quando aplicável / houver ² ; Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável ³ ; Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
Perda da residência (única moradia)	01 proprietário	Indenização do valor de mercado da edificação; Em caso de família sociovulnerável reconstrução de nova moradia; Apoio no restabelecimento de acesso a serviços públicos em caso de família vulnerável; Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis.

Com o Cadastro Físico e Socioeconômico atualizados poder-se-á chegar à uma análise de risco de empobrecimento. Todavia, com as informações levantadas até o momento, já é possível um perfil de afetação, conforme descrito anteriormente - os proprietários possuem extensas áreas de terras tornando os impactos poucos significativos.

7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DATA DE CORTE

A definição de elegíveis deve ser definida em conjunto com os afetados e seus critérios devem compor o PAR.

Os atores devem cumprir as seguintes condições mínimas para serem considerados elegíveis, como por exemplo:

² Indenização de benfeitorias, quando aplicável / houver: O “Quando Aplicável” refere-se para os casos em que a área a ser desapropriada é passível de exploração econômica.

³ Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável: O “Quando Aplicável” refere-se para os casos em que a propriedade é passível de exploração econômica, porém a área atingida (a ser desapropriada) não tem a comprovação de que é utilizada para tal fim.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



- Tenham propriedade ou interesses legítimos e comprovados sobre bens imóveis situados no perímetro identificado como afetado. Deverão ser considerados aqueles que:
 - Tenham propriedade legal e formal e direito de uso reconhecido pela legislação brasileira; e
 - Propriedade informal ou tradicional e direitos de uso reconhecidos pela legislação brasileira.
- Comprovarem desenvolvimento de atividades econômicas e produtivas no perímetro afetado, como por exemplo:
 - Perda ou suspensão de emprego realizado dentro da área;
 - Atividades Agrícolas;
 - Atividades Pecuárias;
 - Atividade Extrativista;
 - Pesca;
 - Turismo;
 - Comércio; e
 - Indústria.
- Tenham perda de acessos físicos e acesso aos recursos naturais, tais como água, resultante do projeto; e
- Forem incluídos nos cadastros, até a data de corte, a ser estabelecida dentro do PAR.

O PAR não deve considerar elegíveis bens afetados de instituições públicas de domínio privado (como p.ex. Ministérios, Secretarias, Prefeituras, etc.). Os impactos nestas deverão ser negociados diretamente entre a SEIL/DER e a parte afetada.

A data de corte será definida como sendo o último dos seguintes atos a serem



executados pela SEIL/DER, podendo ser: i) a realização do Cadastro Físico das Propriedades; ii) a realização do Cadastro Socioeconômico, ou iii) a emissão da Declaração de Utilidade Pública - DUP.

Para o empreendimento em Pauta, a data de corte está definida como sendo a data da emissão do Decreto de Utilidade Pública – DUP com previsão para ser publicado até o final da segunda quinzena do mês de agosto de 2017, uma vez que os demais atos já foram realizados.

8. MATRIZ DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Uma vez estabelecidos critérios gerais de elegibilidade, foi desenvolvida uma matriz de compensação, parte integrante deste PAR.

A matriz de compensação a seguir deve ser usada unicamente como ponto de partida para as discussões com os afetados e deverá ser revisada pela SEIL/DER como resultado das atividades anteriormente descritas.

Elementos básicos a serem abordados na matriz de compensação incluem:

- Terrenos, casas e outros;
- Infraestrutura de serviços;
- Edifícios institucionais; e
- Recomposição dos modos de vida.

A reparação pode ocorrer por uma das formas a seguir ou por um conjunto dessas:

- Indenização financeira;
- Indenização por outro bem equivalente;
- Medidas específicas para grupos vulneráveis; e
- Outros subsídios.

Caso os cadastros a serem atualizados confirmem a ausência de deslocamento físico de proprietários ou econômico e de pessoas vulneráveis, a indenização financeira poderá ser suficiente para reparar o impacto, não sendo



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



necessárias outras medidas.

O Quadro 3 apresenta uma matriz base de medidas compensatórias para o Programa BID I Integração. Quando da atualização deste PAR, a matriz a ser apresentada será específica para o projeto de Pavimentação da PR-090 – Acesso ao Contorno de Castro, considerando o tipo de impacto e a condição socioeconômica dos afetados.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Quadro 03. Matriz Base de Medidas Compensatórias para o Programa BID I Integração.

PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO		COMPENSAÇÃO
PROPRIETÁRIO OU POSSEIRO (USUCAPIÃO) ⁴	Perda de terrenos (urbano/rural)	Terra passível de exploração econômica	Indenização do valor de mercado da terra nua. Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro ⁵ , quando aplicável ⁶ . Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
		Terra sem exploração econômica	Indenização do valor de mercado da terra nua. Indenização de possíveis benfeitorias.
	Perda de residência principal		Indenização do valor de mercado da edificação
	Perda de residência secundária	Residência uso próprio/cedida	Indenização do valor de mercado da edificação residencial

⁴ Proprietário ou Posseiro (Usucapião): Conforme Decreto Lei nº. 3.365, é elegível para receber a compensação proposta àquele que comprova o domínio ou que tem "usucapião" (transitado em julgado da Ação de Usucapião) sobre a propriedade.

⁵ Compensação monetária com base na projeção de lucro: O cálculo para compensação monetária considera diversas variáveis e a projeção de lucro dependerá da atividade econômica desenvolvida sobre a propriedade atingida e será calculado em função de sua rentabilidade.

⁶ Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável: O "Quando Aplicável" refere-se para os casos em que a propriedade é passível de exploração econômica, porém a área atingida (a ser desapropriada) não tem a comprovação de que é utilizada para tal fim.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO		COMPENSAÇÃO
	Perda da residência (única moradia)		Indenização do valor de mercado da edificação. Em caso de família sociovulnerável reconstrução de nova moradia. Apoio no restabelecimento de acesso a serviços públicos em caso de família vulnerável. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis.
	Perda de edificação com atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Indenização do valor de mercado da edificação. Compensação monetária com base na projeção de lucro.
	Interrupção temporária da atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Compensação monetária com base na projeção de lucro
POSSEIRO ⁷	Supressão de área (urbano/rural)	Terra passível de exploração econômica	Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável. Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
		Terra sem exploração econômica	Indenização de possíveis benfeitorias
	Perda de residência principal		Indenização do valor de mercado da edificação

⁷ Posseiro: É aquele que não tem comprovação de domínio, mas que ocupa a propriedade.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO		COMPENSAÇÃO
	Perda de residência secundária	Residência uso próprio/cedida	Indenização do valor de mercado da edificação
	Perda da residência (única moradia)		Indenização do valor de mercado da edificação. Em caso de família sociovulnerável reconstrução de nova moradia. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.
	Perda de edificação com atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Indenização do valor de mercado da edificação. Compensação monetária com base na projeção de lucro.
	Interrupção temporária da atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Compensação monetária com base na projeção de lucro
ARRENDATÁRIO ⁸	Perda de renda por diminuição da área do imóvel		Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável.

⁸ Arrendatário: Contrato de Cessão de um fator de produção (rural ou urbano) pelo qual seu proprietário o entrega à outro para ser explorado mediante determinada remuneração.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO	COMPENSAÇÃO
INQUILINO/LOCATÁRIO ⁹	Perda de moradia por interrupção de contrato de aluguel	Auxílio mudança. Auxílio na identificação de outra moradia.
	Perda do ponto comercial por interrupção de contrato de aluguel	Auxílio mudança. Compensação monetária com base nas perdas e danos. Em caso de família vulnerável, assistência técnica e capacitação para melhorar a atividade econômica em outro lugar.
CEDIDO (FUNCIONÁRIO/NÃO FUNCIONÁRIO) ¹⁰	Perda de moradia	Reconstrução da edificação em área remanescente, quando possível, desde que o proprietário da edificação concorde com a permuta da indenização. Quando não houver acordo para permuta da indenização pela reconstrução da edificação pelo proprietário, auxílio aluguel por tempo determinado em caso de família sociovulnerável. Auxílio mudança. Auxílio na identificação de outra moradia. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.

⁹ Inquilino/Locatário: Indivíduo que reside ou faz uso comercial sob regime de contrato de aluguel.

¹⁰ Cedido (Funcionário/Não Funcionário): É aquele que faz uso residencial (moradia) de imóvel cedido, podendo ser ou não funcionário do proprietário, onde é realizado um acordo entre as partes, não se configurando como contrato de aluguel.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO	COMPENSAÇÃO
FUNCIONÁRIOS ¹¹	Perda de emprego	Auxílio para recolocação no mercado de trabalho. Orientação para procurar uma capacitação técnica a fim de aprimorar suas habilidades.

¹¹ Funcionário: É aquele que exerce trabalho remunerado.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



A seguir, são expostas as considerações a respeito dos critérios utilizados para a definição das medidas de compensação propostas.

A desapropriação é instituto jurídico mediante o qual a “autoridade pública competente, em casos expressos em lei e mediante indenização, determina que a propriedade individual seja transferida a quem dela se utilize em interesse da coletividade”. No que diz respeito à proteção ao direito de propriedade, o inciso XXIV, do art. 5º, do texto da Constituição Federal, decreta que competirá à legislação infraconstitucional disciplinar o procedimento de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Desde que cumprido o que rege o Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, e mediante justa e prévia indenização prevista no texto constitucional, a desapropriação é considerada legítima.

Portanto, para a execução da obra é realizada antecipadamente a liberação da faixa de domínio que consiste basicamente na aplicação dos procedimentos de desapropriação. Nos casos em que o proprietário estiver de acordo com a indenização proposta, mediante a assinatura do Termo de Concordância, parte-se para o empenho do valor, e após a retirada das Certidões Negativas e Positivas do imóvel, efetua-se efetivamente o pagamento administrativo em conta. Na Escritura de Desapropriação deve constar a cláusula de que caso o pagamento do DER/PR não ocorra em até 72 horas em conta corrente, os efeitos da escritura serão nulos, servindo a própria escritura como recibo de pagamento para ambas as partes. Após, será providenciada a abertura de matrícula própria para a nova área e deverá constar a informação de que parte do imóvel foi desapropriado pelo Poder Público em nome do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. Todas as custas cartoriais para regularizar a área desapropriada são de responsabilidade do órgão executor e a regularização da área remanescente fica a cargo do proprietário, quando este julgar conveniente fazê-la.

Quando houver oposição ao valor proposto pela indenização ou exigência descabida de parte do particular no momento da negociação, ou dúvida fundada sobre o



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



domínio, será promovida a desapropriação judicial, através da propositura da Ação de Imissão de Posse e mediante depósito judicial prévio referente ao valor avaliado pela Comissão. Tal ação é proposta por intermédio da Procuradoria Geral do Estado (Lei Complementar Estadual 40/87(Lei Orgânica da PGE/PR)), a qual se oficiará expondo os fatos e fundamentos jurídicos, juntados o decreto expropriatório do Diário Oficial, a planta/memorial descritivo da área efetiva ocupada e demais documentos que devem compor a Instrução Processual. Neste caso, o desapropriado poderá levantar até 80% do valor do depósito feito para o fim previsto de desapropriação e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365.

Prevista a indenização prévia e justa, o fundamental é que haja um ressarcimento ao proprietário, colocando-se no valor a ser indenizado um montante que lhe permita adquirir um bem com atributos e características semelhantes ao que foi desapropriado. Quando se fala em recomposição patrimonial justa pelo desfalque que resulta da desapropriação, exclui-se qualquer enriquecimento indevido do titular do bem, assim como qualquer empobrecimento que lhe deixe em situação econômica inferior à intervenção do Estado.

- Nos casos em que a posse não seja constituída em ação de "usucapião" com procedimento judicial já finalizado, haverá a indenização das benfeitorias e edificações atingidas na área a ser desapropriada. A indenização pela terra nua somente caberá àquele que comprovar o domínio ou que tiver "usucapião" (transitado em julgado da Ação de Usucapião) sobre a propriedade. O Decreto-Lei nº 3.365/41 (art. 34) estabelece que o levantamento do valor do depósito judicial prévio dependerá da prova da propriedade do bem expropriado e que, na hipótese de existir dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito (no juízo onde tramita a Ação de Desapropriação).

- Nos casos em que o proprietário do imóvel a ser desapropriado não for encontrado ou for desconhecido, caberá procedimento judicial e a propositura da ação de imissão de posse mediante depósito judicial prévio referente ao valor definido do bem.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



- Se tratando de situações onde o proprietário descrito na respectiva matrícula já for falecido, caberá pagamento administrativo (caso concordante), apenas nos casos onde o inventário já estiver consolidado, para garantia de que o pagamento será feito a quem realmente deve receber e como prova de que não existem mais herdeiros sobre o imóvel. Neste procedimento é realizado depósito em conta corrente de cada herdeiro com o valor correspondente a sua fração do imóvel (determinada no formal de partilha) ou pagamento único em conta mediante procuração assinada e reconhecida por todos. Caso o inventário ainda esteja em andamento, ou não tenha sido realizado, parte-se para o procedimento judicial com a propositura da ação de imissão de posse mediante depósito judicial prévio.

- A nomeação de um advogado para integrar a Comissão Técnica-Jurídica do DER/PR, dentre outras finalidades, vem do intuito de dar o devido auxílio aos afetados nas questões que regem os procedimentos que serão utilizados pelo Estado nas desapropriações. Desta forma, alguns dos critérios que podem comprometer o pagamento amigável, caso concordem com o valor avaliado e as medidas compensatórias propostas, poderão ser previstos e previamente regularizados.

- A indenização monetária é o principal mecanismo de compensação para os casos de perda de parte da propriedade afetada e os custos de relocação ou substituição de bens no remanescente das instalações existentes, caso estes sejam atingidos.

- Há casos onde a área afetada pela desapropriação é muito pequena em relação ao tamanho da propriedade, ou se o proprietário tiver o simples interesse, ciente das condições de melhoria e de valoração que a rodovia trará ao seu remanescente, ou ainda, diante da negociação opte por permutar o valor a ser indenizado por alguma melhoria em sua propriedade (quando possível), é realizada a doação da área para o DER/PR, condicionada a assinatura do Termo de Compromisso de Doação. Deste modo, é procedida a Escritura Pública de Doação e posterior Registro, sem ônus indenizatórios



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



para o Estado.

- Quando houver afetação de comércios, se priorizará a indenização prévia pelo valor de mercado ao proprietário, deste modo, viabilizando a reconstrução da edificação em área remanescente da propriedade a tempo que o comerciante possa se restabelecer na nova construção sem risco de interrupção da atividade comercial e não havendo a necessidade de pagamento de lucros cessantes.

- Caso não seja possível esperar o restabelecimento dos comércios em nova construção, por questões de cronograma das obras, se pagará pelos lucros cessantes ao comerciante pelo prazo de até 03 (três) meses até este se restabelecer, considerando para fins de cálculo indenizatório da compensação monetária, a análise objetiva dos rendimentos comerciais.

- No caso de inquilino/locatário residencial que terá o imóvel objeto de desapropriação, este será notificado com antecedência de 90 dias antes da efetiva desocupação, sob nenhum ônus para as partes no caso de rescisão antecipada do contrato de aluguel. Ainda, será oferecido auxílio mudança e auxílio na identificação de outra moradia.

- Partindo da análise feita pela Comissão de Avaliação-Desapropriação em relação ao Cadastro Físico de cada propriedade no momento de sua valoração e levando em consideração as características e a extensão da sua área remanescente, podem-se prever os critérios adotados para considerar que uma área é inaproveitável. Considera-se inaproveitável uma área de terra em que não é possível sua exploração econômica de forma rentável ou que não será possível efetuar qualquer edificação de uso residencial ou comercial. Desta forma, nos casos em que for identificado que uma propriedade será integralmente desapropriada, será oferecida no momento da negociação com a parte afetada, uma orientação para procurar um novo bem com características similares, cabendo a ela aceitar ou não.



9. MEDIDAS DE RESTAURAÇÃO DOS MODOS DE VIDA (RESTAURAÇÃO ECONÔMICA, PRODUTIVA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL)

O estabelecimento das medidas de restauração dos modos de vida será necessário caso sejam identificados impactos de perda de renda ou emprego, perda produtiva significativa, pessoas em situação de vulnerabilidade, impactos no relacionamento que formam o tecido social ou outros impactos em direitos humanos.

Com base no Cadastro Físico de Propriedades e Cadastro Socioeconômico, constatou-se que:

- 01 propriedade, de dominialidade de [REDACTED], será afetada pela implantação da interseção da PR-090 com a PR-340. Na propriedade constatou-se uma edificação na qual reside a [REDACTED]. Com base no Questionário Socioeconômico aplicado, constatou-se que a [REDACTED] é chefe de família, possui renda mensal per capita de R\$ 1.075,00, e terá sua única residência afetada.

Com base no Cadastro Físico atual não é possível estabelecer medidas de restauração, tendo em vista que a área da propriedade se encontra em litígio e está sendo realizado o inventário do [REDACTED] (proprietário). Dessa forma, sem a atualização do Cadastro Físico da Propriedade não se pode verificar se haverá área remanescente para relocar a residência atual, ou até mesmo propor outras medidas de compensação.

- Das 7 propriedades potencialmente objeto da desapropriação, 2 pertencem a empresa [REDACTED] que faz uso industrial de ambas as áreas. As demais propriedades são usadas para agricultura, sendo que uma pertence à empresa [REDACTED]. Nessas áreas não será necessário implementar medidas de restauração.

Portanto, o tratamento a ser dado para a [REDACTED] e família será detalhado quando da atualização do PAR.



10. MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Faz parte do Marco de Relações Comunitárias a instituição de um Mecanismo de Queixas que possibilite que as partes interessadas entrem em contato com os responsáveis pela implementação do Programa e dos projetos, sempre que julgarem necessário, para o registro das suas questões, sugestões, críticas e reclamações, e para o encaminhamento de dúvidas.

Ressalta-se que a finalidade desse Mecanismo é receber as questões das partes interessadas e encaminhá-las internamente de modo a garantir que sejam respondidas e que essas respostas sejam enviadas aos solicitantes no menor tempo possível e que sejam rastreáveis pelos interlocutores e tenha seus resultados avaliados.

O DER possui um canal permanente de comunicação com a sociedade através da Ouvidoria da Controladoria Geral do Estado, CGE. A Ouvidoria está estruturada de modo a atender aos preceitos do Marco de Relações Comunitárias, caracterizando-se em um espaço de integração do DER com o cidadão, as entidades representativas e demais partes interessadas.

A Ouvidoria da CGE atua como canal de comunicação entre a população e o governo do Estado do Paraná, visando receber e dar encaminhamento a solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre ações e programas do Poder Executivo estadual.

O acesso dos cidadãos à Ouvidoria da CGE pode ser realizado de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h, das seguintes formas:

- Via telefone – 0800-411113;
- Envio de cartas ou atendimento presencial – Rua Mateus Leme, 2018, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80.530-010;
- Portal CGE (www.cge.pr.gov.br), SEIL (www.infraestrutura.pr.gov.br) e DER (www.der.pr.gov.br), por intermédio do acesso à Ouvidoria (margem esquerda do site), no link “Registre sua reivindicação”.

Ao final de cada registro é disponibilizado ao cidadão um número de atendimento e um código de consulta. Com estes dados é possível acompanhar o andamento desse



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



registro por telefone, através do serviço 0800, ou pelo Portal CGE (www.cge.pr.gov.br), também por intermédio do acesso à Ouvidoria, mas pelo link “Consulte sua reivindicação”. O tempo de resposta é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

Nos Portais dos respectivos órgãos e entidades que integram a Rede de Ouvidores do Poder Executivo estadual ou, ainda, no site da CGE – na opção Ouvidoria (margem esquerda), existe uma lista com nomes e telefones dos servidores que integram essa rede, bem como o link de acesso aos sites destes. Neste acesso pode-se encontrar o nome e o contato direto com os ouvidores do DER.

Além disso, para o Programa BID foi criado um serviço de atendimento ao público através do telefone 0800-410111 que direciona o solicitante para as diversas ações previstas no Programa seja de responsabilidade da SEIL ou do DER.

Nesta obra, o DER disponibilizará uma URNA para queixas, que ficará a disposição no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 18:00 de segunda-feira a sexta-feira, no Escritório Regional CERNE, situado na Rua: Izidoro Duim, 550, Piraí do Sul - Paraná.

As equipes de campo, que estarão responsáveis pelo relacionamento com os afetados ou que cujas atividades tenham interface com os afetados, serão treinadas para receber, registrar e encaminhar as manifestações para o mecanismo disponível, facilitando o acesso da população afetada.

O Mecanismo de Queixas e Reclamações permanecerá em funcionamento desde a etapa de planejamento do projeto antecedente às obras de implantação, seguindo pelo período de obras e durante toda a operação das vias, sendo uma importante ferramenta para acompanhamento das partes interessadas e para o monitoramento e análise periódica, da eficácia da gestão dos assuntos de interesses destas partes.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As medidas de monitoramento e avaliação devem ser utilizadas para verificar impactos decorrentes da desapropriação/reintegração e a sua adaptação e inserção à nova realidade social e habitacional.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Quando houver afetação de públicos vulneráveis, perda significativa de áreas produtivas e perda da única moradia, as medidas de monitoramento e avaliação deverão ser desenvolvidas desde o início do procedimento de desapropriação e perdurar até no máximo 05 anos após a etapa de liberação da faixa de domínio. Caso constatado o restabelecimento dos modos de vida dos afetados antes de findar o prazo de 05 anos, o monitoramento se dará por concluído.

Para os demais casos em que haja deslocamento físico, o monitoramento será realizado até que se constate o restabelecimento do modo de vida do afetado.

Conforme descrito no item 9, constatou-se uma situação em que possivelmente será necessário realizar monitoramento e avaliação. Caso a necessidade se concretize quando da atualização do Cadastro Físico das Propriedades, as medidas serão propostas na atualização do PAR.

12. CRONOGRAMA E CUSTO ESTIMADO

O Cadastro Físico das Propriedades é iniciado no Projeto Básico de Engenharia e finalizado no projeto durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Durante a fase do Projeto Executivo de Engenharia serão realizados o Cadastro Físico das Propriedades e o Cadastro Socioeconômico dos seus proprietários e usuários, que comporão o PAR e refinarão o cronograma e orçamento inicialmente definidos.

O Cronograma do PAR apresenta que o início das frentes de serviço da obra somente poderão ocorrer após a Liberação da Faixa de Domínio.

O custo estimado do PAR deve considerar os custos necessários para a negociação dos imóveis, os custos necessários para o apoio à mudança das famílias e os projetos e programas socioeconômicos necessários para garantir o restabelecimento das novas condições de vida das famílias, onde aplicável.

Para a elaboração do Plano de Ação de Reassentamento para Pavimentação da PR-090 – Acesso ao Contorno de Castro, foram estimados os custos referentes a desapropriação de áreas de terras, benfeitorias e possíveis edificações que serão



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



atingidas pela obra. A estimativa da avaliação para esses fins foi apontada pelo Projeto de Desapropriação e determinada através dos pareceres de avaliação de imóveis elaborados através de opiniões de mercado obtidas junto a agentes imobiliários da região partindo das informações expressas no processo de pedido do Decreto de Utilidade Pública. Foi estimado um custo previsto de R\$ 450.300,00 (quatrocentos e cinquenta mil e trezentos reais) referente as indenizações, sem considerar possíveis doações de áreas e benfeitorias.

Importante destacar que quando da instrução processual administrativa serão determinadas as características de forma pontual de cada propriedade/imóvel atingido, portanto esse valor é passível de alterações, além da possibilidade de ter havido especulação imobiliária gerando valorização do preço dos imóveis nesta região.

Caso sejam identificados grupos vulneráveis afetados, necessidade para o apoio a mudança das famílias e projetos e programas socioeconômicos necessários para garantir o restabelecimento dessas pessoas, o orçamento será revisado para considerar a devida reparação desses grupos e apoio necessários para o restabelecimento de sua condição de vida, conforme medidas definidas na matriz de compensação proposta, de modo que não haverá interferência nos níveis de compensação recebida.

O cronograma inicialmente estimado para o projeto é apresentado no Quadro 4.

Quadro 04. Cronograma.

Etapas	Mês											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1. Atualização do PAR	■											
2. Avaliação e valoração dos bens					■	■	■					
3. Negociação com os proprietários								■				
4. Liberação da Faixa de Domínio									■	■	■	
5. Monitoramento e avaliação					■	■	■	■	■	■	■	■

Nota: O mês 1 deste cronograma representa a conclusão da atualização do PAR.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



A seguir, apresenta-se breve descritivo das etapas:

Etapa 1. Atualização do PAR:

Conforme descrito anteriormente, a atualização do PAR, que contempla atualização dos cadastros físico e socioeconômico, acontecerá em até 90 dias antes de se iniciar os procedimentos de desapropriação.

Etapa 2. Avaliação e Valoração dos Bens:

A referida etapa contempla, principalmente, a elaboração de Laudo de Avaliação e/ou Parecer Técnico Avaliatório, onde é atribuído o valor a ser indenizado individualmente, de forma justa e contemporânea.

Etapa 3. Negociação com os Proprietários:

A referida etapa contempla a comunicação direta com os afetados, onde são apresentados os critérios e a metodologia de avaliação e esclarecidas as dúvidas a respeito do valor proposto para indenização. Também são apresentadas as medidas e soluções encontradas a serem executadas a respeito de acessos a propriedades e outros problemas técnicos.

Havendo concordância, procede-se para a proposta de procedimento administrativo para pagamento da indenização mediante a assinatura e reconhecimento de Termo de Concordância. Posteriormente, os procedimentos são encaminhados à Diretoria Administrativa Financeira do DER/PR par providenciar o efetivo depósito em conta corrente do proprietário e efetivada a escritura de desapropriação e registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Área Desapropriada em nome da SEIL/DER.

Nos casos em que não há concordância, parte-se para o procedimento de Desapropriação Direta – Sem Concordância, mediante depósito judicial prévio e com a propositura da Ação de Imissão de Posse, a ser realizada pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE/PR).

Nos casos em que for identificado que uma propriedade será integralmente



desapropriada, será oferecida orientação para procurar um novo bem com características similares, cabendo à parte afetada aceitar ou não.

Etapa 4. Liberação da Faixa de Domínio:

Nesta referida etapa é possível o início das atividades para implantação da obra, como desmate, remoção de cercas, edificações, dentre outras.

Etapa 5. Monitoramento e Avaliação:

O Item “11. Monitoramento e Avaliação” contempla os critérios estabelecidos para realização da referida etapa.

13. EQUIPE

O processo de planejamento do reassentamento requer uma equipe técnica especializada dedicada ao projeto. A liderança por profissionais experientes é essencial para buscar a adesão aos padrões internacionais e nacionais, construção de consenso e planejamento participativo.

A equipe para atuação no processo de reassentamento deverá ser multidisciplinar e composta por representantes de diferentes áreas do SEIL/DER.

Com a efetivação da assinatura do contrato de empréstimo com o BID, o DER contará com o apoio de uma unidade Gerenciadora, a qual terá no corpo técnico, profissionais nas seguintes áreas:

Equipe Técnica	Atividades
Coordenador da Equipe de Apoio	Dará suporte direto ao Coordenador da UGP na coordenação das atividades da equipe de Apoio ao PROGRAMA.
Engenheiro de Obras Viárias	Dará apoio na gestão das atividades relacionadas ao andamento das obras incluídas no PROGRAMA.
Especialista Ambiental	Dará apoio nas atividades ambientais relacionadas à todas as obras, projetos e estudos.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Equipe Técnica	Atividades
Especialista Administrativo/Financeiro	Apoiará o acompanhamento da gestão administrativa financeira do contrato.
Advogado	Dará apoio as atividades de âmbito jurídico relacionadas ao PROGRAMA.
Consultores Especiais	Serão contratados sob demandas de serviços especiais e temporários para as áreas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e hidroviárias.
Engenheiro de Planejamento	Dará suporte ao Coordenador em todas as atividades de gestão relacionadas com o planejamento e controle físico do PROGRAMA.
Engenheiro de Projetos	Fará o acompanhamento físico e dará suporte técnico para os projetos desenvolvidos no PROGRAMA.
Especialista em Desapropriações	Dará suporte nas etapas de projetos e de execução dos programas de desapropriações de áreas urbanas e rurais;
Especialista Social	Dará apoio nas atividades relacionadas às questões sociais que envolvem a implantação das obras do PROGRAMA;
Assistente Técnico	Auxiliará os engenheiros nas atividades técnicas das obras, projetos e estudos;
Assistente administrativo	Auxiliará nas atividades administrativas rotineiras relacionadas ao PROGRAMA;
Auxiliar de escritório/Campo/Motorista	Auxiliará os engenheiros nas atividades necessárias para acompanhamento das obras em desenvolvimento.
Secretária	Dará suporte à equipe de coordenação do PROGRAMA



**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**



ANEXOS

- Anexo A - Cadastro Físico das Propriedades
- Anexo B - Consulta Pública – 05/05/2017
- Anexo C - Consulta Pública – 05/07/2017
- Anexo D – Questionários – Cadastro Socioeconômico
- Anexo E - Mapeamento das partes interessadas

PRELIMINAR

Anexo A

Relatório das Consultas



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (BR-L1434)

BID I - INTEGRAÇÃO



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID I - Integração

Datas Relevantes

08/11/2016 – Aprovação COFIEX (Governo Federal)

07/03/2017 – Aprovação Perfil Programa (Diretório BID)

08 a 10/02/2017 – Missão de Identificação

03 a 07/03/2017 – Missão de Orientação

15 a 19/05/2017 – Missão de Análise

Estimativas:

Final de Agosto/2017 – Aprovação Minuta Diretório BID

Final de Setembro/2017 – Assinatura Contrato Empréstimo



CATEGORIAS DE INVERSÃO

1. ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO

1.1. ESTUDOS E PROJETOS

- 1.1.1 Projetos de Engenharia Rodoviária
- 1.1.2 Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental de Rodovias

1.2. ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

- 1.2.1 Apoio Técnico à Preparação e ao Gerenciamento do Programa
- 1.2.2 Auditorias, Avaliação e Monitoramento do Programa

Carteira de Projetos



CATEGORIAS DE INVERSÃO

2. CUSTOS DIRETOS

2.1 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE RODO E FERROVIÁRIA

- 2.1.1 Reabilitação e Ampliação Capacidade de Rodovias
- 2.1.2 Tratamento de Pontos Críticos em Rodovias
- 2.1.3 Tratamento de Pontos Críticos na Linha Ferrea - FERROESTE

2.2. PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

- 2.2.1 Pavimentação de Rodovias

2.3. CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

- 2.3.1 Construção de Contornos de Cidades

2.4 OBRAS DE REPOTENCIALIZAÇÃO DE TERMINAIS DE CARGAS

- 2.4.1 Acessos Internos
- 2.4.2 Construção Silo

2.5. SUPERVISÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS

Obras Rodoviárias (89%)



CATEGORIAS DE INVERSÃO

3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

3.1. SISTEMAS DE PLANEJAMENTO MULTIMODAL

- 3.1.1 Plano Diretor Rodoviário
- 3.1.2 Planos Diretores Aeroportuários
- 3.1.3 Estudos de Viabilidade - Modal Aquaviário
- 3.1.4 Estudo de Viabilidade dos Centros Logísticos Potenciais
- 3.1.5 Plano Estratégico de Logística e Transportes

3.2. APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO DER

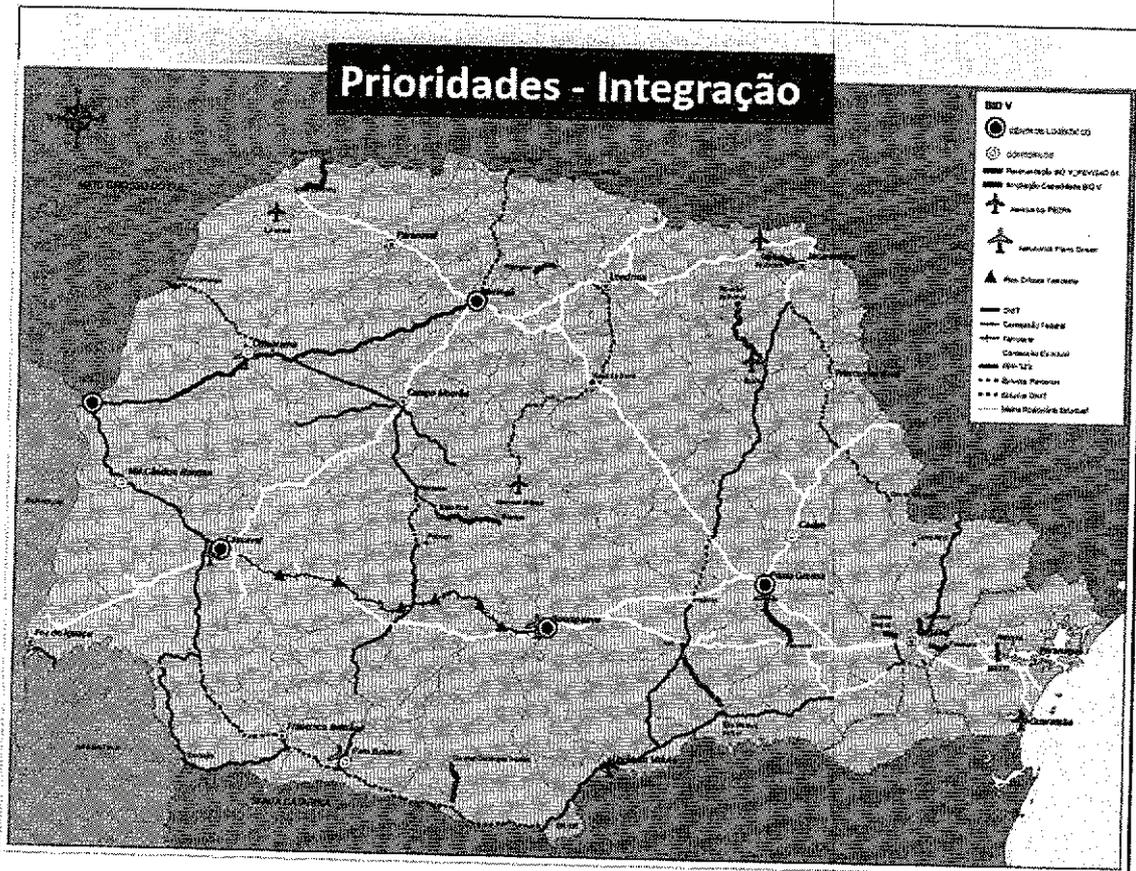
- 3.2.1 Sistemas Informatizados p/ Gestão Sócio-Amb, Projetos Eng. e Prog. Especias
- 3.2.2 Reestruturação e Padronização de Documentos de Licitações
- 3.3.1 Reestruturação das Diretrizes Sócio-Ambientais

Sistemas de Planejamento



BID I - Integração	BID		ESTADO		TOTAL	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
TOTAL DO PROGRAMA	235.000.000	54,0	200.000.000	46,0	435.000.000	100,0

VALORES GLOBAIS DO PROGRAMA



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Obras Rodoviárias

AMOSTRA REPRESENTATIVA

RODOVIA	OBRAS CONSTRUÇÃO	EXT. (km)
CONTORNO	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	6,00
CONTORNO	Pavimentação: Contorno de Castro (Lote 2)	2,65
CONTORNO	Construção: Contorno Pato Branco	19,28
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	28,00
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	47,71
PR-417	Amp. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	4,24
		107,88



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Preparação do Programa -> SEIL/DER

Execução do Programa -> DER

Valor Global -> U\$ 435 Milhões

Valor Empréstimo -> U\$ 235 Milhões

Prazo de Execução -> 5 anos



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Canais de Comunicação Permanentes

Ouvidoria

www.der.pr.gov.br

Fale Conosco

Escritório Regional Vale do Chopim

Av. Sete de Setembro, 363 – Pato Branco

Fone: (46) 3220-7200



MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
05/05/2017	16h20	17h15	Centro da Juventude de Castro (Rua Raimundo F. Gaião, 359, Vila Rio Branco – Castro)

2. Participantes

Vide lista de presença anexa.

3. Pauta

Item	Descrição
1	CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - Este evento realizado no âmbito do Programa BID I – Integração que trata da realização de Consulta Pública Presencial para a discussão e publicidade do empreendimento rodoviário “ Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR ”, obra integrante do referido Programa de financiamento externo.

4. Relato da reunião

Cerimonial

Josil Voidela Baptista: Coordenadora de Planejamento da SEIL apresentou os objetivos da Reunião, destacando que o evento atendia a uma política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Expôs que o principal objetivo era o de abrir um canal de comunicação com a população para dirimir dúvidas e esclarecer acerca da possível execução da obra de Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro. Esclareceu sobre a programação da Reunião, alertando que havia a disponibilidade de participação por meio de inscrição junto às atendentes, utilizando-se de fichas para manifestação escrita ou verbal. Alertou sobre a importância de assinatura das listas de presença e esclareceu que a Consulta teria a duração de uma hora e trinta minutos (1h30). Enfatizou que todas as contribuições seriam respondidas pelo contato indicado na ficha de perguntas, a despeito da disponibilidade de tempo.

Apresentou o link da SEIL e do DER no qual seria possível a comunicação com a comunidade pós Consulta Presencial, alertando que o material de consulta (Síntese do Projeto e Estudo Ambiental) estará disponível por trinta dias para consulta pública e apresentou também o link da OUVIDORIA do DER, argumentando que o mesmo se constitui em canal permanente de comunicação com a população.

Glauco Lobo: Coordenador Técnico do DER apresentou as diretrizes do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística - BID I – Integração. Destacou um cronograma apresentando as datas mais relevantes para a efetivação do Programa, ressaltando que há uma estimativa de Assinatura do Contrato de Financiamento para o mês de setembro de 2017. Apresentou os quadros com as componentes de categorias de inversão na qual destaca a concentração do Programa (89%) em Obras Rodoviárias mas argumenta que há importantes componentes de fortalecimento institucional e de estudos e ações multimodais a serem executadas no Programa. Revelou os valores globais do Programa, o qual totaliza US\$ 435 milhões, sendo US\$ 235 milhões oriundos de financiamento e US\$ 200 milhões de recursos de contrapartidas do Estado. Destaca, por meio de mapa, as obras a serem executadas pelo Programa, destacando a sua abrangência. Destaca que o Contorno de Mal Cândido Rondon integra um rol de outras seis obras selecionadas como amostra representativa do Programa e finalmente enfatiza que o prazo de execução do programa é de no máximo cinco anos, podendo ser executado em menor tempo.



MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR

Eleandro Pereira: Engenheiro do DER apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento. Destacou a sua localização, objetivos e principais características técnicas do empreendimento. Demonstrou por meio de imagens as intervenções a serem executadas e ressaltou os principais benefícios do empreendimento: redução considerável do tempo de viagem, melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, redução da poeira e adores no perímetro urbano dentre outros. Alertou, ainda a população quanto às possíveis interferências durante a execução da obra: vibração dos equipamentos, poeira e ruídos, desvio de tráfego e outros.

DEBATES: Foram inscritas cinco (05) perguntas escritas. Foram estas as intervenções:

1. **Adalberto Artolters** (morador): Trajeto – Contorno Norte que vai ligar Cargil vai passar onde? Cruzamento Cargil qual é o projeto? Segmentação de propriedade. Engenheiro Eleandro respondeu que a intersecção será no Lote 1 que não é objeto desta Consulta.
2. **Jan Petters** (proprietário): Questionamento sobre a intersecção.
3. **Frans Borg** (Castrolanda): A secção 1 do Contorno de Castro, está contemplada no financiamento do BID. Lote 1 está incluído no programa.
4. **Jan Haasjes** (proprietário): Acesso às lavouras Cruzo. Engenheiro Glauco respondeu que todos que já têm acesso, terão seus acessos.
5. **Eduardo Medeiros** (Sind. Rural de Castro): A PR-340 vai até Cerro Azul. Seria legível um trecho da rod. 340. Pode realizar projeto? Seria possível fazer o projeto na PR-340 pelo BID. Sim, apenas o projeto neste momento.

Às 17h15, perguntou-se se algum dos presentes tinha mais alguma manifestação e, não havendo mais dúvidas a Senhora Josil Voidela Baptista agradeceu, em nome do Governo do Estado do Paraná, a presença e participação de todos, declarando encerrada a sessão de Consulta Pública Presencial em Castro.

5. Responsável pela Ata

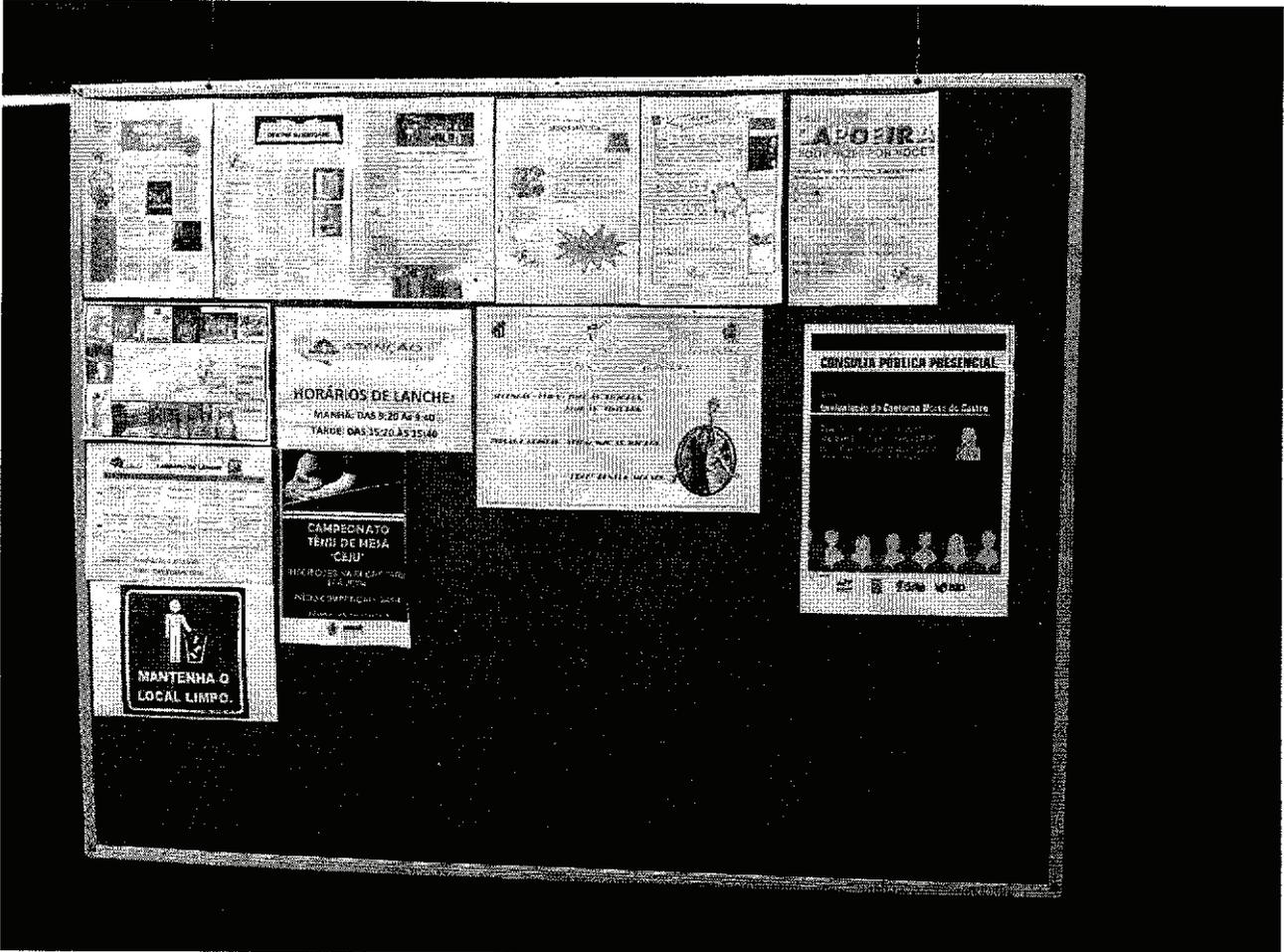
CASTRO

CARTAZES FIXADOS

CASTRO - CENTRO DE JUVENTUDE



CASTRO - CENTRO DE JUVENTUDE



CASTRO - HOSPITAL



CASTRO - PREFEITURA



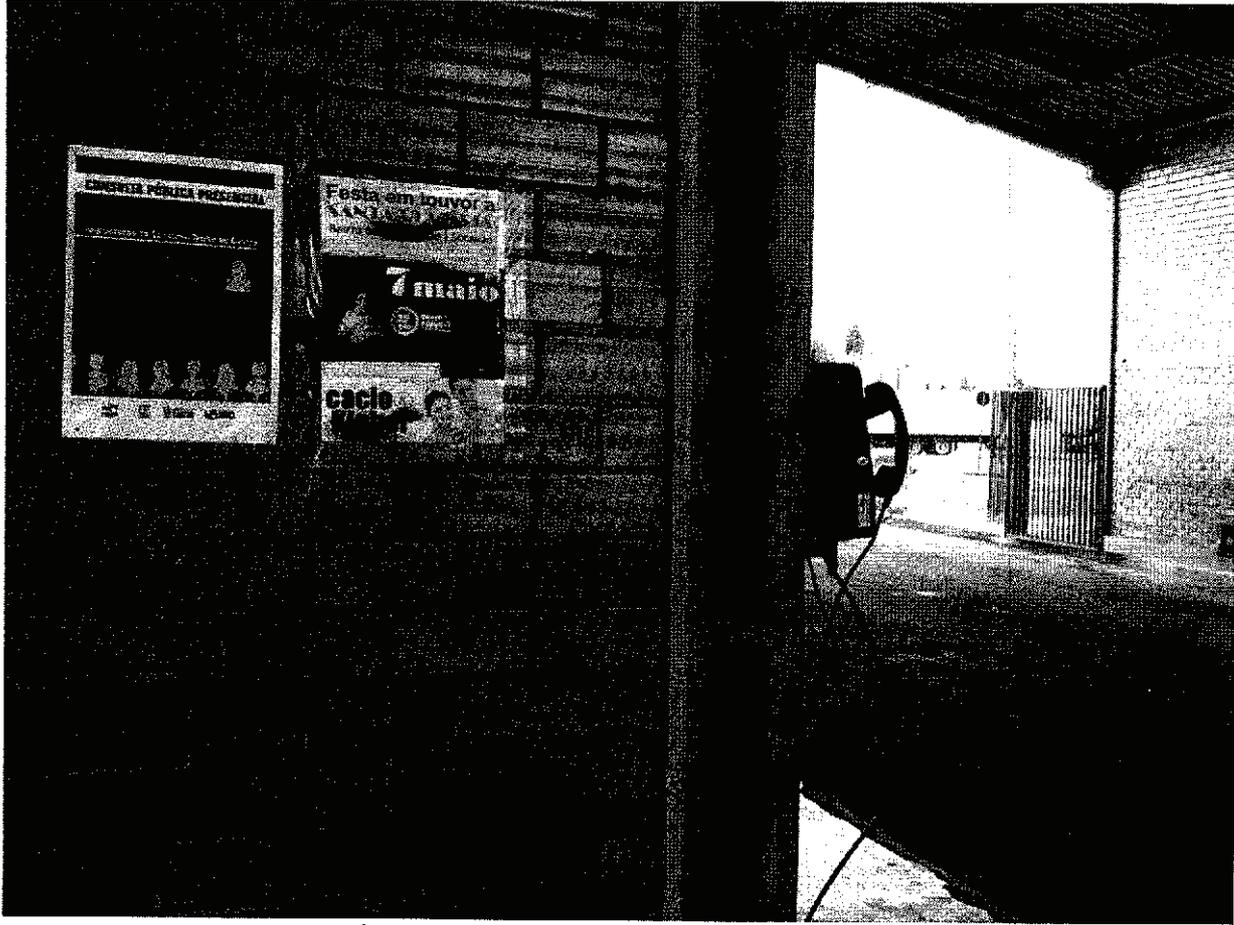
CASTRO - PREFEITURA



CASTRO - RODOVIARIA



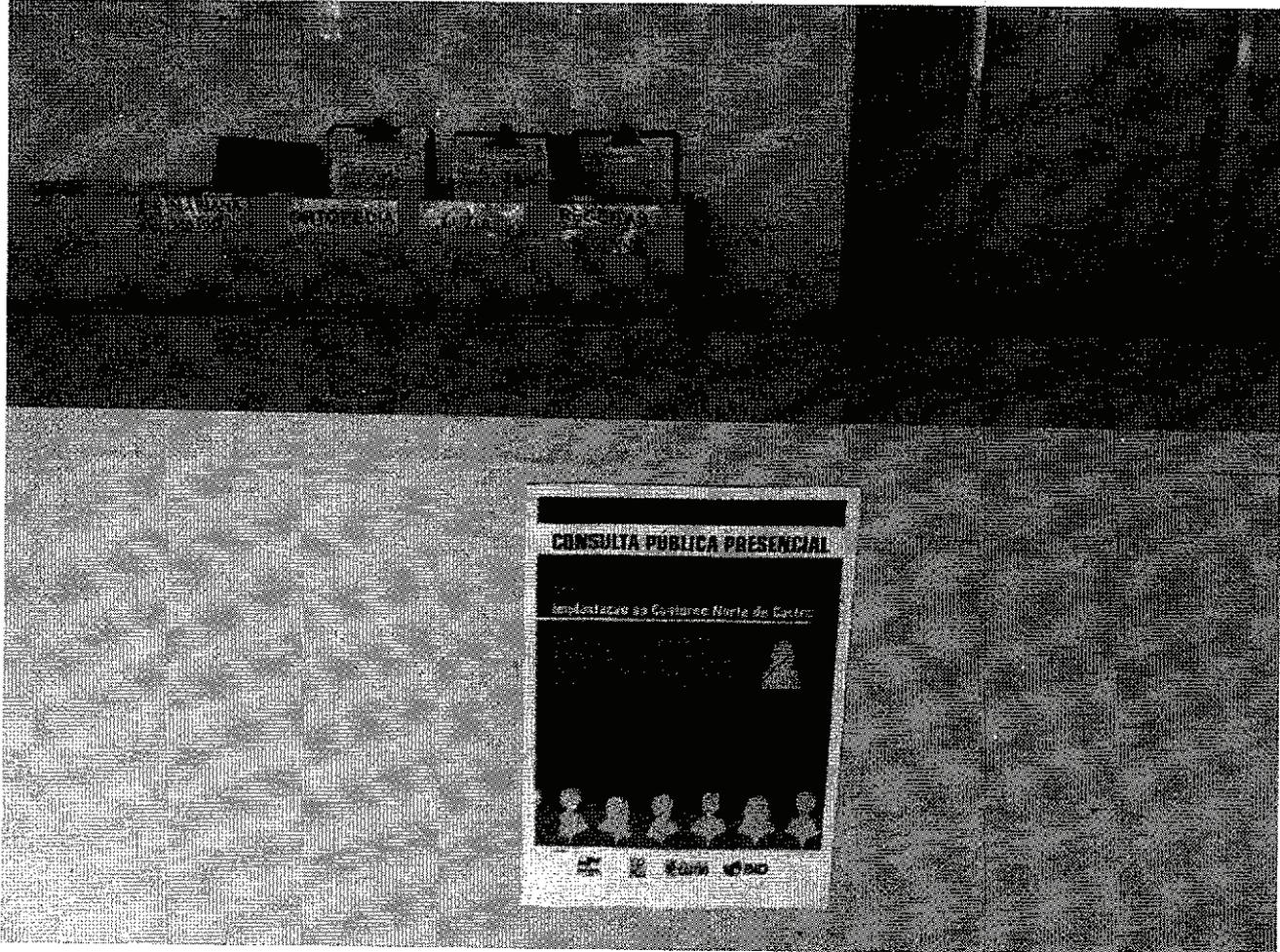
CASTRO - TERMINAL RODOVIÁRIO



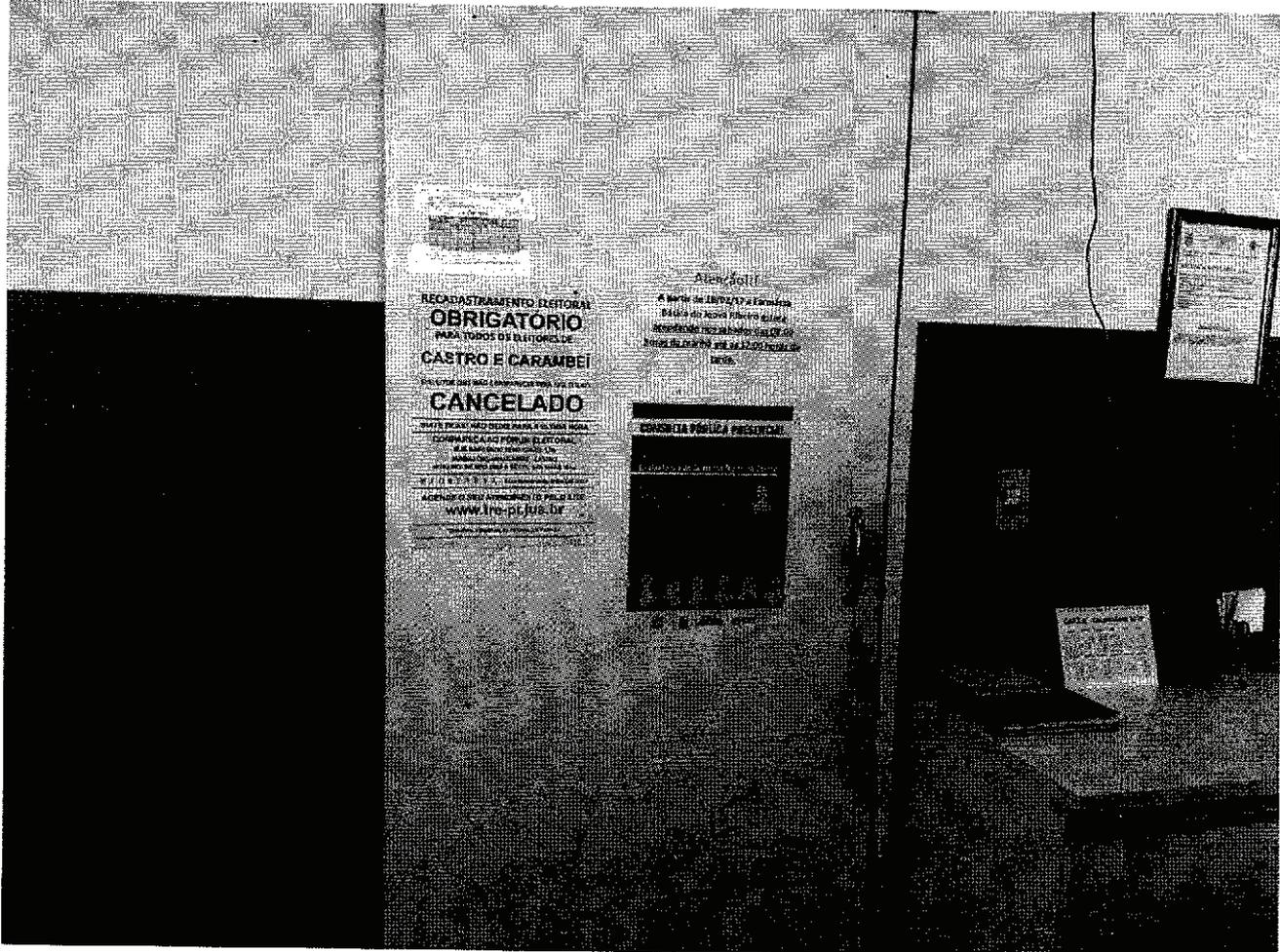
CASTRO - UBS JARDIM ARAUCARIA



CASTRO - UBS VILA RIO BRANCO



CASTRO - UPA



CASTRO

**DIVULGAÇÃO
PRÉ-EVENTO**

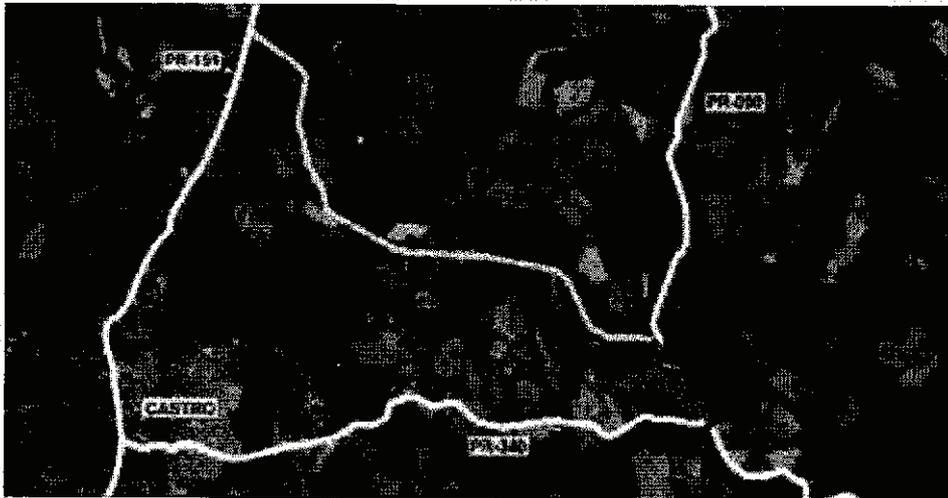


Prefeitura Municipal de Castro

20 h · 🌐

CONSULTA PÚBLICA PARA IMPLANTAÇÃO DO CONTORNO NORTE

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística vai realizar Consulta Pública Presencial nesta sexta-feira (5) em Castro, com apresentação do projeto para implantação do Contorno Norte. O evento acontecerá no Centro da Juventude às 16 horas. O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa do Contorno Norte serão asfaltados 2,5 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik. O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta por meio do link: [Http://www.infraestrutura.pr.gov.br /.../conteudo/conteudo.php...](http://www.infraestrutura.pr.gov.br/.../conteudo/conteudo.php...), e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.



Consulta Pública - Infraestrutura e Logística

Site da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística

INFRAESTRUTURA.PR.GOV.BR

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar





Prefeitura Municipal de Castro adicionou uma nova foto ao álbum "Fotos da Linha do Tempo".

2 de maio às 15:03 · 🌐

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

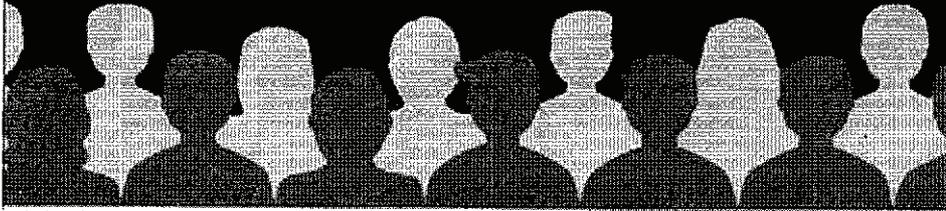
Implantação do Contorno Norte de Castro

Data: 5 (6ª feira) de maio de 2017

Abertura 16h - Encerramento 17h30

Local: Centro da Juventude de Castro

(Rua Raimundo F. Galão, 359 - Vila Rio Branco)



Parceiros:

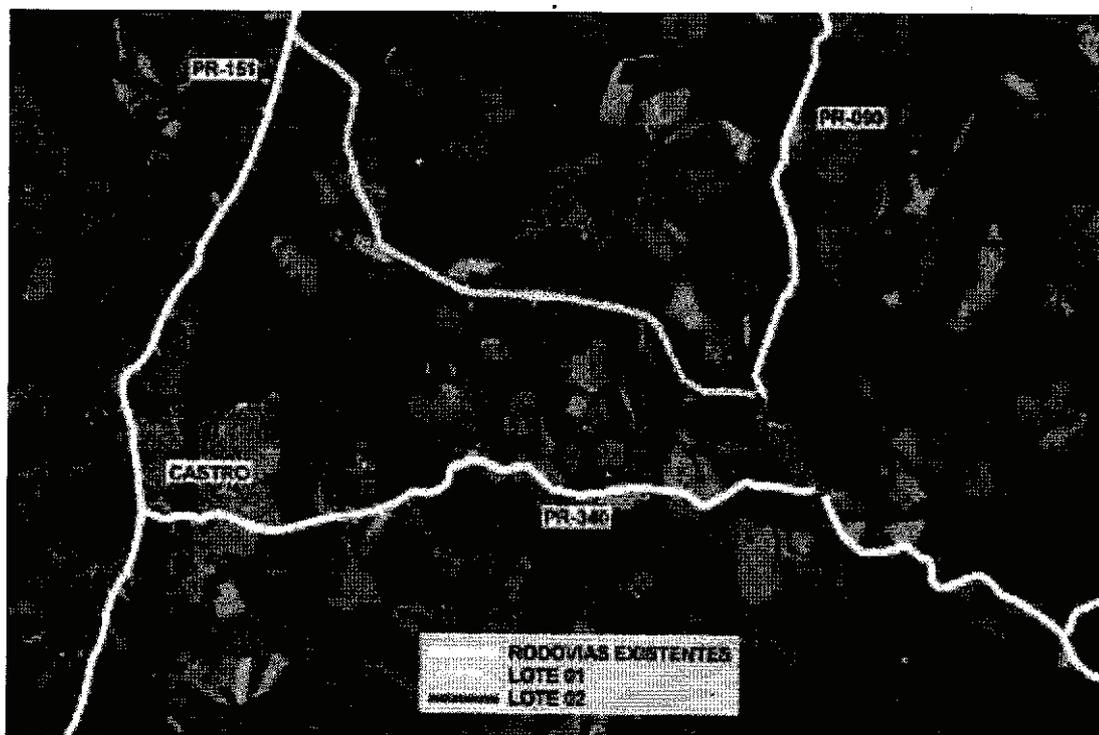


👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

Estado promove Consulta Pública para implantação do Contorno Norte de Castro



O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II)

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística vai realizar Consulta Pública Presencial na próxima sexta-feira, 05, em Castro, com apresentação do projeto para

implantação do Contorno Norte. O evento acontecerá no Centro da Juventude às 16 horas.

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa do Contorno Norte serão asfaltados 2,5 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik.

No mês de março, o prefeito Moacyr Fadel Junior (PMDB) pediu apoio ao governador Beto Richa (PSDB) para a viabilização do asfalto de acesso às indústrias e teve a garantia de que até o mês de junho deste ano a ordem de serviço seria assinada.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link:

<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná. (Com assessoria)

Estado promove Consulta Pública para implantação do Contorno Norte de Castro

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística vai realizar Consulta Pública Presencial no dia 5 de maio em Castro, com apresentação do projeto para implantação do Contorno Norte. O evento acontecerá no Centro da Juventude às 16 horas.

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa do Contorno Norte serão asfaltados 2,5 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik.

No mês de março, o prefeito Moacyr Fadel Junior pediu apoio ao governador Beto Richa para a viabilização do asfalto de acesso às indústrias e teve a garantia de que até o mês de junho deste ano a ordem de serviço seria assinada.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link:

<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

Consulta Pública vai discutir implantação do Contorno Norte de Castro

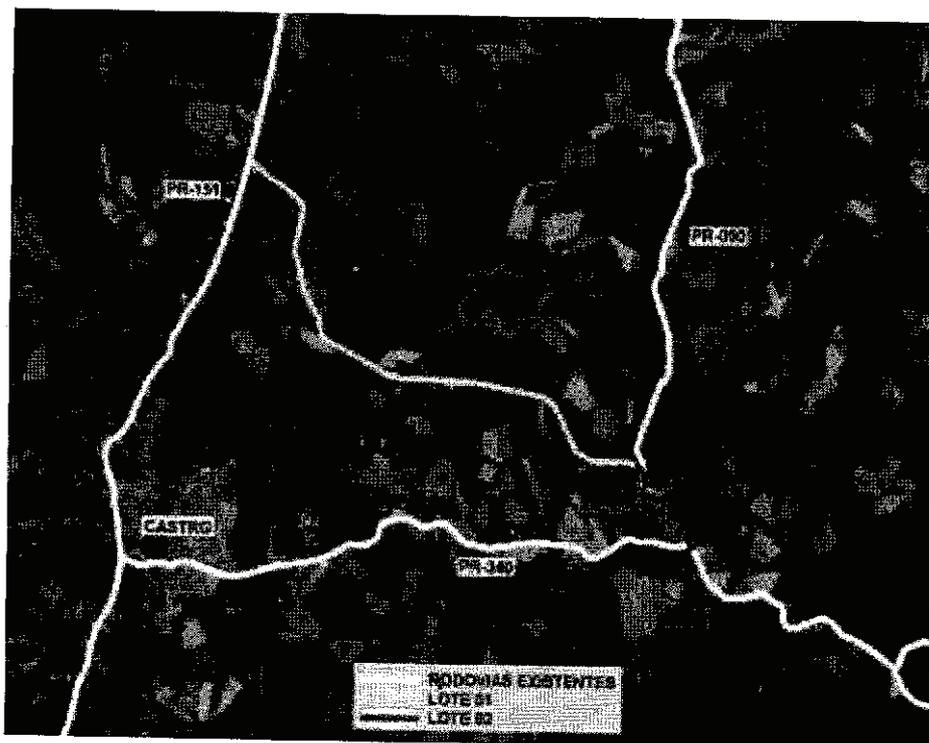
A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística vai realizar Consulta Pública Presencial na próxima sexta-feira (05), em Castro, com apresentação do projeto para implantação do Contorno Norte. O evento acontecerá no Centro da Juventude, às 16 horas.

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa do Contorno Norte serão asfaltados 2,5 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik.

No mês de março, o prefeito Moacyr Fadel Junior pediu apoio ao governador Beto Richa para a viabilização do asfalto de acesso às indústrias e teve a garantia de que até o mês de junho deste ano a ordem de serviço seria assinada.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

Veja também Bombas com pregos, químicos e uma bandeira do ISIS descobertos em Schaarbeek
PUBLICIDADE COMENTÁRIOS AVISO: O portal aRede não se responsabiliza pelos comentários, opiniões, depoimentos, mensagens ou qualquer outro tipo de conteúdo. Seu comentário passará por um filtro de moderação. O portal não se obriga a publicar caso não esteja de acordo com a política de privacidade do site.



Contorno Norte de Castro irá beneficiar 400 mil pessoas na região

Luana Souza



Compartilhar

Tweetar

G+ 0

31/08/2016 às 15:28 - Atualizado em 31/08/2016 às 17:39

INÍCIO DA PÁGINA

NOTÍCIAS RELACIONADAS

SAÚDE

Ponta Grossa sedia a 1ª Mostra da Atenção Primária

TRÊS DIAS

Prefeitura de PG decreta luto por morte de servidoras

EDUCAÇÃO

Estado avalia a contratação de professores e garante melhorias em salários

APREENSÃO

PM apreende armas e munições em Curiúva

As obras para a implementação do Contorno Norte de Castro, na rodovia PR-090, previstas para começarem no primeiro semestre de 2017, vão contribuir para o desenvolvimento de toda a região dos Campos Gerais, além de beneficiar 400 mil pessoas, moradores de Castro, Ponta Grossa, Carambeí e Pirai do Sul.

De acordo com informações obtidas junto ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), o projeto do empreendimento já foi aprovado, no entanto, ainda é necessária a conclusão de alguns estudos orçamentários.

"A obra será feita com recursos obtidos através de financiamento junto ao Banco do Brasil e que entrarão como contrapartida no programa de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)", informou o órgão.

Segundo o DER, a definição dos valores deverá sair nas próximas semanas. "Após esse procedimento, será feito o processo de licitação para escolher a empresa e definir o prazo de execução das obras".

Extensão

As obras do Contorno Norte serão feitas na PR-090, a partir do entroncamento com a PR-340, em um trecho que compreende cerca de 2,5 quilômetros, até em frente à nova unidade da empresa Cargill.

O objetivo principal, segundo o DER, será desviar o fluxo de caminhões que hoje trafegam pelo centro urbano do município, aumentando a segurança dos motoristas e pedestres da região. "A obra também facilitará o escoamento de produtos, considerando que a região possui um polo expressivo de cooperativas", informou o departamento.

Mais obras

O DER também segue, em parceria com a concessionária CCR RodoNorte, com a construção da trincheira na PR-151, que dá acesso ao Jardim Los Angeles, em Ponta Grossa. Ao todo, estão sendo investidos R\$ 7,8 milhões na obra que deverá ser entregue no final deste ano. Dados da concessionária apontam que cerca de 28 mil veículos trafegam por dia nos sentidos da rodovia.

Outro investimento previsto para a região é a duplicação da BR-376 no perímetro urbano de Irubaú. Ao todo, serão aplicados R\$ 30 milhões (via contrato de concessão) e as obras deverão iniciar ainda neste ano.

Em maio, o DER de Ponta Grossa investiu R\$ 6,4 milhões em serviços que envolveram desde a conservação rotineira das pistas e faixas de domínio, com tapa buracos e drenagem até recuperações das vias.

Notícias

Estado promove Consulta Pública para implantação do Contorno Norte de Castro

Detalhes

Escrito por Comunicação

Publicado: 02 Maio 2017



Share Tweetar Share Compartilhar 0

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística vai realizar Consulta Pública Presencial no dia 5 de maio em Castro, com apresentação do projeto para implantação do Contorno Norte. O evento acontecerá no Centro da Juventude às 16 horas.

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa do Contorno Norte serão asfaltados 2,5 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik.

No mês de março, o prefeito Moacyr Fadel Junior pediu apoio ao governador Beto Richa para a viabilização do asfalto de acesso às indústrias e teve a garantia de que até o mês de junho deste ano a ordem de serviço seria assinada.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

CASTRO

DIVULGAÇÃO
PÓS-EVENTO



Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná em

Castro, Parana, Brazil.

Publicado por Henrick Loyola Porzycki (P) · 19 min ·

Tem início agora em Castro a Consulta Pública para apresentar detalhes do projeto para pavimentação de um trecho da PR-151 que vai ligar o futuro Contorno Norte.



Obtenha mais curtidas, comentários e compartilhamentos
Impulsione esta publicação por R\$ 3 para alcançar até 1.000 pessoas.

49 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação

Consulta pública apresenta o futuro Contorno Norte a moradores de Castro

A cidade de Castro, região Centro-Oriental do estado, promoveu na tarde da última sexta-feira (5) uma consulta pública para que seus moradores conheçam mais detalhes do futuro Contorno Norte, que vai ligar a PR-090 com a PR-151. A apresentação serviu para tratar da pavimentação de 2,6 quilômetros do início da PR-090, a partir da PR-340. A obra tem um valor estimado de aproximadamente R\$ 17 milhões.

Quando ficar pronto, o contorno vai desviar o tráfego pesado da cidade e trazer mais segurança tanto para os moradores quanto para os motoristas que circulam pela região de Castro. Além disso, vai ligar os Distritos Industriais I e II do município. Este trecho terá 14 quilômetros e custo total de R\$ 60 milhões.

O coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), Glauco Lobo, foi um dos representantes do órgão em Castro. “Esta parceria com o BID contempla encontros como esse para que os moradores dos locais onde acontecerão as obras possam ser ouvidos”, explicou. Ao fim da explanação, os cerca de 70 participantes puderam tirar dúvidas sobre o projeto.

Ente os presentes estava o produtor rural Jan Petter, que destacou a relevância da obra para a região. “Para futuros investimentos no município na área industrial é o básico porque já perdemos indústrias que não se instalaram por causa deste trecho que não está pronto”, destacou.

Jan Haasjes, morador da Colônia Castrolanda, tem boas expectativas para o futuro de sua localidade. “Nós estamos muito felizes porque traz desenvolvimento para Castro e vibramos com a ideia de que mais empresas venham a se instalar”, resumiu.

TODO O ESTADO - Esta é uma das várias consultas promovidas pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, DER-PR e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que têm como objetivo tirar dúvidas sobre o Plano Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado.

Orçado em US\$ 435 milhões - US\$ 235 milhões de financiamento do BID e US\$ 200 milhões de contrapartidas do Estado - o programa prevê uma série de investimentos em infraestrutura em todo o Paraná.

Contorno Norte é apresentado à população

Cerca de 50 moradores compareceram à Consulta Pública para implantação do Contorno Norte, na última sexta-feira (5), no Centro da Juventude. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa (lote 2), serão realizadas as obras do acesso ao contorno com a pavimentação de 2,6 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik, a construção de um viaduto no entroncamento com a PR 340 (Cruzo) com a PR-090 e uma rótula alongada em frente a Cargill. O investimento nestas obras serão de R\$ 17 milhões, financiados pelo BID.

A outra etapa do projeto (lote 1) será a pavimentação de mais 16 quilômetros ligando os dois distritos industriais. A assinatura do contrato entre o BID e o governo do Paraná está prevista para setembro, mas em junho já ocorrerão as licitações internacionais para a obra.

O engenheiro Glauco Tavares Luiz Lobo esclareceu uma das principais dúvidas dos produtores e garantiu que o acesso às propriedades não será prejudicado. “Ninguém ficará sem acesso”, disse.

Progresso

Para o produtor Jan Haasjes a obra é importante para atrair mais indústrias para o município. “Estou muito feliz, porque vai trazer mais desenvolvimento para Castro. Vibramos com a ideia de que mais empresas venham se instalar aqui e esse trecho de asfalto vai viabilizar isso”, disse.

O produtor Jan Petter disse que o asfalto no acesso ao distrito industrial é urgente. “É uma obra importante para futuros investimentos em Castro, porque pela falta de asfalto nesse trecho já perdemos indústrias”, destacou.

De acordo com o DER, oito empresas interessadas em se instalar no município já protocolaram pedido de estudos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Compromisso

O prefeito Moacyr Fadel Junior disse que o asfalto no trecho do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik era um compromisso desde a instalação das empresas no município. “Pedimos apoio ao governo do Estado e estamos sendo atendidos. É o início das obras que vão ligar os dois distritos industriais do Município e que com certeza, vai atrair muitas empresas para Castro”, finalizou.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

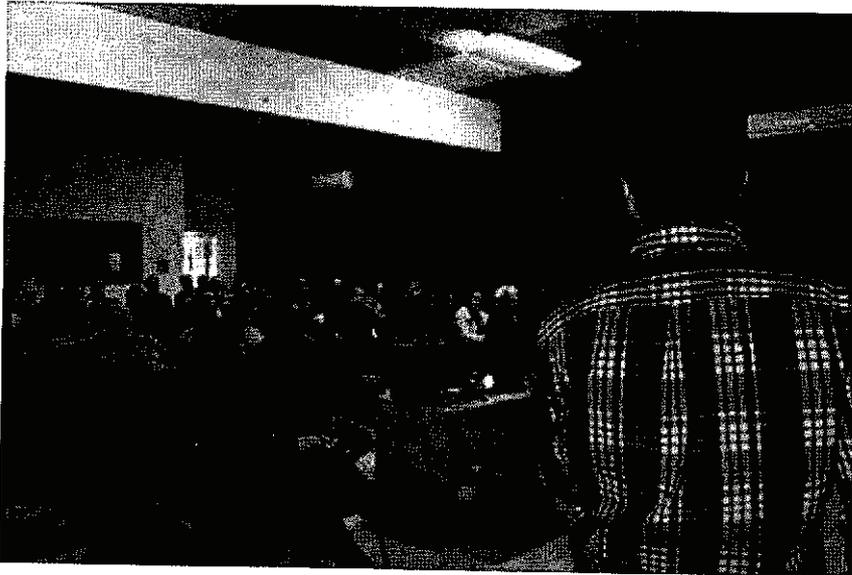


Prefeitura Municipal de Castro

17 h · 🌐

MAIS DESENVOLVIMENTO PARA CASTRO COM O CONTORNO NORTE

Cerca de 50 moradores compareceram à Consulta Pública para implantação do Contorno Norte, na última sexta-feira (5), no Centro da Juventude. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa (lote 2), serão realizadas as obras de acesso ao contorno com a pavimentação de 2,6 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik, a construção de um viaduto no entroncamento com a PR 340 (Cruzo) com a PR-090 e uma rótula alongada em frente a Cargill. O investimento nestas obras serão de R\$ 17 milhões, financiados pelo BID.



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



POR MEIO DE CONSULTA PÚBLICA

Contorno Norte é apresentado

Da Redação

Parece que uma promessa antiga dos governos municipal e estadual a população castrense, finalmente vai começar a sair do papel. Trata-se da construção do Contorno Norte – obra que fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II).

Na última sexta-feira, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizaram Consulta Pública no Centro da Juventude de Castro, para ouvir a população sobre a implantação da obra. Cerca de 50 pessoas compareceram ao evento.

Durante o encontro o engenheiro Glaucio Tavares Luiz Lobo afirmou que ninguém ficará sem acesso. Esta era uma das principais dúvidas dos produtores rurais da região.

A maioria dos presentes mostrou-se favorável à construção do Contorno Norte. Alguns, inclusive, mencionaram a possibilidade da vinda de novas empresas para o município a partir da obra, já que segundo empresários e autoridades castrenses, diversos empreendedores já demonstraram interesse em se instalar nos complexos industriais da cidade, mas acabaram adiando a vinda devido a falta de infraestruturas.

Sobre a obra
O Contorno Norte fará

a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa (lote 2), estão previstas a realização de obras de acesso ao contorno com a pavimentação de 2,6 quilômetros de estrada, do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik, além de a construção de um viaduto no entroncamento entre a PR 340 (Cruzo) e a PR-090, e uma rótula alongada em frente a Cargill. O investimento nestas obras serão de R\$ 17 milhões, financiados pelo BID.

A outra etapa do projeto (lote 1) será a pavimentação de mais 16 quilômetros ligando os dois distritos industriais. A assinatura deve acontecer em setembro.

*Com assessorias

Infraestrutura: Contorno Norte é apresentado à população castrense

Cerca de 50 moradores compareceram à Consulta Pública para implantação do Contorno Norte, na sexta-feira (5), no Centro da Juventude. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa (lote 2), serão realizadas as obras do acesso ao contorno com a pavimentação de 2,6 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik, a construção de um viaduto no entroncamento com a PR 340 (Cruzo) com a PR-090 e uma rótula alongada em frente a Cargill. O investimento nestas obras serão de R\$ 17 milhões, financiados pelo BID.

A outra etapa do projeto (lote 1) será a pavimentação de mais 16 quilômetros ligando os dois distritos industriais. A assinatura do contrato entre o BID e o governo do Paraná está prevista para setembro, mas em junho já ocorrerão as licitações internacionais para a obra.

O engenheiro Glauco Tavares Luiz Lobo esclareceu uma das principais dúvidas dos produtores e garantiu que o acesso às propriedades não será prejudicado. “Ninguém ficará sem acesso”, disse.

Progresso

Para o produtor Jan Haasjes a obra é importante para atrair mais indústrias para o município. “Estou muito feliz, porque vai trazer mais desenvolvimento para Castro. Vibramos com a ideia de que mais empresas venham se instalar aqui e esse trecho de asfalto vai viabilizar isso”, disse.

O produtor Jan Petter disse que o asfalto no acesso ao Distrito Industrial é urgente. “É uma obra importante para futuros investimentos em Castro, porque pela falta de asfalto nesse trecho já perdemos indústrias”, destacou.

De acordo com o DER, oito empresas interessadas em se instalar no município já protocolaram pedido de estudos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Compromisso

O prefeito Moacyr Fadel Junior disse que o asfalto no trecho do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik era um compromisso desde a instalação das empresas no município. “Pedimos apoio ao governo do Estado e estamos sendo atendidos. É o início das obras que vão ligar os dois distritos industriais do Município e que com certeza, vai atrair muitas empresas para Castro”, finalizou.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

Contorno Norte é apresentado à população castrense

Cerca de 50 moradores compareceram à Consulta Pública para implantação do Contorno Norte, na última sexta-feira (5), no Centro da Juventude. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa (lote 2), serão realizadas as obras do acesso ao contorno com a pavimentação de 2,6 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik, a construção de um viaduto no entroncamento com a PR 340 (Cruzo) com a PR-090 e uma rótula alongada em frente a Cargill. O investimento nestas obras serão de R\$ 17 milhões, financiados pelo BID.

A outra etapa do projeto (lote 1) será a pavimentação de mais 16 quilômetros ligando os dois distritos industriais. A assinatura do contrato entre o BID e o governo do Paraná está prevista para setembro, mas em junho já ocorrerão as licitações internacionais para a obra. O engenheiro Glauco Tavares Luiz Lobo esclareceu uma das principais dúvidas dos produtores e garantiu que o acesso às propriedades não será prejudicado. “Ninguém ficará sem acesso”, disse.

Progresso

Para o produtor Jan Haasjes a obra é importante para atrair mais indústrias para o município. “Estou muito feliz, porque vai trazer mais desenvolvimento para Castro. Vibramos com a ideia de que mais empresas venham se instalar aqui e esse trecho de asfalto vai viabilizar isso”, disse.

O produtor Jan Petter disse que o asfalto no acesso ao Distrito Industrial é urgente. “É uma obra importante para futuros investimentos em Castro, porque pela falta de asfalto nesse trecho já perdemos indústrias”, destacou.

De acordo com o DER, oito empresas interessadas em se instalar no município já protocolaram pedido de estudos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Compromisso

O prefeito Moacyr Fadel Junior disse que o asfalto no trecho do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik era um compromisso desde a instalação das empresas no município. “Pedimos apoio ao governo do Estado e estamos sendo atendidos. É o início das obras que vão ligar os dois distritos industriais do Município e que com certeza, vai atrair muitas empresas para Castro”, finalizou.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná.

Contorno Norte é apresentado à população castrense

Cerca de 50 moradores compareceram à Consulta Pública para implantação do Contorno Norte, na última sexta-feira, 05, no Centro da Juventude. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Contorno Norte fará a ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II). Na primeira etapa (lote 2), serão realizadas as obras do acesso ao contorno com a pavimentação de 2,6 quilômetros do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik, a construção de um viaduto no entroncamento com a PR 340 (Cruzo) com a PR-090 e uma rótula alongada em frente a Cargill. O investimento nestas obras serão de R\$ 17 milhões, financiados pelo BID.

A outra etapa do projeto (lote 1) será a pavimentação de mais 16 quilômetros ligando os dois distritos industriais. A assinatura do contrato entre o BID e o governo do Paraná está prevista para setembro, mas em junho já ocorrerão as licitações internacionais para a obra. O engenheiro Glauco Tavares Luiz Lobo esclareceu uma das principais dúvidas dos produtores e garantiu que o acesso às propriedades não será prejudicado. “Ninguém ficará sem acesso”, disse.

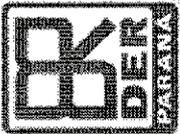
De acordo com o DER, oito empresas interessadas em se instalar no município já protocolaram pedido de estudos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

COMPROMISSO – O prefeito Moacyr Fadel Junior (PMDB) disse que o asfalto no trecho do Cruzo até as indústrias Cargill e Evonik era um compromisso desde a instalação das empresas no município. “Pedimos apoio ao governo do Estado e estamos sendo atendidos. É o início das obras que vão ligar os dois distritos industriais do Município e que com certeza, vai atrair muitas empresas para Castro”, finalizou.

O projeto do Contorno Norte está disponível para consulta na página do DER/PR por meio do link:

<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>, e ainda no site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná. (Com assessoria)

<http://www.blogdojohnny.com.br/postagens/contorno-norte-e-apresentado-a-populacao-castrense/>



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE CASTRO

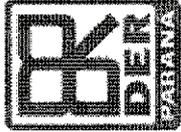
Data: 05/05/2017

Horário: 16:00

Local: CENTRO DA JUVENTUDE

Rua Raimundo F. Gaião, 359, Vila Rio Branco - Castro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
José Roberto Ribeiro	Leontomendes			José Roberto Ribeiro
Thiago Junqueira	Câmara			[Signature]
Mauricio Carneiro	DOMINA			[Signature]
Albertus F. Muller	Empresarial			[Signature]
Orsi Carlos O. Gomes	Associação			[Signature]
Jan Haesjes	Repa. proprio			[Signature]
Leintia Kirsch	bovink			[Signature]
Renata de Paula	Concill			[Signature]
REICER BRISKY	REPRESENT.			[Signature]
Wilson Luiz Bonfá	Bombões			[Signature]
WALEN FARIAS VATO	PREFEITURA			[Signature]
Paulo R. Nocer	Prefeitura			[Signature]
Jaqueline Koch Rodrigues	Prefeitura			[Signature]
Marcela Apa Gomes	Prefeitura			[Signature]
Contorno de Castro - Associação de Moradores do Contorno de Castro				



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



Banco Interamericano
de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE CASTRO

Data: 05/05/2017

Horário: 16:00

Local: CENTRO DA JUVENTUDE
Rua Raimundo F. Gaião, 359, Vila Rio Branco - Castro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Paulo Davi Rodrigues	Prestes Com. (Município)	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Fabio de Assis	Carajás	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Maycon Soboi	União Médica	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Sônia Amaineiroz	S.M.E.D	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Ryane Nova	Sindicato Ruralista	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Eduardo M. Gomes	Castrolândia	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Ricardo H. Borja	Atletismo "	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Janete	Pompeu	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Domiano Machado	Imanik	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Neu Gomes de Freitas	Caraculha	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Clayson Ferraria	Caraculha	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Mauro Vin	Caraculha	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]



Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE CASTRO

Data: 05/05/2017

Horário: 16:00

Local: CENTRO DA JUVENTUDE
Rua Raimundo F. Gaião, 359, Vila Rio Branco - Castro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
DULCENEIA ANA DOS REIS	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
MAURICIO KUSDNA	CAMARA MUN.	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
GRAZIELLE ROMES DA SILVA	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
CRISTIANE AP. MEIRA	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
CLAUDIA SLEUTZES	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
GRASIELI BORGES	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
AUGUSTO G.I. BECK	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
DIEGO HARA	NOVA CASTRO	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Jose Augusto C. S. ...	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Heleio Luiz Ferraz	EMATER	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Juliane do A. Vieira	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]



Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE CASTRO

Data: 05/05/2017

Horário: 16:00

Local: CENTRO DA JUVENTUDE

Rua Raimundo F. Gaião, 359, Vila Rio Branco - Castro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
EMERSON E GORZON	PM C	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
MAURICIO F. FADEL	PM C	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
JOAO SIVALDO PRESTES	SIND. RURAL	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Inês Teresinha Sampaio Fischer	PM C	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Vanderlei de Araújo	Hotel 100 A	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
JOÃO C. MAGNUM	MAQUINARIA IMOV	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Thiago Melina	Cangile	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Carvalho henerium	Tabelaion de	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Mary Isabel de Jgn	Carne	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Anderson Borges	ALCASTRO	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Fomce George Moraes	SOMEPAR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]

Of. Circular nº 009/GS

Curitiba, 18 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Implantação do Contorno Norte de Castro/PR, ligação entre as rodovias PR-151 e PR-090 (Distrito Industrial I e II de Castro), nesse município, no âmbito do Programa BID.

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL**, para apresentação do **PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO CONTORNO NORTE DE CASTRO/PR**, no município de Castro, conforme segue:

Data: 05 de maio de 2017

Horário: Abertura: 16 horas
Encerramento: 17h30

Local: Centro da Juventude

Endereço: Rua Raimundo F. Gaião, 359 – Vila Rio Branco – Castro

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários por meio do telefone (41) 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,



José Richa Filho
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

PERGUNTAS ESCRITAS

					
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - CONTORNO DE CASTRO					
Local: CENTRO DA JUVENTUDE					
Data: 05/05/2017 Horário: 16h					
NOME	Albertus Melkers	RG/CPF	[REDACTED]		
ENTIDADE	Movida da Promut	CONTATO	[REDACTED]		
PERGUNTAS					
ESCRITA			ORAL		
Trajeto - Contorno norte que vai ligar Coqueal					
vai passar onde?					
O lançamento Coqueal qual é o projeto?					

					
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - CONTORNO DE CASTRO					
Local: CENTRO DA JUVENTUDE					
Data: 05/05/2017 Horário: 16h					
NOME	FRANS BORG	RG/CPF	[REDACTED]		
ENTIDADE	CASTROLANDA	CONTATO	[REDACTED]		
PERGUNTAS					
ESCRITA			ORAL		
A seção 1 do Contorno de Castro está					
contemplada no financiamento do BID					



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE CASTRO

Local: CENTRO DA JUVENTUDE

Data: 05/05/2017 Horário: 16h

NOME	<i>Jan Haasjes</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>Proprietário Afetado</i>	CONTATO	

PERGUNTAS

	ESCRITA		ORAL <input checked="" type="checkbox"/>
<i>Acesso Lavouras Ouro</i>			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE CASTRO

Local: CENTRO DA JUVENTUDE

Data: 05/05/2017 Horário: 16h

NOME	<i>Eduardo Medeiros</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>Sind Rural de Castro</i>	CONTATO	

PERGUNTAS

	ESCRITA		ORAL
<i>Δ PR 340 vai até Serra Azul.</i>			
<i>Seria legal um trecho</i>			
<i>da rod 340. Pode realizar Projeto?</i>			

PERGUNTAS ORAIS

			
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE CASTRO			
Local: CENTRO DA JUVENTUDE			
Data: 05/05/2017 Horário: 16h			
NOME	<i>Jan Petter</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>Proprietário</i>	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO

CONSULTAS PÚBLICAS

AFETADOS

RELATÓRIO SÍNTESE

Julho/2017



1 - APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades relacionadas às Consultas Públicas realizadas no âmbito do Programa BID I – Integração, compreendendo as etapas pré-consultas (divulgação e organização), realização das Consultas (registros audiovisuais) e pós-consultas (Memória de Reunião e site).

As mesmas foram realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER em atendimento às Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Estas consultas específicas visaram apresentar e discutir com os afetados, informações acerca do Programa BID, dos projetos dos empreendimentos rodoviários e, particularmente, apresentar os procedimentos de desapropriação utilizados pelo DER.

O principal propósito foi criar uma primeira aproximação com os afetados de áreas a serem desapropriadas, informando-lhes, divulgando e colhendo opiniões e sugestões em torno das obras a serem realizadas, dando transparência a todo processo.

As consultas com afetados de que trata esta etapa referem-se à amostra representativa de cada tipo de obra que será realizada ao longo do Programa, conforme cronograma destacado abaixo, sendo que o presente Relatório Preliminar apresenta a documentação e os resultados das seis Consultas Presenciais até então realizadas, as quais seguiram a mesma metodologia quanto às formas de divulgação e de realização.

O Relatório estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se um Relatório Síntese das Consultas Públicas por meio do qual se descrevem o público alvo, os principais processos de divulgação (anterior, durante e posterior) à realização das mesmas, bem como a execução das Consultas Públicas com afetados.



Em anexo apresentam-se os Relatórios de cada Consulta Pública da amostra, na seguinte sequência: Marechal Cândido Rondon, Coronel Domingos Soares, Mato Rico, Castro, Colombo e Irati.

Cada Relatório contém, em arquivos distintos:

- ✓ Relatório Síntese;
- ✓ Memória (ata) da Reunião da Consulta Pública,
- ✓ Lista de convidados;
- ✓ Convites (ofícios) enviados;
- ✓ Lista de confirmação de recebimento dos convites;
- ✓ Divulgação pós evento);
- ✓ Slides (apresentação do Programa BID);
- ✓ Slides (apresentação Projeto);
- ✓ Slides (apresentação dos Procedimentos de Desapropriação);
- ✓ Lista de presença,
- ✓ Fichas de pergunta.

2 – CONSULTAS PÚBLICAS

O público alvo das Consultas Públicas foram os proprietários, posseiros, arrendatários, inquilinos e outros, que serão diretamente atingidos pelo Projeto (afetados de áreas e/ou edificações a serem desapropriadas).

2.1 Divulgação

As Consultas Públicas foram divulgadas através de convites nominais (Ofício Circular) direcionados aos afetados conforme listagem atualizada encaminhada pelos técnicos locais responsáveis pelos Projetos. Em alguns casos, especialmente naqueles onde haveria transporte público para o evento, as consultas foram anunciadas em rádios locais.



2.1.1. Convites

Foram enviados convites nominais a todos os afetados do projeto, segundo cadastro integrante dos projetos de desapropriação.

As Prefeituras locais e os técnicos regionais do DER encarregaram-se de fazer a entrega, em mãos, aos afetados. Em sua ausência, os convites foram entregues aos responsáveis mediante identificação e assinatura.

Estes ofícios continham informações gerais sobre o evento e ressaltavam sobre os canais de comunicação abertos com a Comunidade por meio da disponibilização de documentos de consultas nos sites do DER e da SEIL bem como via telefone 0800. Informava também sobre a disponibilidade de cópias físicas dos projetos na sede do escritório regional do DER correspondente.

2.1.2. Publicações em sites Pré Consulta

Houve divulgação da repercussão dos eventos nos SITES da SEIL e do DER, das Prefeituras Municipais e nas redes sociais (Facebook).

Neste veículo disponibilizaram-se, para CONSULTA, os links contendo os seguintes documentos: SÍNTESE DO PROJETO e ESTUDO AMBIENTAL dos Projetos, os quais estarão disponíveis por trinta (30) dias a partir da data de realização da respectiva Consulta Pública Presencial:

Disponibilizou-se também um link que remete ao e-mail da OUVIDORIA do DER e da SEIL, bem como o número de telefone 0800-410111, como garantia da permanência do processo de participação da população nos processos, no período pós Consultas Presenciais, por meio dos quais a população poderá recorrer para dirimir dúvidas, críticas e ou sugestões.

2.2 Realização das Consultas Públicas Presenciais



As Consultas Públicas Presenciais ocorreram no período de 29 de junho a 13 de julho de 2017, sendo realizadas nos municípios onde os empreendimentos integrantes da amostra representativa do Programa BID I – Integração.

Para sua realização, o Estado contou com a colaboração das Prefeituras e dos escritórios Regionais do DER, tanto na etapa de divulgação do evento, entregas nominais de convites quanto para a operacionalização do evento.

Nos municípios de Irati e Mato Rico, as Prefeituras disponibilizaram ônibus para o transporte dos afetados tendo em vista o seu número elevado bem como a larga distância para o local do evento.

O horário escolhido buscou privilegiar a participação de todos e, em caso de ocorrer em horário comercial, houve o comprometimento das Prefeituras de que o horário definido não comprometeria o quórum.

**PROGRAMA BID
CRONOGRAMA DE CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS**



OBRAS	LOCAL	DATA	HORÁRIO
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	29/06/2017 (quinta-feira)	19h00
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	CEL. DOMINGOS SOARES	30/06/2017 (sexta-feira)	19h00
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	IRATI	11/07/2017 (terça-feira)	19h00
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	MATO RICO	04/07/2017 (terça-feira)	15h00
Pavimentação: Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR	CASTRO	05/07/2017 (quarta-feira)	17h00
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	COLOMBO	06/07/2017 (quinta-feira)	19h00
Consulta Geral Apresentação do Programa BID	CURITIBA	13/07/2017 (quinta-feira)	14h30

2.2.1 Estrutura local para os eventos

Os locais utilizados para a realização dos eventos foram sugeridos pelos atores locais (Prefeituras Municipais e Regionais do DER), os quais se encarregaram da logística e apoio operacional.

No *hall* de entrada dos auditórios foram montadas as recepções do evento contendo a mesa de preenchimento da lista de presença e um espaço para café e água. O acesso aos auditórios foi liberado somente após o preenchimento da lista de presença, para melhor controle dos participantes.

Foram utilizados sistemas de som e projeção em telão ao fundo do palco para a realização das apresentações.

2.2.2 Consultas Públicas Presenciais

Compareceram aos eventos representantes das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores dos municípios envolvidos diretamente com o empreendimento e de municípios vizinhos, representantes do Ministério Público, de ONGS, de associações e cooperativas, de escolas, hospitais, comerciantes, afetados das áreas afetadas pelos empreendimentos, representantes de instituições públicas,



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



privadas e para públicas e afetados de áreas a serem afetadas, além de vários outros interessados da região.

O quadro abaixo apresenta o horário de início e término, bem como o número de participantes em cada uma das Consultas Públicas.

PROGRAMA BID						
CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS						
OBRAS	HORÁRIO	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS AFETADAS	Nº TOTAL DE CONVIDADOS	REPRESENTATIVIDADE DE CONVIDADOS (%)	Nº TOTAL DE PARTICIPANTES (AFETADOS OU HERDEIROS OU REPRESENTANTES)	REPRESENTATIVIDADE DE COMPARECIMENTO (%)
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Início: 19h05 Término: 20h45H	25	27	108	29	93
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Início: 19h15 Término: 20h30	38	34	89	19	179
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Início: 19h20 Término: 21h15	74	36	49	44	82
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	Início: 15h30 Término: 17h45	190	128	67	102	125
Implantação do Contorno Norte de Castro/PR	Início: 17h00 Término: 18h35	6	6	100	13	46
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Início: 19h10 Término: 20h35	25	24	96	18	133

Consulta	Horário	Número de entidades convidadas	Número de pessoas participantes
Consulta Pública Geral em Curitiba	Início: 19h10 Término: 20h35	25	75



Em todas as Consultas Públicas seguiu-se um mesmo ROTEIRO no qual inicialmente o cerimonial apresentava os objetivos e a programação do evento, dando ênfase aos canais de participação pós consulta presencial.

Na sequência ocorreu uma apresentação das principais diretrizes do PROGRAMA BID I – INTEGRAÇÃO. Esta apresentação era realizada por membros da equipe de Coordenação do Programa BID, pela SEIL ou pelo DER.

Logo após o(a) Engenheiro(a) - Gerente responsável (Fiscal do Projeto), pelo DER, apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento (apresentações em anexo).

E, finalmente, houve a apresentação realizada por técnicos das equipes da Diretoria Técnica e da Procuradoria Jurídica do DER, sobre os procedimentos de desapropriação a serem adotados por esta instituição ao longo do processo de desapropriação.

O quadro abaixo apresenta os respectivos palestrantes responsáveis pelas apresentações nas Consultas Públicas Presenciais

PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO			
APRESENTAÇÕES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	LOCAL	RESPONSÁVEL	
		Diretrizes do Programa BID	Projeto de Engenharia (DER)
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	G. L. (Coordenador Técnico do DER)	G.L. (Coordenador Técnico do DER)
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	J. V. (Coordenadora de Planejamento da SEIL)	P. R. M. (Gerente de Operações da Sup. Regional Oeste do DER)
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Irati	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)	Eleandro Campos Pereira (Engenheiro – Fiscal do Projeto)



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	J.V. (Coordenadora de Planejamento da SEIL)	E. C. P. (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	G. L. (Coordenador Técnico do DER)	E. C. P. (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	G. L. (Coordenador Técnico do DER)	J. K. (Engenheiro – Coordenador do Projeto)

E, finalmente, partiu-se para a etapa final de debates onde ocorreu a participação efetiva da comunidade.

Esta participação foi oportunizada por meio da disponibilidade de FICHAS DE PERGUNTAS por meio da qual o participante inscrevia-se para a manifestação verbal ou escrita. Esclarecemos aqui muitos afetados preferiram fazer as perguntas em particular aos técnicos do DER. Em todas as consultas os técnicos mantiveram-se no local até que todas as perguntas fossem esclarecidas.

O quadro abaixo apresenta os resultados das manifestações formais da plateia, estando as mesmas anexadas a este Relatório.

PROGRAMA BID		
DEBATES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS		
OBRAS	LOCAL	Nº DE PERGUNTAS
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	9
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	1
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Irati	8



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Pavimentação: Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	4
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	5
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das Consultas Públicas oportunizou o primeiro contato com os que serão diretamente afetados pelos projetos a serem executados.

Oportunizaram a atualização das listas e tabelas de desapropriações, tendo em vista que muitas delas foram originárias de projetos de engenharia elaborados há algum tempo atrás.

Permitiram uma primeira aproximação com estes atores e, certamente, os contatos pré-estabelecidos com os afetados facilitarão o cumprimento das próximas etapas do processo.

A despeito do número baixo de intervenções e questionamentos formalizados via ficha de perguntas, registraram-se inúmeros contatos diretos com os afetados, nos bastidores, os quais resultaram em trocas de contatos e distribuição de cartões de visita, o que garantirá uma maior confiabilidade e estreitamento das relações de confiança nos futuros processos indenizatórios a serem realizados no âmbito do Programa BID.



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – afetados: Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
05/07/2017	17h	18h35	Salão de Atos da Prefeitura Municipal - R. Pedro Kaled, 22 - Centro, Castro - PR

2. Participantes

Vide lista de presença anexa.

3. Pauta

Item	Descrição
1	CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - Este evento, realizado no âmbito do Programa BID I – Integração, trata da realização de Consulta Pública Presencial com os afetados para apresentação dos procedimentos de Desapropriação adotados pelo DER/PR no contexto do empreendimento rodoviário “ Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR ”, obra integrante do referido Programa de financiamento externo.

4. Relato da reunião

J. V. B.: Coordenadora de Planejamento da SEIL apresentou os objetivos da Reunião, destacando que o evento atendia a uma política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Expôs que o principal objetivo era o de abrir um canal de comunicação com os afetados a serem desapropriados para dirimir dúvidas e esclarecer acerca dos procedimentos a serem adotados pelo DER/PR nos processos de indenização futuros. Esclareceu sobre a programação da Reunião, alertando que havia a disponibilidade de participação por meio de inscrição junto às atendentes, utilizando-se de fichas para manifestação escrita ou verbal. Alertou sobre a importância de assinatura das listas de presença. Enfatizou que todas as contribuições seriam respondidas pelo contato indicado na ficha de perguntas, a despeito da disponibilidade de tempo.

Apresentou o link da SEIL e do DER no qual seria possível a comunicação com a comunidade pós Consulta Presencial, alertando que o material de consulta (Síntese do Projeto e Estudo Ambiental) estarão disponíveis por trinta dias para consulta pública e apresentou também o link da OUVIDORIA do DER e o telefone 0800-410111 como alternativa àqueles que não possuem acesso à internet. Comentou sobre a disponibilidade de cópias físicas dos Projetos no Escritório Regional do DER e sobre a colocação de uma urna neste local para que o usuário possa proceder em caso de desejar se manifestar anonimamente.

G. L.: Coordenador Técnico do DER apresentou as diretrizes do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística - BID I – Integração. Destacou um cronograma apresentando as datas mais relevantes para a efetivação do Programa, ressaltando que há uma estimativa de Assinatura do Contrato de Financiamento para o mês de setembro de 2017. Apresentou os quadros com as componentes de categorias de inversão na qual destaca a concentração



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião:	CONSULTA PÚBLICA – afetados: Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR
-------------------------	---

do Programa (89%) em Obras Rodoviárias mas argumenta que há importantes componentes de fortalecimento institucional e de estudos e ações multimodais a serem executadas no Programa. Revelou os valores globais do Programa, o qual totaliza US\$ 435 milhões, sendo US\$ 235 milhões oriundos de financiamento e US\$ 200 milhões de recursos de contrapartidas do Estado. Destaca, por meio de mapa, as obras a serem executadas pelo Programa, destacando a sua abrangência. Destaca que o Contorno de Mal Cândido Rondon integra um rol de outras seis obras selecionadas como amostra representativa do Programa e finalmente enfatiza que o prazo de execução do programa é de no máximo cinco anos, podendo ser executado em menor tempo. Reforçou os meios de comunicação permanentes dos usuários com o DER seja por meio da Ouvidoria, via 0800 ou diretamente no Escritório Regional do DER da região.

E. P.: Engenheiro do DER apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento. Destacou a sua localização, objetivos e principais características técnicas do empreendimento. Demonstrou por meio de imagens as intervenções a serem executadas e ressaltou os principais benefícios do empreendimento: redução considerável do tempo de viagem, melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, redução da poeira e adores no perímetro urbano dentre outros. Alertou, ainda a população quanto às possíveis interferências durante a execução da obra: vibração dos equipamentos, poeira e ruídos, desvio de tráfego e outros.

J. S. – Engenheira da Diretoria Técnica do DER apresentou os procedimentos de desapropriação de imóveis utilizados pelo DER-PR. Iniciou ressaltando sobre os objetivos da reunião quais sejam: atender à política do BID para desapropriação, apresentar de forma sucinta os procedimentos utilizados para tal e as possíveis medidas compensatórias. Destacou que o público-alvo da reunião foram os afetados atingidos pelo Projeto bem como os afetados indiretos ocupantes dentre os quais mencionou os posseiros, funcionários residentes, inquilinos ou comodatários. Ressaltou que a política do BID estabelece que todos os atingidos pelo empreendimento deverão ter conhecimento prévio destes mecanismos de desapropriação.

Na sequência explicou os conceitos de Decreto de Utilidade pública (DUP) e de Desapropriação, bem como esclareceu sobre quais são as modalidades de desapropriação a serem praticadas no processo indenizatório. De forma esquemática apresentou o fluxograma de atividades a serem desenvolvidas no processo de desapropriação os quais incluem o projeto de desapropriação e o levantamento socioeconômico da família desapropriada. Enunciou as etapas correspondentes à fase de realização do projeto de desapropriação e ilustrou explicando sobre a planta e memorial descritivo ressaltando que as mesmas serão apresentadas e elaboradas para cada imóvel desapropriado.

Detalhou sobre as etapas que constam da etapa de realização do cálculo de valores de negociação, alertando que o DER constitui uma Comissão Técnica Jurídica de Avaliação a



**Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento**

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – afetados: Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR

qual cabe, dentre outras funções, a realização do cálculo dos valores de indenização, a partir de normas da ABNT, bem como cabe a apresentação e negociação dos laudos de negociação junto aos afetados. Discorreu sobre as modalidades de processos de desapropriação, alertando que estas podem ser via processo administrativo, onde há concordância entre as partes, via doação ou via processo judicial (sem concordância).

Mencionou alguns exemplos de medidas compensatórias, as quais podem envolver melhorias no acesso à propriedade, relocação ou execução de cercas, auxílio para recolocação na nova residência (em caso de esta ser a única residência) e outras.

Detalhou as etapas que compõem o processo de desapropriação, ressaltando que o Plano de Reassentamento incluirá a construção de uma Linha de Base Social para avaliar os impactos socioeconômicos do empreendimento, sejam os positivos, negativos e os riscos associados. Alertou sobre a necessidade de aplicação de um questionário para estabelecer o perfil das partes interessadas, e para tanto avisou aos participantes de que todos serão visitados por pesquisadores do Estado ou de empresas contratadas para tal, pedindo a colaboração de todos nesse processo. Informou sobre o número de desapropriados neste empreendimento e apresentou um croqui do empreendimento destacando as áreas de desapropriação. Descreveu as políticas do BID aplicadas aos projetos de desapropriação e detalhou os itens constantes da Matriz de Compensações (preliminar) a serem utilizadas em cada modalidade de desapropriação de imóveis (rurais, urbanos, residenciais, comerciais, etc.) destacando que as mesmas podem ser alteradas a partir de novos entendimentos com o BID, tendo em vista que estas estão em fase de aprovação.

DEBATES: Foram inscritas cinco (05) perguntas escritas. Foram estas as intervenções:

1. H. H. (afetado): A documentação da escritura precisa estar pronta? Precisa findar o inventário para receber o valor amigavelmente senão depósito em juízo e vai para a justiça. Há acompanhamento do Procurados do DER para que o afetado possa receber o mais rápido possível.
2. F. M. (afetado): No caso de rotatória, vai um engenheiro para mostrar exatamente o local da obra e o que será atingido na propriedade do seu pai? Os técnicos observaram e analisaram o projeto impresso para melhor visualizar a obra. Há uma nascente há 10m da moradia. A peça técnica esclareceu melhor.
3. J. (afetado): Vai ter calha para conter fluxo de água da rodovia. O que vem da propriedade é por conta do afetado? O DER constrói dissipadores para a contenção das águas para canalizar. Se na hora da construção houver prejuízo para o afetado o Engenheiro Eleandro sugeriu que o afetado reclama para o DER 0800, Escritório



**Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento**

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – afetados: Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR

Regional para que não aconteça. O slide ambiental prevê a questão de proteção de nascentes.

4. C. G. (afetado): No caso de o afetado possuir um poço, como ficará? O DER valorará e indenizará o valor de praça ou constrói um novo, de acordo com a negociação.
5. F. M.(afetado): A estrada antiga foi deslocada para a faixa de domínio antiga sem indenização/desapropriação. Como fica agora a desapropriação? O afetado tem 15 anos para recorrer aos precedentes anteriores. O DER instruiu os afetados a buscarem os recursos legais. Os procedimentos serão transparentes a partir deste Programa. Os afetados negociarão individualmente e haverá um acompanhamento permanente.

Às 18h35, perguntou-se se algum dos presentes tinha mais alguma manifestação e, não havendo mais dúvidas a Senhora Josil Voidela Baptista agradeceu, em nome do Governo do Estado do Paraná, a presença e participação de todos, declarando encerrada a sessão de Consulta Pública Presencial em Castro.

5. Responsável pela Ata

J. V.



CONCLUSÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS AOS AFETADOS

Na consulta pública para os afetados realizada em Castro foram entregues todos os 6 convites nominais aos afetados cadastrados. Compareceram à consulta, entre afetados e representantes de afetados 13 pessoas. A consulta formal iniciou-se as 17 horas e foi finalizada as 18 horas e 35 minutos.

As principais dúvidas estavam relacionadas com os procedimentos para tratar dos imóveis que não estão subdivididos, procedimentos para imóveis em processo de inventários, procedimentos com relação aos acessos às propriedades, benfeitorias, dúvidas com relação a desapropriações anteriores ao projeto (obras passadas), e também dúvidas com relação ao projeto de engenharia (locação, drenagem).

A maior parte dos afetados preferiram tirar suas dúvidas antes ou após os procedimentos formais da consulta pública, com os representantes do DER, em particular. Portanto a maior parte das dúvidas não foram anotadas nas fichas de inscrição para perguntas. Todas as dúvidas foram prontamente respondidas, e os proprietários manifestaram satisfação com as respostas da equipe técnica do DER.

Não foi identificado a necessidade de adequação deste projeto.

Ofício Circular

Curitiba, 23 de junho de 2017

Assunto: PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AO CONTORNO NORTE DE CASTRO/PR

Senhor Proprietário: [REDACTED]

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **REUNIÃO PÚBLICA PRESENCIAL** para breve apresentação do PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AO CONTORNO NORTE DE CASTRO/PR e dos **PROCEDIMENTOS DE DESAPROPRIAÇÃO** a serem utilizados pelo DER, quando da execução da referida obra.

DATA: 05 de julho de 2017 (quarta-feira)

HORÁRIO: 17 horas

LOCAL: Salão de Atos da Prefeitura Municipal

ENDEREÇO: R. Pedro Kaled, 22 - Centro, Castro - PR

O referido projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link:

<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>.

Cópias impressas destes documentos podem ser consultadas na Superintendência Regional Campos Gerais, DER/PR – Endereço: BR-376, km 493 + 700 m - Av. Presidente Kennedy - CEP 84.046-000 – Ponta Grossa - PR.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8165, com Glauco Lobo ou Janice Soares.



Atenciosamente,

Glauco Tavares Luiz Lobo
Coordenador Geral do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística – BID



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

BR-L1434



PROGRAMA BID I - Integração

Datas Relevantes

08/11/2016 – Aprovação COFIEX (Governo Federal)

07/03/2017 – Aprovação Perfil Programa (Diretório BID)

08 a 10/02/2017 – Missão de Identificação

03 a 07/04/2017 – Missão de Orientação

15 a 19/05/2017 – Missão de Análise

Estimativas:

Final de Agosto/2017 – Aprovação Minuta Diretório BID

Final de Setembro/2017 – Assinatura Contrato Empréstimo



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Mapa - Integração





AMOSTRA REPRESENTATIVA

RODOVIA	OBRAS CONSTRUÇÃO	EXT. (km)
CONTORNO	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	6,00
CONTORNO	Pavimentação: Contorno de Castro (Lote 2)	2,65
PR-239	Pavimentação: Pitanga – Mato Rico	43,15
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	27,02
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	47,71
PR-417	Amp. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	3,86
		130,39



Preparação do Programa -> SEIL/DER

Execução do Programa -> DER

Valor Global -> U\$ 435 Milhões

Valor Empréstimo -> U\$ 235 Milhões

Prazo de Execução -> 5 anos



CANAIS DE COMUNICAÇÃO PERMANENTES

Ouvidoria

www.der.pr.gov.br



Fale Conosco

0800-41 0111

Superintendência Regional Campos Gerais

BR-376, km 493 + 700 m

Fone: (42) 3219-1800

PAVIMENTAÇÃO DA PR-090

ACESSO AO CONTORNO DE
CASTRO

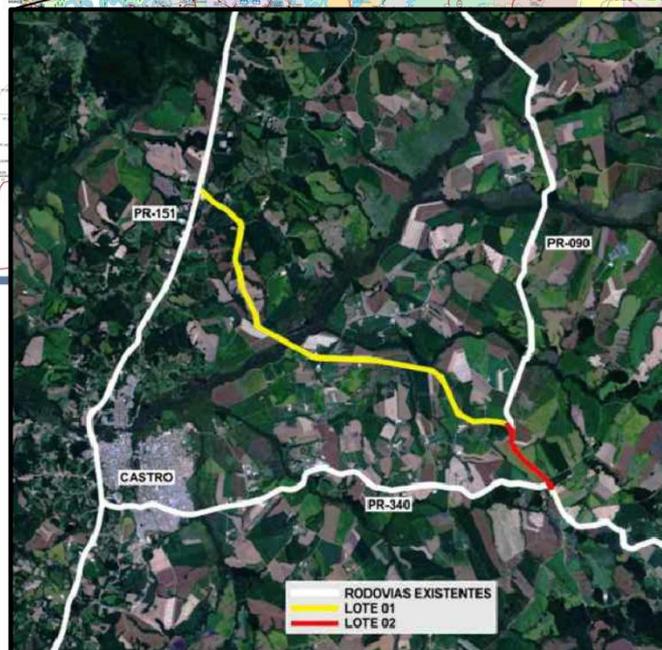
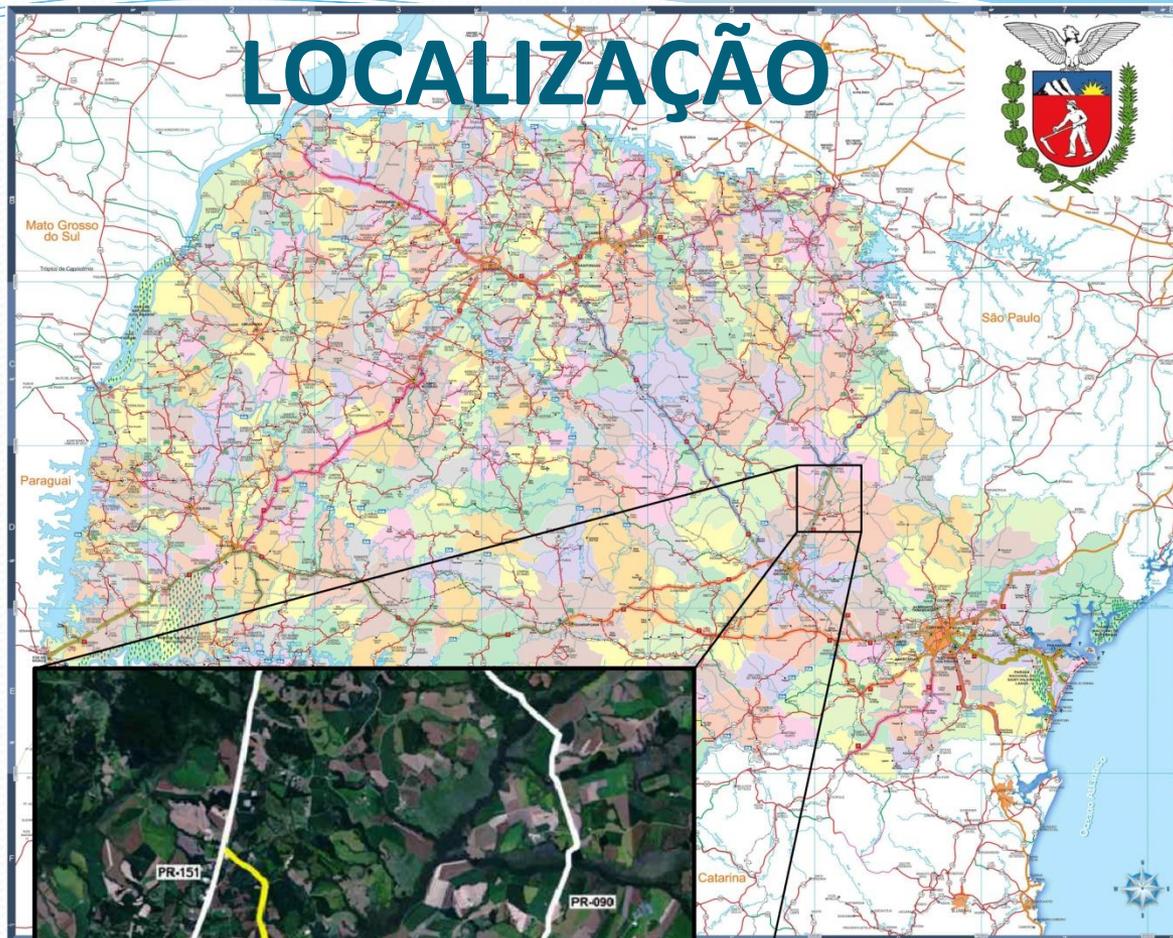
LOTE 2

INÍCIO: Interseção PR-340

FINAL: Distrito Industrial

EXTENSÃO: 2,6 km

LOCALIZAÇÃO



RODOVIAS EXISTENTES
LOTE 01
LOTE 02

OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

Desviar o fluxo de caminhões que hoje trafegam pelo centro urbano do município de Castro, realizando a integração entre os dois distritos industriais existentes.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROJETO

- **Elaboração do Projeto:** ENGEMIN – Engenharia e Geologia Ltda.;
- **Extensão:** 2,6 km;
- **Rodovia:** Simples com acostamento;
- **Pavimento Projetado:** Semi-rígido
 - Revestimento em concreto asfáltico (CAUQ), base granular (BGS) e sub-base estabilizada quimicamente (BGTC).
- **Interseções:** Foram projetadas 2 interseções para o segmento:
 - 01 em nível tipo rótula alongada (frente à Cargill).
 - 01 em níveis separados tipo passagem superior (PR-340);

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO

CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

Classe		I
Região		Ondulada
Velocidade diretriz	(km/h)	80
Velocidade operacional	(km/h)	60
Distância de visibilidade de parada	(m)	85
Número equivalente 'N' para 10 anos		$9,15 \times 10^6$ (AASHTO)
		$3,18 \times 10^7$ (USACE)

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO

SEÇÃO TRANSVERSAL

Largura da plataforma de terraplenagem	(m)	15,20
Largura da pista de rolamento	(m)	3,60*
Largura do acostamento	(m)	3,00*
Declividade da pista de rolamento	(%)	2,00%
Declividade do acostamento	(%)	2,00%
Inclinação do talude de corte	(v:h)	1:1
Inclinação do talude de aterro	(v:h)	2:3
Superelevação	(%)	8%

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO

PLANTA

Extensão em tangente	(m)	1.906,27
Porcentagem em tangente	(%)	72,60
Extensão em curva	(m)	719,28
Porcentagem em curva	(%)	27,40
Extensão total	(m)	2.625,56
Largura da faixa de domínio	(m)	50 - Variável nas Interseções
Raio mínimo de curvatura horizontal	(m)	230,00

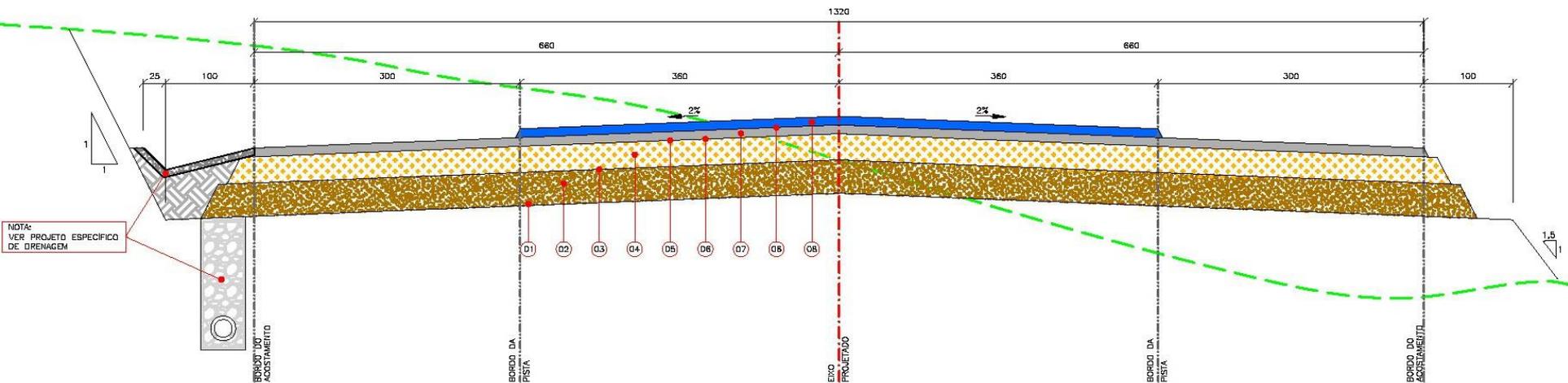
RAIO CURVA CIRCULAR (m)	FREQUÊNCIA (unid.)	DESENVOLVIMENTO (m)	PERCENTAGEM (%)
201 a 300	1	218,99	30,45
301 a 350	1	191,22	26,58
351 a 400	1	208,53	28,99
>400	1	100,54	13,98

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO

PERFIL					
Extensão em nível	(m)	-			
Declividade máxima	(%)	3,00			
Comprimento da declividade máxima	(m)	35,00			
Declividade mínima	(%)	0,225			
Comprimento da declividade mínima	(m)	70,00			
Comprimento total em curva vertical	(m)	1.650,00			
ACLIVE (%)	FREQUÊNCIA (unid.)	DESENVOLVIMENTO (m)	DECLIVE (%)	FREQUÊNCIA (unid.)	DESENVOLVIMENTO (m)
0,01 a 2,00	2	95,00	0,01 a 2,00	3	435,56
2,01 a 4,00	2	380,00	2,01 a 4,00	3	65,00
4,01 a 6,00	-	-	4,01 a 6,00	-	-
6,01 a 8,00	-	-	6,01 a 8,00	-	-
8,01 a 10,00	-	-	8,01 a 10,00	-	-
TOTAL EM ACLIVE		475,00	TOTAL EM DECLIVE		500,56

SEÇÃO TÍPICA PREDOMINANTE

SEÇÃO TIPO - LINHA GERAL EM TANGENTE

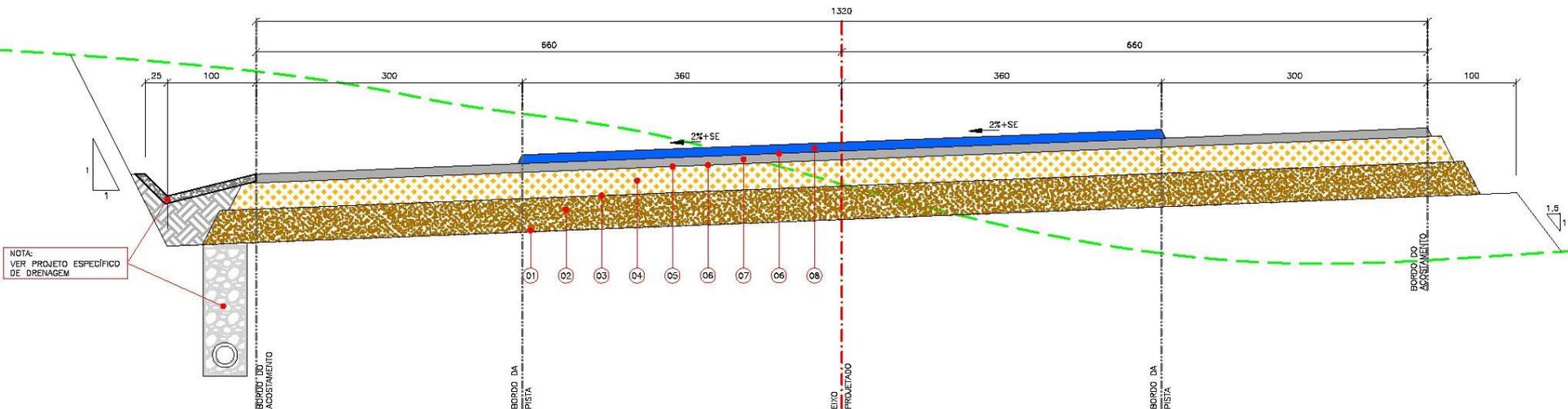


CAMADAS CONSTITUINTES

ITEM	CAMADA	TIPO	ESPESSURA (cm)
01	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO	-	-
02	SUB-BASE	BRITA GRADUADA TRATADA COM CIMENTO (BGTG)	18,00
03	PINTURA DE CURA	RR-1C	-
04	BASE	BRITA GRADUADA SIMPLES (BGS)	15,00
05	IMPRIMAÇÃO	CM-30	-
06	PINTURA DE LIGAÇÃO	RR-1C	-
07	REVESTIMENTO	C.B.U.Q. FAIXA "B" (BINDER)	5,00
08	REVESTIMENTO	C.B.U.Q. FAIXA "C" (CAPA DE ROLAMENTO)	5,00
	PREENCHIMENTO SOLO LOCAL	-	-

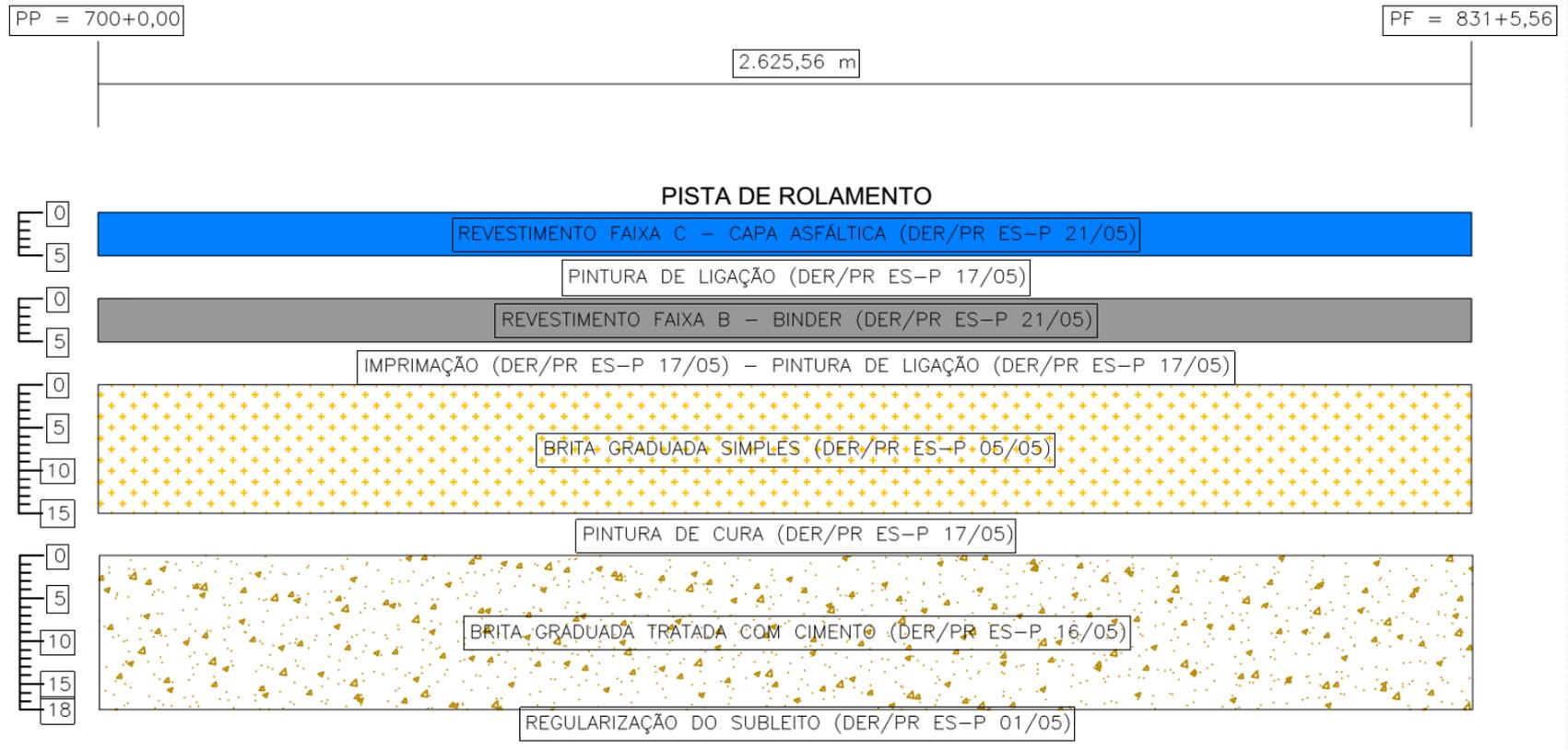
SEÇÃO TÍPICA PREDOMINANTE

SEÇÃO TIPO - LINHA GERAL EM CURVA

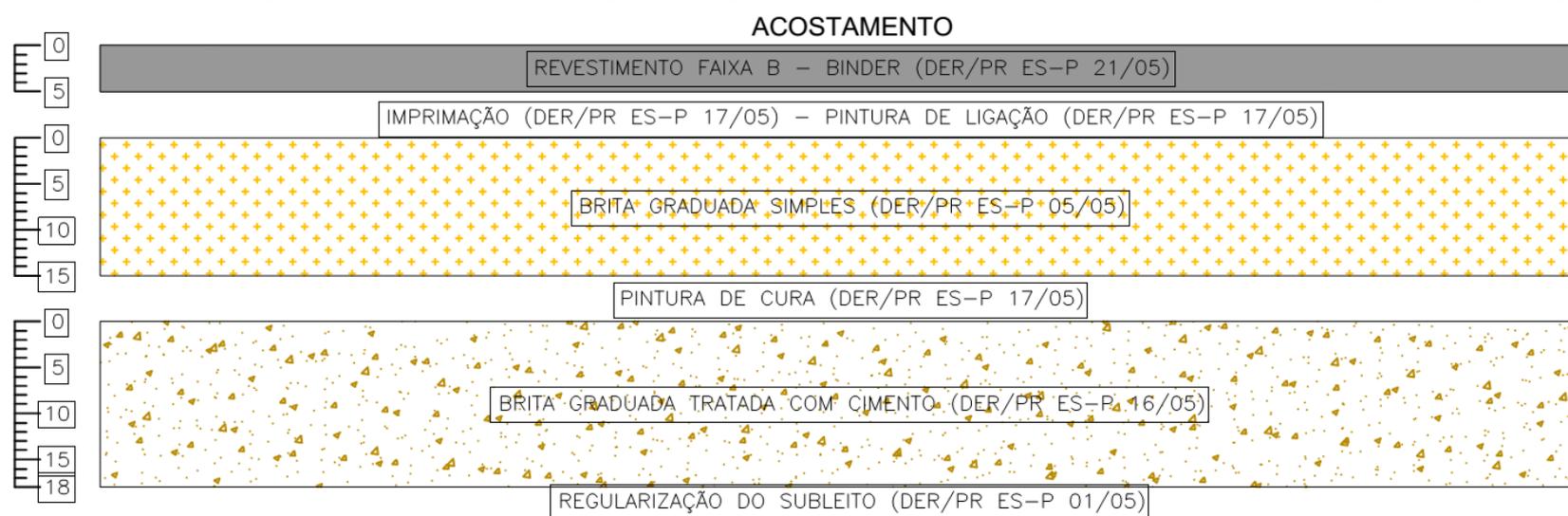


CAMADAS CONSTITUINTES			
ITEM	CAMADA	TIPO	ESPESSURA (cm)
01	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO	-	-
02	SUB-BASE	BRITA GRADUADA TRATADA COM CIMENTO (BGTG)	18,00
03	PINTURA DE CURA	RR-1C	-
04	BASE	BRITA GRADUADA SIMPLES (BGS)	15,00
05	IMPRIMAÇÃO	CM-30	-
06	PINTURA DE LIGAÇÃO	RR-1C	-
07	REVESTIMENTO	C.B.U.Q. FAIXA "B" (BINDER)	5,00
08	REVESTIMENTO	C.B.U.Q. FAIXA "C" (CAPA DE ROLAMENTO)	5,00
	PREENCHIMENTO SOLO LOCAL	-	-

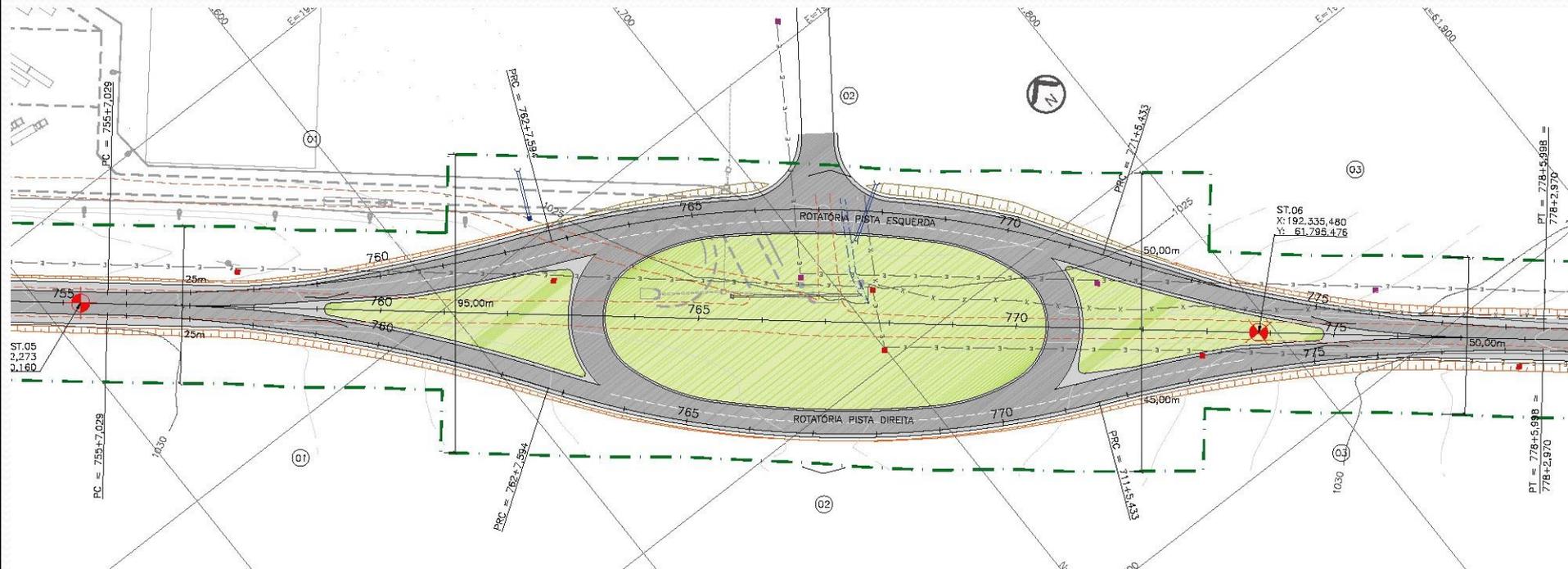
ESTRUTURA DO PAVIMENTO - PISTA



ESTRUTURA DO PAVIMENTO - ACOSTAMENTO



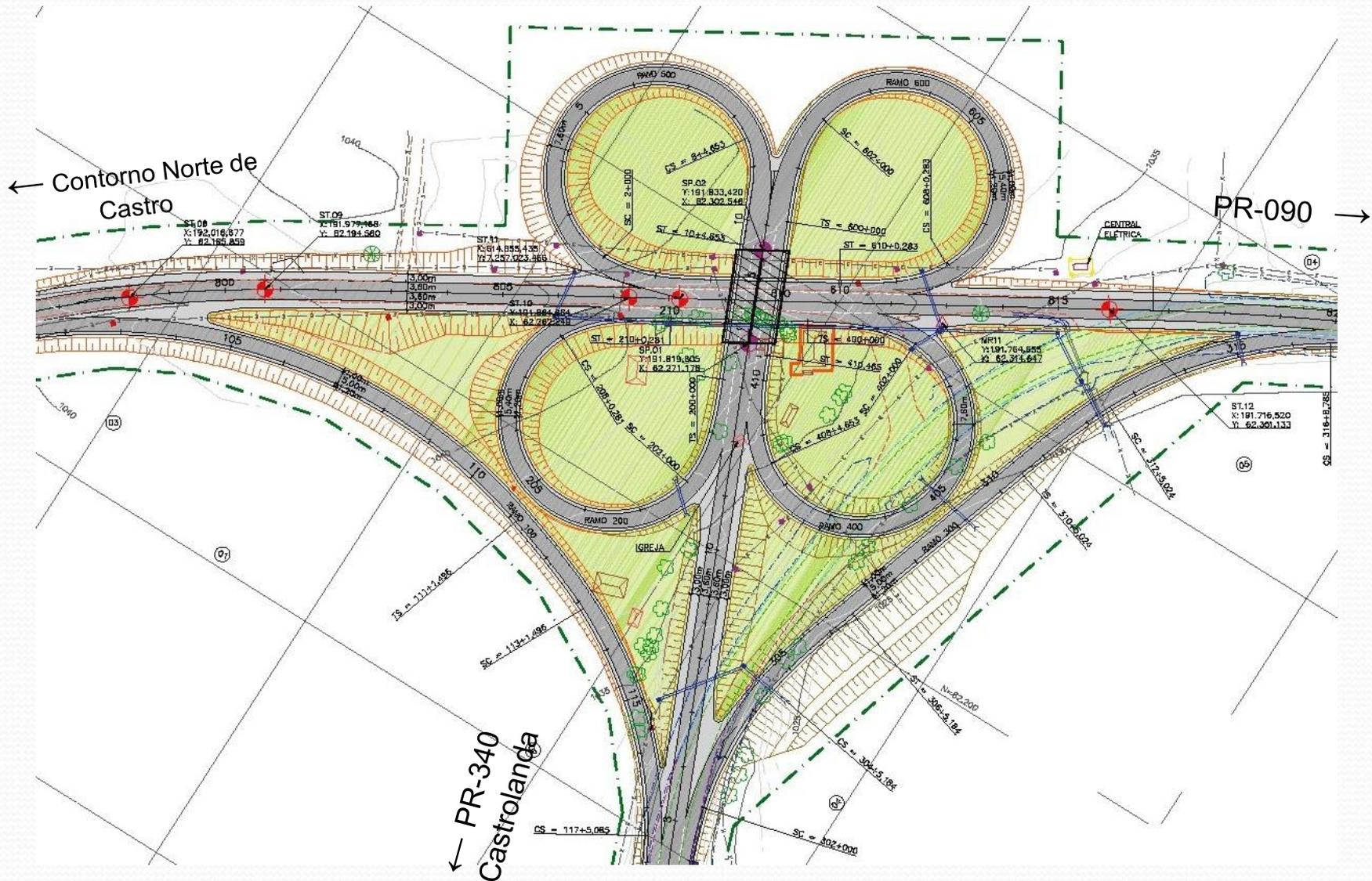
RÓTULA ALONGADA - CARGILL



INTERSEÇÃO PR-090 COM A PR-340

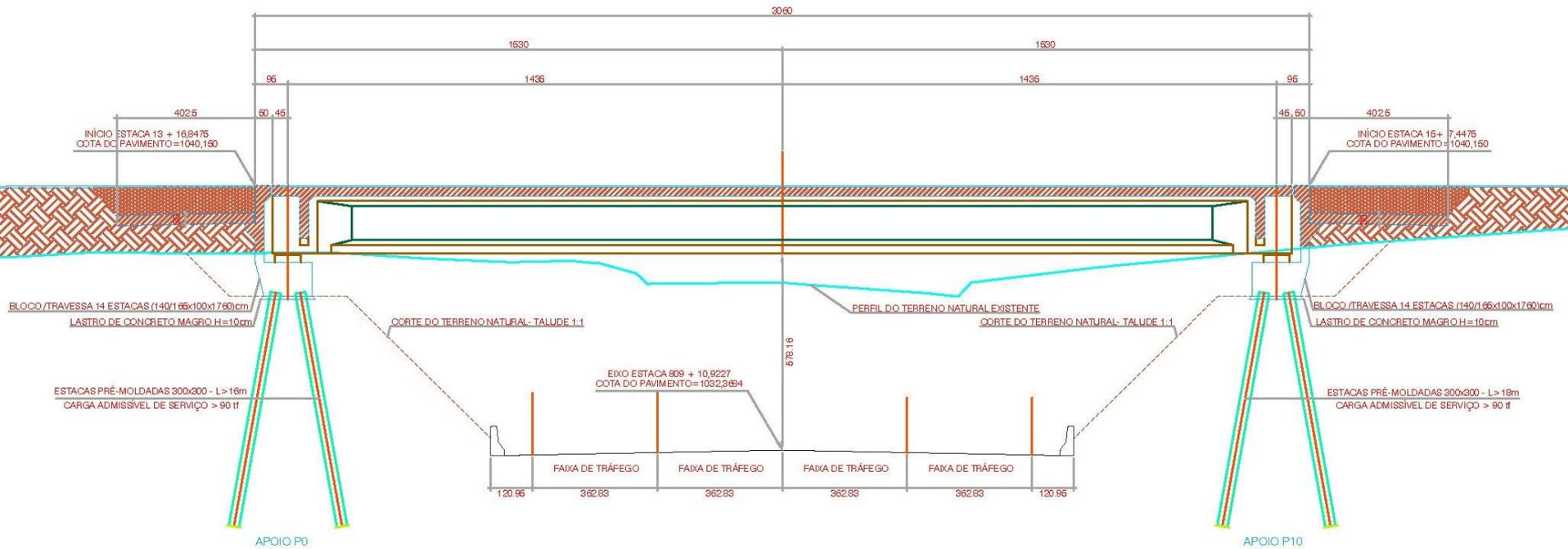


INTERSEÇÃO PR-090 COM A PR-340



INTERSEÇÃO PR-090 COM A PR-340

OBRA DE ARTE ESPECIAL (OAE)



INTERFERÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

- Vibração dos equipamentos;
- Poeira e ruído gerados pela execução da obra;
- Contingenciamento do tráfego;
- Seccionamento de propriedades atingidas;
- Desvio do tráfego para execução da pavimentação.

BENEFÍCIOS DO EMPREENDIMENTO

- Aumento de capacidade de acesso aos veículos de carga que acessam o distrito industrial;
- Desvio dos veículos pesados que trafegam no trecho urbano;
- Redução do custo operacional dos veículos;
- Facilidade de escoamento da produção;
- Redução de poeira nos distritos industriais.

CUSTO DA OBRA

Orçamento	
Serviço	Valor
Terraplenagem	R\$ 888.002,62
Drenagem	R\$ 2.131.268,11
Pavimentação	R\$ 5.483.905,06
Projeto de Obras de Arte Especiais	R\$ 1.511.167,73
Sinalização	R\$ 764.694,45
Obras Complementares	R\$ 684.453,33
Material Betuminoso	R\$ 2.366.998,85
Iluminação	R\$ 684.022,57
Outros	R\$ 94.089,00
Total	R\$ 14.608.601,72
Melhorias Ambientais	R\$ 438.258,05
Mobilização e Desmobilização	R\$ 365.215,04
Total	R\$ 15.412.074,81

Data Base: Abril/2016 – S/ Desoneração



Departamento de Estradas de Rodagem



**Acesso ao Contorno de Castro
Desapropriação de Imóveis**

Objetivo desta reunião é de apresentar:

- Procedimentos utilizados na Desapropriação de imóveis pelo DER;
- Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para desapropriação;
- Possíveis medidas compensatórias aos eventuais impactos negativos.



Público Alvo:

- Proprietários atingidos pelo projeto;
- Proprietários indiretos ou ocupantes (Posseiros, Funcionários Inquilinos ou Comodatários);



“A política do BID estabelece que todos os atingidos pelo empreendimento, sendo proprietários ou ocupantes deverão ter conhecimento dos procedimentos de desapropriação e medidas compensatórias”.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DO ACESSO AO CONTORNO DE CASTRO

- Foram identificadas XXX propriedades atingidas pelo projeto.

- **A previsão de início do processo de desapropriação é outubro de 2017, enquanto as obras estão previstas para iniciarem em janeiro de 2018.**

O que é Decreto de Utilidade Pública (DUP):

- É o ato legal que viabiliza o Estado a efetuar as Desapropriações.

O que é Desapropriação?

- Procedimento onde há transferência para o Estado de propriedade privada ou pública, necessários a implantação ou ampliação do Sistema Rodoviário do Estado, mediante o pagamento de justa indenização ou doação espontânea.

Modalidades de desapropriação

- Com pagamento de Indenização (amigável, judicial e doação);
- Com tratamento de Sócio Vulneráveis.

Fluxograma das Atividades

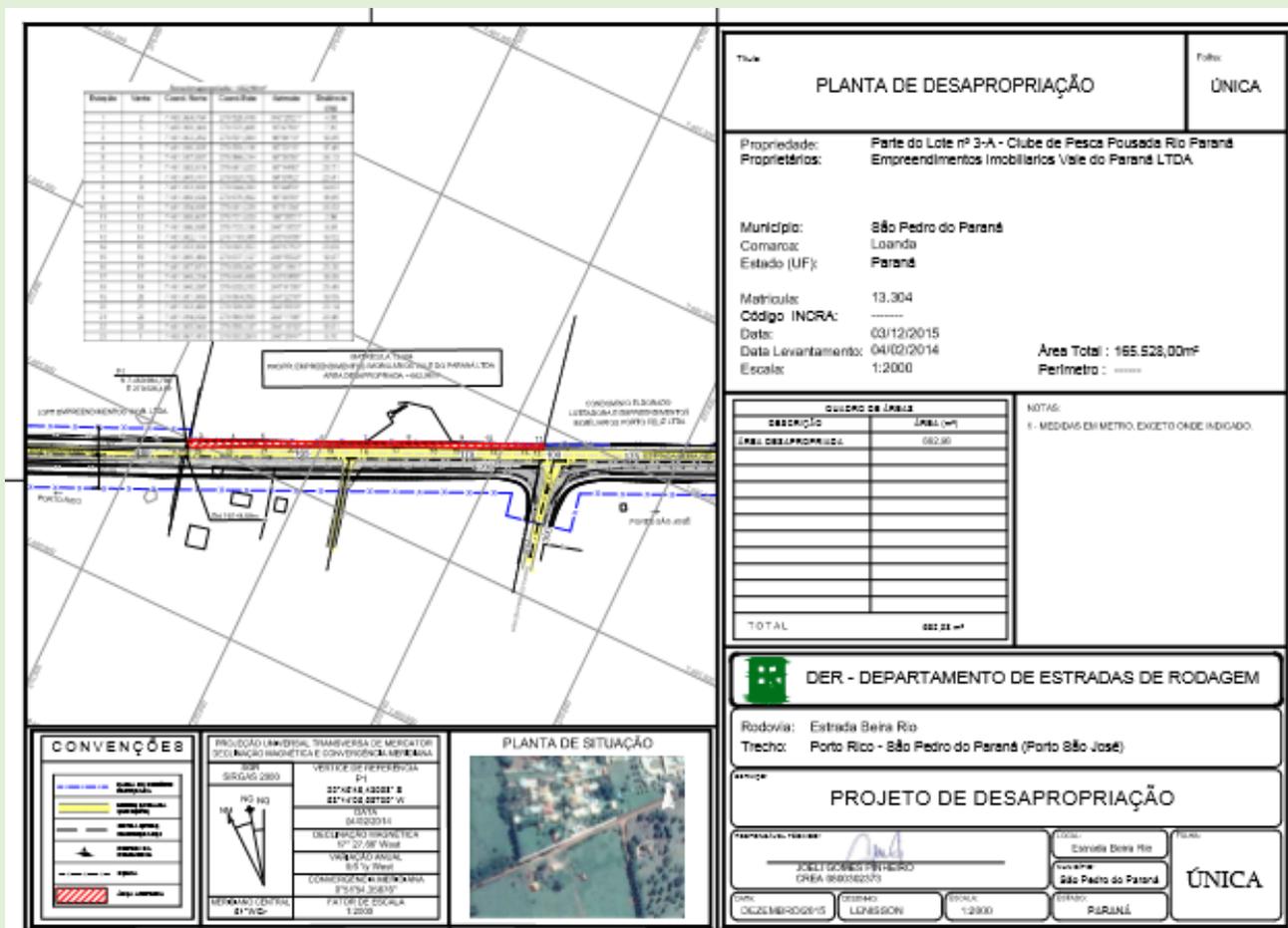


Realização do Projeto de Desapropriação (Empresa Contratada)

- Identificação das áreas a serem desapropriadas em função do projeto geométrico;
- Levantamento topográfico cadastral da área a ser desapropriada e das Construções e Benfeitorias existentes na área de interesse;
- Cadastramento dos proprietários, solicitação de documentos pessoais e da propriedade;
- Cadastro físico das benfeitorias e coberturas vegetais atingidas;
- Emissão de peças técnicas.

“ Cabe ao DER Fiscalizar e Aprovar as Peças Técnicas”

Exemplo de planta e memorial descritivo



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
DIRETORIA TÉCNICA

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Lote Remanescente A
Proprietário: Maycon George Mitsuo Ikeda
Município: Porto Rico
Comarca: Loanda **UF:** Paraná
Matrícula: Nº 27.836
Área: 4.782,70 m² **Perímetro:** 346,70 m

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA ÁREA DESAPROPRIADA

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 1, de coordenadas N 7.480.580,160 m e E 289.683,799 m, localizado no lado direito do eixo projetado da rodovia Estrada Beira Rio, a uma distância ortogonal de 20,00m da estaca 114+11,08m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio com os seguintes azimutes e distâncias: 355°02'23" e 17,79 m até o ponto 2, de coordenadas N 7.480.597,881 m e E 289.682,281 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio (limite da estrada existente) com os seguintes azimutes e distâncias: 65°23'14" e 20,86 m até o ponto 3, de coordenadas N 7.480.606,568 m e E 289.701,224 m; 65°28'12" e 20,04 m até o ponto 4, de coordenadas N 7.480.614,887 m e E 289.719,453 m; 64°59'15" e 20,11 m até o ponto 5, de coordenadas N 7.480.623,391 m e E 289.737,879 m; 65°27'22" e 19,97 m até o ponto 6, de coordenadas N 7.480.631,887 m e E 289.755,846 m; 65°05'29" e 19,71 m até o ponto 7, de coordenadas N 7.480.639,987 m e E 289.773,720 m; 63°24'13" e 20,33 m até o ponto 8, de coordenadas N 7.480.649,087 m e E 289.791,895 m; 68°40'18" e 12,99 m até o ponto 9, de coordenadas N 7.480.653,812 m e E 289.803,995 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio com os seguintes azimutes e distâncias: 173°48'44" e 43,87 m até o ponto 10, de coordenadas N 7.480.610,195 m e E 289.808,724 m; deste, segue sobre o limite da faixa de domínio, confrontando com o remanescente da matrícula Nº 27.836 com os seguintes azimutes e distâncias: 245°15'33" e 97,11 m até o ponto 11, de coordenadas N 7.480.569,553 m e E 289.720,528 m; 335°15'33" e 25,00 m até o ponto 12, de coordenadas N 7.480.592,263 m e E 289.710,063 m; 245°15'33" e 14,77 m até o ponto 13, de coordenadas N 7.480.586,061 m e E 289.696,648 m; 245°15'33" e 14,15 m até o ponto 1, de coordenadas N 7.480.580,160 m e E 289.683,799 m vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51º W/G e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, 03 de dezembro de 2015.

Joel Gomes Pinheiro
 Engenheiro Civil / CREA 0600302373

Cálculo de valores da indenização e negociação (DER)

- Designação da Comissão Técnica/Jurídica de Avaliação, pelo Diretor Geral do DER;
- Detalhamento das informações cadastrais;
- Realização do cálculo dos valores de indenização, seguindo as Normas da ABNT;
- Apresentação dos Laudos de Avaliação aos Proprietários e Negociação;
- Apresentação das medidas compensatórias;

Obs.: Cada propriedade será avaliada individualmente.

Instrução dos processos de Desapropriação

Processo Administrativo (Concordância)

- Peças técnicas
- Laudo de Avaliação
- Termo de concordância assinado pelo proprietário
- Homologação junto ao Conselho
- Escrituração, pagamento e Registro

Processo de Doação

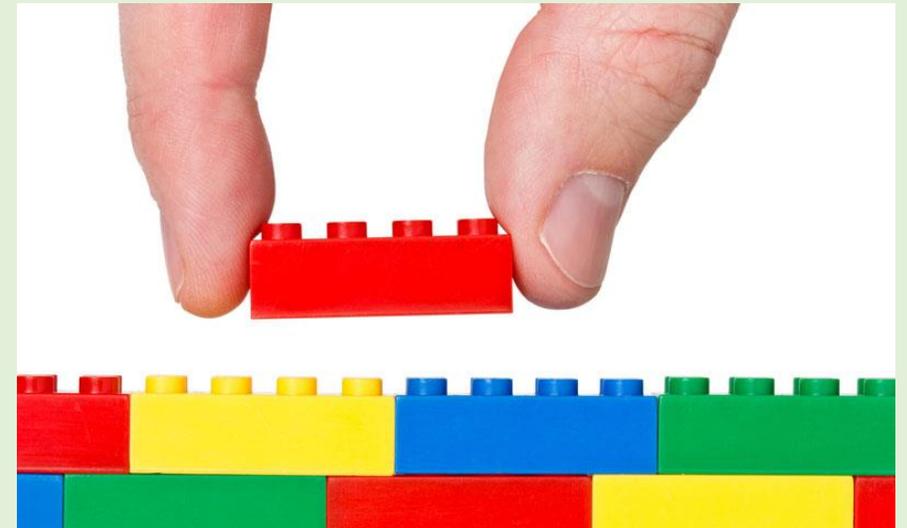
- Peças técnicas
- Temo de Doação assinado pelo proprietário (com ou sem condicionantes)
- Escrituração e Registro

Processo Judicial (Não Concordância)

- Peças técnicas
- Laudo de Avaliação DER
- Não concordância pelo proprietário
- Encaminhamento do processo á Procuradoria Geral do Estado
- Depósito em Juízo

Levantamento Socioeconômico (Empresa Contratada ou DER)

- Preenchimento do questionário socioeconômico com os proprietários e ocupantes;
- Análise dos dados e preparação do plano de desapropriação(DER);
- Construção da Linha de Base Social para a compreensão dos impactos socioeconômicos decorrentes do empreendimento.



Construção de Linha de Base Social (DER)

- Estabelecimento de um perfil das partes interessadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas (relacionamento e engajamento);
- Definição dos impactos e dos riscos, implementação de medidas de gestão para garantir maximização dos impactos positivos e minimização dos impactos negativos e dos riscos decorrentes do Projeto;
- Acompanhamento do histórico de relacionamento com as partes interessadas ao longo de todas as etapas do projeto.

Matriz de Compensação

- A matriz de compensação representa as compensações que poderão ser ofertadas aos grupos classificados pelo perfil socioeconômico.
- As categorias de afetados são distribuídas de acordo com a localização, sendo rural ou urbano. Quanto ao perfil dos afetados podem ser proprietários, posseiros, arrendatários ou inquilinos. Também são considerados os percentuais de atingimento das propriedades, se total ou parcial e se vulnerável ou não vulnerável.

Matriz de Compensação

- Com a caracterização do perfil dos afetados são definidas quais políticas de atendimento serão propostas para cada grupo.

Para todas as categorias de propriedades, quando cabíveis			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietários, posseiros, arrendatários e inquilinos	Total/ Parcial	Todas	Melhorias no acesso a propriedade, Relocação ou execução de cercas, Execução de muros de contenção evitando maiores desapropriações e preservando benfeitorias, Execução de terraplenagem na área remanescente da propriedade para auxílio na relocação das benfeitorias atingidas.

Matriz de Compensação

Imóveis Rurais			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietários,	Total	Subsistência	Indenização da terra, benfeitorias e culturas, Auxilio Mudança Aconselhamento imobiliário, Inscrição em programas sociais quando for o caso Monitoramento das condições socioeconômicas
Proprietários,	Total	Comercial	Indenização da terra, benfeitorias e culturas, Auxilio Mudança

Matriz de Compensação

Imóveis Rurais			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Posseiro	Total	Subsistência	Indenização das benfeitorias e culturas, Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxilio Mudança Aconselhamento imobiliário, Inscrição em programas sociais quando for o caso Monitoramento das condições socioeconômicas
Posseiro	Total	Comercial	Indenização, benfeitorias e culturas, Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxilio Mudança

Página 1

Matriz de Compensação

Imóveis Urbano Uso Residencial			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietários	Total	Residência	Indenização do lote e construções,
Proprietários - Vulneráveis	Total	Única Residência	Indenização do lote e construções, Reassentamento, Auxílio mudança, compra do novo imóvel assistida, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,

Matriz de Compensação

Imóveis Urbano Uso Residencial			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Posseiro	Total	Residência	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel Auxílio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxílio reconstrução
Posseiro- Vulnerável	Total	Residência	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel Auxílio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxílio Mudança Aconselhamento imobiliário, Inscrição em programas sociais quando for o caso Monitoramento das condições socioeconômicas

Matriz de Compensação

Imóveis Urbanos de uso Comercial ou Misto			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietário	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Construções, Indenização do lucro cessante,
Proprietário	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização da área e Construções Atingidas, Indenização do lucro cessante,
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietário- Vulnerável	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Construções, Indenização do lucro cessante, Reassentamento se necessário , Auxilio mudança, compra do novo imóvel assistida, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,

Matriz de Compensação

Imóveis Urbanos de uso Comercial ou Misto			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietário	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Construções, Indenização do lucro cessante,
Proprietário	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização da área e Construções Atingidas, Indenização do lucro cessante,
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietário- Vulnerável	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Construções, Indenização do lucro cessante, Reassentamento se necessário , Auxilio mudança, compra do novo imóvel assistida, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,

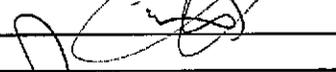
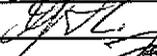
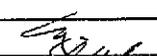
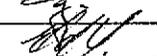
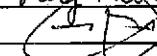
Matriz de Compensação

Imóveis Urbanos de uso Comercial ou Misto			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Posseiro	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel, Indenização do lucro Cessante, Auxílio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado, Auxílio reconstrução,
Posseiro - Vulnerável	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel, Indenização do lucro Cessante, Auxílio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado, Auxílio reconstrução, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,
Inquilinos/Cedidos	Total ou Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lucro cessante, Ressarcimento do valor de aluguel por 3 meses, Ajuda Mudança, Inscrição em programa social quando for o caso,

LISTA DE PRESEÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENDIDOS PELO PROJETO DE CASTRO

DATA: 05 DE JULHO DE 2017

HORÁRIO: 17h00

NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
Cargill Agrícola S.A.	Maiconi Jor Vinu	[REDACTED]		
Henk Boele Kassies				
Yamamoto Administradora de Imóveis Ltda	Areta Hara			
Gregório Bispo	Cecilia Bispo Jenzel			Cecilia Bispo Jenzel
Jan Haasjes	Jan Haasjes			
Luis Roberto Madureira	Julio B Madureira			
Posse Cargill Agrícola S.A.	—			
YAMAMOTO DOM. IMÓVEIS	SETSUO YAMAMOTO			
Yamamoto Adm. Imóveis	Edgar Kenji Yamamoto			
Manuella F. Haasjes	MANUELLE F. HAASJES			Manuella F. Haasjes
José Roberto Bispo				
Cargill Agrícola S.A.	Renata Macedo de Paula	Renata Paula		
Claudia G. Martins	Claudia G. Martins	Claudia G. Martins		
Rodrigo Antônio e Martins	Rodrigo Martins	Rodrigo Martins		
Raymar G. Martins	Raymar G. Martins	Raymar G. Martins		
Maiconi Jor Vinu	Maiconi Jor Vinu			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL COM PROPRIETÁRIOS – PAVIMENTAÇÃO CASTRO

Local: SALÃO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Data: 05/07/2017 Horário: 17h

NOME	Harata Hans	RG/CPF	
ENTIDADE	Prop. / Sócios	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		ORAL
Documentação escritura tem que estar pronta?			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL COM PROPRIETÁRIOS – PAVIMENTAÇÃO CASTRO

Local: SALÃO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Data: 05/07/2017 Horário: 17h

NOME	Felto Medureira	RG/CPF	
ENTIDADE	Filho proprietário	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		ORAL
No caso de notatária vai em eng para mostrar exatamente o local de obra e o que será atingido na propriedade do seu pai?			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL COM PROPRIETÁRIOS – PAVIMENTAÇÃO CASTRO

Local: SALÃO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Data: 05/07/2017 Horário: 17h

NOME	JAN	RG/CPF	
ENTIDADE	proprietários	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		ORAL
Vai ter calha p/ conter fluxo de água de rodovia. O que vem de propriedade e por conta de proprietários?			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL COM PROPRIETÁRIOS – PAVIMENTAÇÃO CASTRO

Local: SALÃO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Data: 05/07/2017 Horário: 17h

NOME	Cacilda foncalves	RG/CPF	
ENTIDADE	Propri. / neta	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		ORAL
No caso de a prop. passar um pouco como ficará?			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL COM PROPRIETÁRIOS – PAVIMENTAÇÃO CASTRO
Local: SALÃO DE ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL
Data: 05/07/2017 Horário: 17h

NOME	Fabio Medunera	RG/CPF	
ENTIDADE	Filho proprietario	CONTATO	

PERGUNTAS

	ESCRITA		ORAL
--	----------------	--	-------------

A estrada antiga foi desbocada p/ o faixão de b.m.m. antiga sem indenização/desempromissão. Como fica agora a desempromissão?

**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO- DER/PR**

Numero Cadastro

1) IDENTIFICAÇÃO DO CADASTRADOR

Nome completo:	Data entrevista

2) EMPREENDIMENTO

Rodovia	Trecho
Subtrecho	

3) IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

Nome da Propriedade		
Endereço Completo		Município / UF
Localização	Matrícula / CRI	Condição do imóvel
<input type="checkbox"/> Urbano		<input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Alugado <input type="checkbox"/> Cedido
<input type="checkbox"/> Rural		<input type="checkbox"/> Outros:
Forma de acesso à propriedade (Especificar):		

4) IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

Nome do proprietário	Telefone
Endereço Completo	Município / UF

5) IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome	Telefone
Endereço Completo	Município / UF

Qual o vínculo do entrevistado com o imóvel?

- | | | |
|---------------------------------------|--|---|
| <input type="checkbox"/> Proprietário | <input type="checkbox"/> Trabalha / Reside | <input type="checkbox"/> Somente trabalha |
| <input type="checkbox"/> Inquilino | <input type="checkbox"/> Somente reside | <input type="checkbox"/> Familiar do proprietário |
| <input type="checkbox"/> Funcionário | <input type="checkbox"/> Arrendatário | <input type="checkbox"/> Outro. Especificar |

6) IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO SOBRE A PROPRIEDADE

<input type="checkbox"/> Desapropriação de parte da propriedade. Quantos % (estimativa)? _____	<input type="checkbox"/> A propriedade continuará vizinha à rodovia (após a pavimentação / demais melhorias.
<input type="checkbox"/> Seccionamento da propriedade.	<input type="checkbox"/> Os acessos à propriedade serão alterados durante as obras.
<input type="checkbox"/> Desapropriação total da propriedade.	<input type="checkbox"/> Os acessos à propriedade serão alterados devido ao projeto.
<input type="checkbox"/> Deslocamento de benfeitorias.	<input type="checkbox"/> Sem informação preliminar.
<input type="checkbox"/> Deslocamento de edificações.	

**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO- DER/PR**

Numero Cadastro

- () A única residencia da família será desapropriada.
- () A residencia principal da família será desapropriada.
- () A residencia secundária da família será desapropriada.
- () A família mora em residência alugada que será desapropriada.
- () A família mora em residência do empregador que será desapropriada.
- () A propriedade é comercial e o comércio será afetado pelo empreendimento.

8) USOS DA PROPRIEDADE**8.a) Quais são os usos da propriedade:**

- () Predominantemente ou exclusivamente moradia e/ou uso misto
- () Predominantemente ou exclusivamente agricultura para autossustento
- () Predominantemente ou exclusivamente agricultura comercial. Quantos ? (Estimativa em ha) _____
- () Predominantemente ou exclusivamente Pecuária, aves, suínos. Quantos ? (Estimativa rebanho) _____
- () Predominantemente ou exclusivamente serviço/comercio para autossustento
- () Predominantemente ou exclusivamente manufatureira / artesanal individual ou coletiva. Quantos? (Estimativa de colaboradores) _____
- () Predominantemente ou exclusivamente comercio ou atividade industrial de caráter lucrativo /empresarial com estabelecimento de vínculos empregatícios. Quantos? (Estimativa de funcionários) _____
- () Outros usos. Especificar. _____

8.b) Na propriedade existem edificações:

- () Sim. Quantas? _____ () Não.

Quais tipos?

8.c) A(s) edificações (ões) pesquisada (s) encontra-se:

- () Às margens de córrego / rio em situação de risco.
- () Ao lado de lixões / aterros sanitários / valas de esgoto.
- () Com rachaduras e/ou risco de desabamento.
- () Em boas condições de conservação. _____
- () Outros. Especificar _____

9. QUESTÕES E PROBLEMAS DA PROPRIEDADE**9.a) Quais as principais dificuldades enfrentadas atualmente na propriedade?**

- () A propriedade não enfrenta dificuldades ou problemas.
- () Baixa produtividade.
- () Problemas com segurança. Especificar. _____
- () Outros. Especificar _____

10. USO DA VIA (PREENCHER SOMENTE EM CASO DE VIA JÁ EXISTENTE). Pode ser marcada mais que uma alternativa**10.a) Quais os usos da via _____ (completar de acordo com o projeto) feitos pela propriedade?**

- () Acesso à propriedade. _____ () escoamento de produção.
- () Acesso à área urbana e outras localidades de referência.
- () Outros usos. Quais? _____
- () A propriedade não utiliza a via em questão. Por quê?

**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO- DER/PR**

Numero Cadastro

10.b) Quais as suas percepções em relação à via atual?

- () Problemas de manutenção. Especificar. _____
- () Problemas com segurança. Especificar. _____
- () Elevado fluxo de veículos. Especificar o tipo (passeio, carga, etc). _____
- () Boas condições de circulação.
- () Pouca ou nenhuma ocorrência de acidentes envolvendo veículos e/ou pedestres.
- () Outras. Especificar. _____

11 HABITAÇÃO - MORADIA

- 11.a) Qual o tamanho da edificação em m²? _____
- 11.b) Qual o tempo de habitação na residência pesquisada? _____
- 11.c) Qual o material que predomina na construção das paredes externas?
() Alvenaria () Madeira () Pré-moldado
Cobertura: _____ Piso: _____
- 11.d) Quantos cômodos possui o imóvel? _____ Possui banheiro? _____
- 11.e) Energia elétrica: _____ Água encanada: _____
- 11.f) Telefonia _____ Internet: _____
- Fotografia externa / interna / faxada: _____
- Possibilidade da remoção / relocação em imóvel próprio ou cedido: _____

12 RESIDENTES / USUÁRIOS DA PROPRIEDADE

O responsável / arrimo de família ou algum membro está registrado no Cadastro Único (CadÚnico) e/ou recebe benefícios de Programas Oficiais de Transferência de Renda (Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, etc.)?

- () Não.
- () Sim. Qual(is)? _____

13 - TERMO DE RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Eu _____ (nome do entrevistado) assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis.

CATEGORIA DE PARTE INTERESSADA	PORTE INTERESSADA	CONTATOS (REPRESENTANTE, ENDEREÇO E TELEFONE)	BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE INTERESSADA	IMPACTOS E RISCOS ASSOCIADOS	HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE VULNERABILIDADE	AUTORIDADE	POSICIONAMENTO
Proprietário Atetab/Beneficiário	Cargill Agrícola S.A.	Renata de Paula - (42)999613508	Proprietário de área atingida	a) Redução da área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhorias na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de integridade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transição temporária de deslocamento e acesso à propriedade pública h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Aumento da competitividade comercial k) Diminuição de custos de transporte l) Redução dos custos de produtos de consumo m) Melhoria no escoamento de produção	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alto	Baixo	Não	Favorável
Proprietário Atetab/Beneficiário	Henk Boohe Kasasjes		Proprietário de área atingida	a) Redução da área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhorias na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de integridade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transição temporária de deslocamento e acesso à propriedade pública h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Aumento da competitividade comercial k) Diminuição de custos de transporte l) Redução dos custos de produtos de consumo m) Melhoria no escoamento de produção	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alto	Baixo	Não	Favorável
Proprietário Atetab/Beneficiário	Yamamoto Administração de Inoveis Ltda		Proprietário de área atingida	a) Redução da área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhorias na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de integridade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transição temporária de deslocamento e acesso à propriedade pública h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Aumento da competitividade comercial k) Diminuição de custos de transporte l) Redução dos custos de produtos de consumo m) Melhoria no escoamento de produção	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alto	Baixo	Não	Favorável
Proprietário Atetab/Beneficiário	Gregório Bispo		Proprietário de área atingida	a) Redução da área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhorias na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de integridade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transição temporária de deslocamento e acesso à propriedade pública h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Aumento da competitividade comercial k) Diminuição de custos de transporte l) Redução dos custos de produtos de consumo m) Melhoria no escoamento de produção	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alto	Baixo	Não	Favorável
Proprietário Atetab/Beneficiário	Jan Haasjes		Proprietário de área atingida	a) Redução da área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhorias na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de integridade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transição temporária de deslocamento e acesso à propriedade pública h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Aumento da competitividade comercial k) Diminuição de custos de transporte l) Redução dos custos de produtos de consumo m) Melhoria no escoamento de produção	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alto	Baixo	Não	Favorável

Proprietário Afiado/Beneficiário	Luis Roberto Medeiros		Proprietário de área atípica	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Vistorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Melhorias na infraestrutura urbana, como ruas e pias, saneamento, iluminação pública, etc.</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>f) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de obras</p> <p>i) Aumento da competitividade comercial</p> <p>j) Aumento da produtividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Alto	Baixo	Não	Favorável
Proprietário Afiado/Beneficiário	Abernis F.		Usuário da Rodovia	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Vistorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Melhorias na infraestrutura urbana, como ruas e pias, saneamento, iluminação pública, etc.</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>f) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de obras</p> <p>i) Aumento da competitividade comercial</p> <p>j) Aumento da produtividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Média	Baixo	Não	Favorável
Organização Sociedade Civil	Associação	Ezi Carlos Gomes - (42)996796191	*A que se dedica?	<p>a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>d) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>e) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Média	Baixo	Não	Favorável
Empresa	Enrik	Cristó Crisch - (42)99966292	Empresa no ramo de produção de ração - biotecnologia	<p>a) Redução no tempo de deslucamento</p> <p>b) Aumento da competitividade comercial</p> <p>c) Aumento da produtividade comercial</p> <p>d) Melhoria no escoamento de produção</p> <p>e) Melhoria de acesso para demais locais</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Empresa	Representante	Ricci Er. Brisly - (42)32611194	Comércio	<p>a) Redução no tempo de deslucamento</p> <p>b) Transição temporária de deslucamento</p> <p>c) Aumento da competitividade comercial</p> <p>d) Diminuição de custos de transporte</p> <p>e) Redução dos custos de produtos de consumo</p>	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Corpo de Bombeiros	Jefferson Luiz - (42)32331506	Bombeiro	<p>a) Diminuição de custos de transporte</p> <p>b) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>d) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>e) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Média	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura de Castro	Nazem Faidel Nelo - (42)998024392		<p>a) Redução no tempo de deslucamento</p> <p>b) Aumento da competitividade comercial</p> <p>c) Aumento da produtividade comercial</p> <p>d) Melhoria no escoamento de produção</p> <p>e) Melhoria de acesso para demais locais</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Secretaria Municipal de Obras	Paulo R. Noeira - (42)99250926		<p>a) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>b) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>c) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>d) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>e) Melhoria de acesso para demais locais</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Média	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura de Castro	Jaqueline Koch Rodrigues - (42)996471927	Usuário da Rodovia	<p>a) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>b) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>c) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>d) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>e) Melhoria de acesso para demais locais</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura de Castro	Marcia Gomes - (42)991072436	Usuário da Rodovia	<p>a) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>b) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>c) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>d) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>e) Melhoria de acesso para demais locais</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Beneficiário	Antonio Carlo Ruchigr	(42)98343048	Usuário da Rodovia	<p>a) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>b) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>c) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>d) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>e) Melhoria de acesso para demais locais</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Empresa	Prestes Const.	Saul Davi Rodrigues - 99993529	Empresa no ramo de construção	<p>a) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>b) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>c) Melhoria na segurança de inabitabilidade</p> <p>d) Transição temporária de deslucamento e acesso à propriedade pública</p> <p>e) Melhoria de acesso para demais locais</p> <p>f) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>g) Melhoria na infraestrutura urbana</p>	Baixo	Baixo	Não	Favorável

Poder Público	Prefeitura de Castro	José Augusto C. 991 558845 *Ela representa alguma Secretaria? E do Gabinete? Caso não, retirar.	Usuário da Rodovia	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Melhorar na segurança de tráfegabilidade i) Redução no tempo de deslocamento j) Transbordo temporário de deslocamento k) Diminuição de custos de transporte l) Melhorar no escoamento de produção m) Melhorar na segurança de tráfegabilidade n) Redução no tempo de deslocamento o) Transbordo temporário de deslocamento p) Diminuição de custos de transporte q) Melhorar no escoamento de produção r) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Organização Sociedade Civil	Emater	Hercio Luz Ferraz - 999499389	*Caracterizar a Emater. Caracterização bem geral.	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Redução no tempo de deslocamento i) Transbordo temporário de deslocamento j) Diminuição de custos de transporte k) Melhorar no escoamento de produção l) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura de Castro	Juliano de A. Vieira - 999763896	Usuário da Rodovia	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Redução no tempo de deslocamento i) Transbordo temporário de deslocamento j) Diminuição de custos de transporte k) Melhorar no escoamento de produção l) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Emerson Gobco - 999980414		a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a conclusão das obras c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Aumento para novas empreendedores (Comércio e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhorar na tráfegabilidade urbana	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Secretaria Municipal de Governo	Maurício F. Faldini - 999721815		a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a conclusão das obras c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Aumento para novas empreendedores (Comércio e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhorar na tráfegabilidade urbana	Alta	Baixo	Não	Favorável
Organização Sociedade Civil	Sindicato Rural	Julio Galvão Prestes - 999116898		a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhorar o acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhorar na segurança de tráfegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura de Castro	Inês Teresinha Sancandi Fischer - 999730052	Usuário da Rodovia	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Redução no tempo de deslocamento i) Transbordo temporário de deslocamento j) Diminuição de custos de transporte k) Melhorar no acesso para demais locais l) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Baixo	Baixo	Favorável	
Empresa	Hótel 100 A	Vanderlei de Araújo - 999724008	Usuário da Rodovia	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Redução no tempo de deslocamento i) Transbordo temporário de deslocamento j) Diminuição de custos de transporte k) Melhorar no acesso para demais locais e acessos a serviços públicos l) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Empresa	Tabellonato	Tabella Augusto - (49)99503993	Usuário da Rodovia	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Redução no tempo de deslocamento i) Transbordo temporário de deslocamento j) Diminuição de custos de transporte k) Melhorar no acesso para demais locais e acessos a serviços públicos l) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Empresa	Castrolândia	Dirlei Presidente Fares Berg - (49)96670281	Cooperativa Agroindustrial	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Redução no tempo de deslocamento i) Transbordo temporário de deslocamento j) Diminuição de custos de transporte k) Melhorar no acesso para demais locais e acessos a serviços públicos l) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Alta	Baixo	Não	Favorável
Beneficiário	Paulo Borg	(49)999755551	Usuário da Rodovia	a) Melhorar na segurança de tráfegabilidade b) Melhorar na segurança de tráfegabilidade c) Transbordo temporário de deslocamento d) Aumento de competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhorar no escoamento de produção g) Melhorar na segurança de tráfegabilidade h) Redução no tempo de deslocamento i) Transbordo temporário de deslocamento j) Diminuição de custos de transporte k) Melhorar no acesso para demais locais e acessos a serviços públicos l) Melhorar na segurança de tráfegabilidade	Baixo	Baixo	Não	Favorável

Organização Sociedade Civil	Observatório de Castro	Rubens Pesika - 42/99588887	Serviço Social "O que faz a organização? A quem ela se destina?"	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de inabitabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) h) Aumento da qualidade social do município i) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção j) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto k) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) l) Aumento da competitividade econômica municipal (Comércio e indústrias) m) Aumento da qualidade social do município	Desconhecido	Alta	Baixo	Nulo	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Luiz Cezar Cunha Ferreira	Vereador de Castro	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto d) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) e) Aumento da competitividade econômica municipal (Comércio e indústrias) f) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alta	Baixo	Nulo	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Dirceu Ribeiro	Vereador de Castro	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto d) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) e) Aumento da competitividade econômica municipal (Comércio e indústrias) f) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alta	Baixo	Nulo	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Marta de Fátima Barth Anílio Castro	Vereador de Castro	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto d) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) e) Aumento da competitividade econômica municipal (Comércio e indústrias) f) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alta	Baixo	Nulo	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Gerson Sutil	Presidente da Câmara de Vereadores de Castro	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto d) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) e) Aumento da competitividade econômica municipal (Comércio e indústrias) f) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alta	Baixo	Nulo	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Herculano de Silva	Vereador de Castro	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto d) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) e) Aumento da competitividade econômica municipal (Comércio e indústrias) f) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alta	Baixo	Nulo	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Joel Elias Fajal	Vereador de Castro	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto d) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) e) Aumento da competitividade econômica municipal (Comércio e indústrias) f) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro	Alta	Baixo	Nulo	Favorável

Poder Público	Câmara Municipal	Jovani Rodrigues Freitas	Vereador de Castro	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras de pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação de um novo empreendimento (Comércio e Indústria)</p> <p>c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>f) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>g) Aumento da qualidade social do município</p> <p>h) Aumento da qualidade social do município</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Maurício Kusira	Vereador de Castro	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras de pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação de um novo empreendimento (Comércio e Indústria)</p> <p>c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>f) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>g) Aumento da qualidade social do município</p> <p>h) Aumento da qualidade social do município</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Miguel Zadi Neto	Vereador de Castro	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras de pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação de um novo empreendimento (Comércio e Indústria)</p> <p>c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>f) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>g) Aumento da qualidade social do município</p> <p>h) Aumento da qualidade social do município</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Paulo Cesar de Freitas	Vereador de Castro	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras de pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação de um novo empreendimento (Comércio e Indústria)</p> <p>c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>f) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>g) Aumento da qualidade social do município</p> <p>h) Aumento da qualidade social do município</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Rafael Casper Rabbers	Vereador de Castro	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras de pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação de um novo empreendimento (Comércio e Indústria)</p> <p>c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>f) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>g) Aumento da qualidade social do município</p> <p>h) Aumento da qualidade social do município</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Antonio Silva Alves da Silva	Vereador de Castro	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras de pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação de um novo empreendimento (Comércio e Indústria)</p> <p>c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>f) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>g) Aumento da qualidade social do município</p> <p>h) Aumento da qualidade social do município</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal	Josef Otávio Nozora	Vereador de Castro	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras de pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação de um novo empreendimento (Comércio e Indústria)</p> <p>c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>f) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>g) Aumento da qualidade social do município</p> <p>h) Aumento da qualidade social do município</p>	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Polícia Militar Rodoviária Estadual	Tenente Leandro de Azevedo Theresza	Polícia Militar	<p>a) Diminuição de custos de transporte</p> <p>b) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>c) Melhorie de acesso para demais locais e acessos a serviços rodoviários</p>	Média	Baixa	Não	Não

Organização Sociedade Civil	Accastto *Está repitida. Verificar qual dos dois é o representante e retirar uma.	Anderson Tiago Gomes Castro	Associação	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc) b) Aumento do tempo de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de inabitabilidade f) Aumento no tempo de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Organização Sociedade Civil	Sindicato	Mairiel Simão	Sindicato *Quem o sindicato representa?	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento do tempo de deslocamento d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de inabitabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Corpo de Bombeiros *Repetido. Verificar quem é o representante.	Tenente Paulo Marcelo Ribas Ribeiro	Bombeiro	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras e) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção f) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) g) Aumento da arrecadação de impostos devido à perda de áreas h) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas i) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra j) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc) k) Aumento da competitividade econômica municipal l) Atratividade para novos empreendedores (Comércios e serviços) m) Aumento da qualidade social do município n) Melhoria na inabitabilidade urbana	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Castro	Mosely Elias Fadel Junior	Prefeito de Castro	Início de relacionamento em 13/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Castro		Alta	Baixa	Sim	Favorável